

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS INSTITUTO DE  
FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE  
SOCIAL: ESTUDO NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS  
PÚBLICO E PRIVADO EM PARINTINS/AM**

**ROSEMERE BARBOSA GUIMARÃES**

**MANAUS-AM  
2019**

**ROSEMERE BARBOSA GUIMARÃES**

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE  
SOCIAL: ESTUDO NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS  
PÚBLICO E PRIVADO EM PARINTINS/AM**

Dissertação apresentada à banca examinadora para defesa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas como pré-requisito para obtenção de título de Mestre em Serviço Social. Linha de Pesquisa Serviço Social, Questão Social.

**ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marinez Gil Nogueira Cunha**

**MANAUS-AM  
2019**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

G963p Guimarães, Rosemere Barbosa  
A Precarização do Trabalho do Assistente Social: Estudo nos espaços sócio-ocupacionais público e privado em Parintins/AM / Rosemere Barbosa Guimarães. 2019  
194 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Marinez Gil Nogueira Cunha  
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Neoliberalismo. 2. Serviço Social. 3. Trabalho. 4. Precarização. 5. Parintins. I. Cunha, Marinez Gil Nogueira II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE  
SOCIAL: ESTUDO NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS  
PÚBLICO E PRIVADO EM PARINTINS/AM**

**ROSEMERE BARBOSA GUIMARÃES**

**DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marinez Gil Nogueira Cunha (Presidente)  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia Irene Pereira Andrade – (Membro externo ao PPGSS)  
Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roberta Ferreira Coelho de Andrade – (Membro Interno)  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia  
Universidade Federal do Amazonas

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

MANAUS  
2019

## **DEDICATÓRIA**

*Aos meus filhos Jairo, Ingrid e Jack, minha força.*

*À minha mãe Ana Duque Barbosa (in memoriam),*

*Ao meu pai Luís Estevão Guimarães (in memoriam);*

*Ao meu irmão/pai Ivan Clémio Barbosa (in memoriam) pelo incentivo desde sempre;*

*Aos assistentes sociais de Parintins que como trabalhadores assalariados vivenciam a precarização do trabalho como todos os trabalhadores brasileiros;*

*Aos colegas professores da rede municipal de Educação (SEMED) que por acreditarem na Educação como processo transformador de vidas lutam e resistem diariamente no cotidiano escolar.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus Pai Todo Poderoso pelo dom da vida e por conduzir-me com todo amor e paciência ao longo de minha existência, pela força e encorajamento nos momentos em que me senti impotente, pela oportunidade de construir ricas experiências durante os dois anos de curso de mestrado. Gratidão Jesus!

Aos meus filhos Jairo Soler, Ingrid Guimarães e Jack Guimarães por desde sempre me incentivarem a realizar o sonho de fazer mestrado e por durante o curso estarem na torcida para celebrar cada avanço nessa trajetória.

À minha mãe Ana (*in memorian*), por me ensinar e fazer acreditar que estudar é uma lente poderosa para a liberdade, para compreender a si mesmo e o mundo onde vivemos. É caminho para melhores condições de vida.

Ao meu pai Luís Estevão (*in memorian*), que mesmo não tendo acompanhado diretamente minha trajetória acadêmica, meus sonhos e anseios, me repassou seus ensinamentos, me fazendo compreender os estudos como fonte de riqueza pessoal e profissional.

Ao meu querido e amado irmão Ivan Climério (*in memorian*), a quem chamei “pai” o tempo que nessa terra viveu, por ter sido um grande incentivador e colaborador na conquista dos meus sonhos. Você sempre acreditou em mim. Obrigada, eternamente!

À querida Ana Paula pelas valiosas contribuições para a conclusão deste estudo;

Aos assistentes sociais de Parintins que participaram dessa pesquisa, muito obrigada!

À Secretaria Municipal de Educação na pessoa do Prof. João Costa, pelo respeito à minha escolha em fazer mestrado na área de Serviço Social e apoio à realização de minha pesquisa de campo nessa instituição;

Às instituições públicas e privadas, onde os assistentes sociais atuavam até o momento da realização deste estudo, por permitirem a participação destes profissionais por meio da deliberação do Termo de Anuência;

À professora Dra. Marinez Gil Nogueira Cunha pela sua compreensão quando vivia momentos desconfortáveis. Pelos seus ensinamentos e cobranças na construção desse estudo o que me instigava a dar o melhor de mim. Muito obrigada!

À banca examinadora constituída pela Professora Dra. Roberta e Professora Dra. Márcia Irene que contribuíram de forma significativa na banca de qualificação com suas considerações acerca do objeto deste estudo, abrindo-me os olhos para “ver vendo” o debate, a organização e a estrutura deste trabalho.

Às professoras Dra. Débora Rodrigues, Iraildes Caldas, Lucilene Melo, Simone Baçal, Socorro Chaves, por suas contribuições durante os estudos teórico-metodológicos no curso de mestrado. Seus ensinamentos estão contidos nesse trabalho.

Ao Colegiado do Curso de Mestrado em Serviço Social pelo apoio nessa trajetória tão sonhada.

À minha turma de mestrado, pelos momentos de descontração, de partilha e reciprocidade.

Às minhas queridas amigas de trabalho Nadir Jacaúna, Carla Suanny, Socorro Ramos que estiveram comigo desde a preparação para o ingresso nesse mestrado. Sou muito grata a vocês pelo incentivo, cooperação e compreensão por esse sonho que ora torna-se realidade.

À querida professora/colega Lia Auxiliadora pelas suas contribuições com informações relevantes para a construção desse estudo, você é muito especial para mim.

Ao amado amigo/irmão Naldo Rodrigues por acreditar no meu sonho e me incentivar para a sua realização.

À querida Dulce Reis, Mary Cardoso, Rosineiva Gomes pelo encorajamento e motivação nessa empreitada antes e durante essa caminhada.

À querida amiga Célia Nascimento que tem participação especial nessa trajetória acadêmica, você é incrível.

## RESUMO

A temática deste estudo versa sobre a precarização do trabalho, que é decorrente do processo de reestruturação produtiva e contrarreforma do Estado no contexto da ofensiva neoliberal na década de 1990 no Brasil. A particularidade do estudo tomou como lócus o município de Parintins no estado do Amazonas. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a precarização do trabalho do Assistente Social nos espaços sócio-ocupacionais público e privado neste município. Para alcançar esse objetivo foram delimitados os seguintes objetivos específicos: caracterizar os espaços sócio-ocupacionais do assistente social em Parintins-Am; identificar as demandas institucionais postas ao trabalho do Assistente Social no espaço sócio-ocupacional público e privado; e conhecer as percepções dos assistentes sociais sobre a vivência da precarização nas condições e relações de trabalho neste contexto local amazônico. Em relação aos procedimentos metodológicos foi realizada uma abordagem quantiqualitativa com aplicação de questionários com perguntas fechadas junto ao universo de 57 assistentes sociais e entrevista semiestruturada com perguntas abertas à amostra de 12 profissionais que atuavam em espaços sócio-ocupacionais públicos e privados em Parintins-Am no momento da realização deste estudo. A operacionalização do estudo foi desenvolvida em três fases complementares de levantamentos de dados e/ou informações: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Os resultados da pesquisa de campo revelaram a precarização do trabalho dos assistentes sociais tanto nos espaços sócio-ocupacionais públicos como nos espaços sócio-ocupacionais privados. Ficaram evidenciadas que as divergências da precarização do trabalho dos assistentes sociais nesses espaços são mínimas podendo ser verificadas na flexibilização contratual e salarial dos profissionais. As convergências apresentaram-se no trabalho excessivo, ampla demanda, escassez de recursos humanos e materiais que incidem diretamente nas condições em que os profissionais realizam seu trabalho. Outro ponto importante apontado nos resultados foi o quadro reduzido de profissionais, o que implica sobrecarga de trabalho, ocasionando adoecimento aos trabalhadores. Além disso, os dados revelaram que há um silêncio por parte de muitos profissionais acerca da real condição e relação de trabalho nos espaços em que atuam. Diante disto, acredita-se que os resultados deste estudo trouxeram contribuições significativas ao município de Parintins, de um modo geral, por se tratar de um debate que diz respeito a toda a classe trabalhadora. Aos assistentes sociais por dar visibilidade às suas condições e relações de trabalho no cenário contemporâneo amazônico oportunizando ampliar o debate e promover reflexões a respeito do trabalho desses profissionais nos diversos espaços sócio-ocupacionais como também para a realização de novas pesquisas na área do serviço social para avançar no fazer e ser da profissão em Parintins.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; Serviço Social; Trabalho; Precarização; Parintins.

## ABSTRACT

The theme of this study deals with the precariousness of work, which is due to the process of productive restructuring and counter-reform of the State in the context of the neoliberal offensive in the 1990s in Brazil. The particularity of the study took as its locus the municipality of Parintins in the state of Amazonas. The general objective of the research was to analyze the precarious work of the Social Worker in the public and private socio-occupational spaces in this municipality. In order to achieve this objective, the following specific objectives were defined: to characterize the socio-occupational spaces of the social worker in Parintins-Am; to identify the institutional demands placed on the work of the Social Worker in the public and private socio-occupational space; and to know the perceptions of social workers on the experience of precarious conditions and working relationships in this local Amazonian context. Regarding the methodological procedures, a quantitative and qualitative approach was carried out with the application of questionnaires with closed questions among the universe of 57 social workers and semi-structured interviews with open questions with the sample of 12 professionals working in public and private socio-occupational spaces in Parintins-Am. The operationalization of the study was developed in three complementary phases of data and / or information surveys: bibliographic research, documentary research and field research. The results of the field research revealed the precariousness of the work of social workers both in public and occupational social and occupational spaces. It became evident that the divergences in the precariousness of the work of social workers in these spaces are minimal and can be seen in the contractual and salary flexibility of the professionals. The convergences showed up in excessive work, widespread demand, scarcity of human and material resources that directly affect the conditions in which professionals carry out their work. Another important point pointed out in the results was the reduced number of professionals, which implies work overload, causing illness to workers. In addition, the data revealed that there is a silence on the part of many professionals about the real condition and working relationship in the spaces in which they work. Given this, it is believed that the results of this study brought significant contributions to the municipality of Parintins, in general, as it is a debate that concerns the entire working class. To social workers for giving visibility to their working conditions and relationships in the contemporary Amazonian scenario, giving them the opportunity to broaden the debate and promote reflections on the work of these professionals in the various socio-occupational spaces as well as for carrying out new research in the area of social work for advance in the making and being of the profession in Parintins.

**Keywords:** Neoliberalism; Social Service; Work; Precariousness; Parintins.

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABEPSS** – Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social

**AESP** – Anuário Estatístico da Previdência Social

**BPC** – Benefício de Prestação Continuada

**CADÚNICO** – Cadastro Social Único

**CAPs** – Centro de Atendimento Psicossocial

**CAT** – Comunicação de Acidentes de Trabalho

**CBAS** – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

**CEFET** – Centro Federal de Educação e Tecnologia

**CEP** - Conselho de Ética em Pesquisa

**CESP** – Centro de Ensino Superior de Parintins

**CFESS** – Conselho Federal de Serviço Social

**CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social

**CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**CRESS** – Conselho Regional de Serviço Social

**CUT** – Central Única dos Trabalhadores

**DEED** – Diretoria de Estatística Educacional

**DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

**DSEI** – Distrito Sanitário Especial Indígena

**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos

**ENESSO** – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

**EUA** – Estados Unidos da América

**FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICSEZ** – Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia

**ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

**IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IFAM** – Instituto Federal do Amazonas

**INEP** – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional

**LOAS** – Lei Orgânica de Assistência Social

**MARE** – Ministério de Administração e Reforma do Estado

**MPS** – Ministério da Previdência Social

**NASF** – Núcleo de Atendimento Social da Família

**NEPS** – Núcleo de Estatística da Previdência Social

**OIT** – Organização Internacional do Trabalho

**ONG** – Organização-Não Governamental

**OSCIP** – Organização da Sociedade Civil e Interesse Público

**OSC** – Organização da Sociedade Civil

**OPEP** – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

**PBF** – Programa Bolsa Família

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PIN** – Pólo Industrial de Manaus

**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

**PPA** – Plano Plurianual

**PREALC** - Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe

**SAICA**- Sistema de Atendimento Integral à Criança e Adolescente

**SEDUC** – Secretaria de Estado de Educação

**SEFAZ** – Secretaria Estadual de Fazenda

**SEMASTH** – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

**SEMED** – Secretaria Municipal de Educação

**SEPLAM** – Secretaria Estadual de Planejamento

**SUAS** – Sistema Único de Assistência Social

**SUSAM** – Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas

**SUS** – Sistema Único de Saúde

**TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso

**TCLE** – Termo de Consentimento e Livre Esclarecido

**TDF** – Tratamento Fora Domicílio

**UBS** – Unidade Básica de Saúde

**UEA** – Universidade do Estado do Amazonas

**UFAM** – Universidade Federal do Amazonas

**UNITINS** – Universidade de Tocantins

**UNOPAR** -Universidade do Paraná

**ZFM** – Zona Franca de Manaus

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Característica do toyotismo e a empresa flexível .....	36
Quadro 2 - Característica do setor informal e informal de acordo com a OIT .....	53
Quadro 3 – Conceito de Informalidade .....	54
Quadro 4 – Característica da Informalidade .....	56
Quadro 5 - Atribuições e Competências do Assistente Social .....	80
Quadro 6 - Serviço Social na Divisão Sociotécnica do Trabalho no cenário atual .....	86
Quadro 7 - Área de atuação dos Assistentes Sociais, quantitativo de instituições públicas e de profissionais .....	90
Quadro 8 - Área de atuação do Assistente Social e quantitativo de instituições privada e de profissionais .....	93
Quadro 9 - Quantitativo de recursos humanos (quantidade de pessoal) para o exercício profissional nas instituições públicas e privadas .....	98
Quadro 10 - Demandas para o Serviço Social por área de atuação em espaços sócio-ocupacionais público .....	101
Quadro 11 - Demandas para o Serviço Social por área de atuação em espaços sócio-ocupacionais privado .....	107
Quadro 12 - Reformulação na Legislação Trabalhista e os impactos na classe trabalhadora .....	115
Quadro 13 - Relações de trabalho, negociação coletiva e papel da Justiça .....	119
Quadro 14 - Recursos e condições materiais para realização do trabalho dos assistentes sociais .....	124
Quadro 15 - Entendimento do Assistente Social sobre Trabalho Precarizado .....	127
Quadro 16 - Característica da Precarização do Trabalho na América Latina (Brasil) .....	130
Quadro 17 - Novas formas de contratação de trabalhadores .....	131
Quadro 18 - Trabalho Excessivo dos Assistentes Sociais .....	133
Quadro 19 - Condições de trabalho e as implicações na saúde do trabalhador.....	146
Quadro 20 - Recursos e Condições materiais de trabalho adequadas .....	148
Quadro 21 - Organização do trabalho .....	151

Quadro 22 - Condições de trabalho do assistente social e a repercussão nos resultados do atendimento aos usuários .....	152
Quadro 23 - Precarização do trabalho do assistente social na instituição em que trabalha .....	155

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Gênero .....	72
Gráfico 2 – Idade .....	73
Gráfico 3 – Nº de filhos .....	74
Gráfico 4 - Estado civil .....	75
Gráfico 5 - Curso de Pós-graduação .....	76
Gráfico 6 - Instituição de formação em Serviço Social .....	87
Gráfico 7 - Modalidade de Ensino em Serviço Social .....	88
Gráfico 8 - Quantitativo de instituição por área de atuação do Assistente Social .....	91
Gráfico 9 - Recursos humanos .....	97
Gráfico 10 - Média mensal de atendimentos aos usuários .....	98
Gráfico 11 - Condições do Assistente Social no fim de expediente .....	108
Gráfico 12 - Salário mensal dos Assistentes Sociais .....	120
Gráfico 13 - Recursos materiais para o trabalho do Assistente Social .....	123
Gráfico 14 - Condições dos materiais utilizados pelos Assistentes Sociais .....	123
Gráfico 15 -Trabalho precário dos Assistentes Sociais .....	126
Gráfico 16 - Forma de inserção dos Assistentes Sociais na instituição que o contratou .....	137
Gráfico 17 - Tempo de Trabalho do Assistente Social contratado pela instituição em que trabalha .....	139
Gráfico 18 – Sintomas ocasionados aos Assistentes Sociais no fim do expediente .....	145
Gráfico 19 – Instrumentais utilizados pelos Assistentes Sociais .....	157

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Taxa de Índice de IDH em relação à média local e estadual entre 1991 a 2010 .....	69
<b>Tabela 2</b> – IDH e seus componentes em Parintins: 1991, 2000, 2010 .....	70
<b>Tabela 3</b> – Modalidade de contratação dos Assistentes Sociais em Parintins .....	116
<b>Tabela 4</b> – Quantitativo geral de profissionais com vínculos empregatícios pelas esferas municipal, estadual, federal e Terceiro Setor .....	117

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>NEOLIBERALISMO, CONTRARREFORMA DO ESTADO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: AS REPERCUSSÕES NA CLASSE TRABALHADORA .....</b>	<b>27</b>
1.1 Reestruturação produtiva e Neoliberalismo no Brasil nos anos de 1990: A questão da Contrarreforma do Estado: .....	27
1.2 A articulação entre público e privado na gestão social das políticas sociais no Brasil .....	39
1.3 Os sentidos da precarização do trabalho: o debate sobre as repercussões da contrarreforma na classe trabalhadora.....	49
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>61</b>
<b>O CONTEXTO AMAZÔNICO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: A REALIDADE DE PARINTINS (AM) .....</b>	<b>61</b>
2.1 A realidade socioeconômica e cultural de Parintins: O legado do festival folclórico nas expressões da questão social.....	62
2.2 O perfil do Trabalhador Assistente Social no Município de Parintins (AM).....	73
2.3 Caracterização dos espaços sócio-ocupacionais na esfera pública e privada em Parintins (AM) .....	82
2.4 Identificação das demandas institucionais postas ao trabalho do Assistente Social: resultados da pesquisa de campo .....	103
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>117</b>
<b>A SINGULARIDADE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM PARINTINS (AM): AS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS.....</b>	<b>117</b>
3.1 Caracterização das relações de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais pesquisados .....	118
3.2 A realidade das condições de trabalho dos profissionais de serviço social .....	134

3.3 O olhar dos profissionais entrevistados sobre a vivência do processo de precarização do trabalho. ....	149
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>165</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>169</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>178</b>

## INTRODUÇÃO

O tema deste estudo é a *precarização do trabalho*, que é fruto das metamorfoses do mundo do trabalho no modo de produção capitalista, a partir de um recorte temporal do surgimento da chamada acumulação flexível (consubstanciada no modelo japonês de produção e no neoliberalismo), que implicou em padrões de organização e gestão do trabalho cujos resultados podem ser avaliados pela crise estrutural do trabalho na contemporaneidade.

O Brasil, a partir de 1990, implementou decisões de ajuste econômico e estrutural visando acompanhar o novo sistema econômico mundial que se expandia e se intensificava naquele momento com a finalidade de adequar-se aos rumos do receituário neoliberal. Os sucessivos governos brasileiros seguiram as orientações do chamado *Consenso de Washington*,<sup>1</sup> “colocando em curso políticas macroeconômicas de estabilização e reformas estruturais liberalizantes centradas na abertura comercial, financeira, produtiva e tecnológica” (ALENCAR, 2004, p. 65).

Os estudos de Serra (2008) sinalizaram que no Brasil nesse período o mercado de trabalho apresentava novas tendências em que ocorreu uma rigorosa queda de empregos no setor industrial e, em contrapartida, uma elevação de postos de trabalho no setor de serviços<sup>2</sup>. A informalidade já se apresentava comum a esses setores de serviços, e a ampliação da terceirização desencadeava um expressivo aumento do trabalho informal ou flexível na sociedade brasileira.

Desde então, a precarização do trabalho foi sendo intensificada com a terceirização do trabalho que viabiliza um grau de liberdade do capital quase ilimitado para gerir e dominar a força de trabalho, já que se descompromete com o vínculo formal por meio da transferência de

---

<sup>1</sup> É um conjunto de medidas formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras de Washington, tais como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Essas medidas se compõem de dez regras básicas: Disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, privatização das estatais, desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas), direito à propriedade. Esse chamado consenso se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser *receitado* para promover o *ajustamento macroeconômico* dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades (SERRA, 2010).

<sup>2</sup> O setor dos serviços passa a ser parte da dinâmica da reestruturação produtiva e globalização econômica assumindo relevância nas mudanças societárias. Constitui-se em uma “fronteira móvel, que são redefinidas em função das necessidades do processo de acumulação que modificam as relações entre os capitalistas, esferas de produção, distribuição e circulação e os requerimentos e mecanismos necessários à reprodução da força de trabalho” (COSTA, 2000, p. 98).

responsabilidade legal e de custos trabalhistas para um terceiro (DRUCK, 1999). Derivaram-se desse processo as possibilidades de ocupação de amplos setores da população, portadores de baixa qualificação, significando, conseqüentemente, subemprego e exclusão social.

Note-se que, a força viva de trabalho assume uma nova conformação expressa na intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho que a expõem ao aumento da degradação das condições de trabalho, da precarização e fragilização do emprego e do salário do trabalhador. Nessa dinâmica, constitui-se uma “nova morfologia do trabalho” como afirma Antunes (2009), em que a força viva de trabalho integra um processo de desregulamentação em escala global que atinge a toda classe trabalhadora.

Diante desse cenário em que a precarização do trabalho circunda as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores reveladas pelas vastas literaturas é que surgiram muitas inquietações e motivações para a pesquisadora deste estudo ir à busca de desvelar como ocorrem as condições e relações de trabalho dos assistentes sociais em Parintins. Essa busca não ocorre por acaso, como servidora pública na área da Educação, haja vista, as experiências construídas ao longo de mais de vinte anos de docência perpassar por condições precárias de trabalho.

Ciente da importância do papel do professor na sociedade e comprometimento profissional com todos que têm direito à educação pública, cumpre-se dizer que a resistência ao modelo econômico é um ato de coragem. Para tanto, é necessário estar atento para as mudanças aceleradas no mundo do trabalho e os impactos nas Políticas de Educação e organizar-se coletivamente para as lutas por melhorias nas condições e relações de trabalho nas escolas.

Fazer parte da construção de uma sociedade com menos desigualdade e injustiça social e política é o que move o trabalho docente neste município, que numa busca diária no cotidiano profissional almeja sustentar encorajamento e resistência ao ideário neoliberal que não vê a escola e nem a Educação como prioridade, mas, como apêndice de sua política econômica.

Diante do que foi e é vivido pela pesquisadora nos diversos espaços de trabalho muitos questionamentos são inevitáveis tais como: Será que outros profissionais enfrentam tantas dificuldades para realizarem o seu trabalho? Será que as instituições onde trabalham dispunham de recursos humanos e físicos adequados e suficientes?

Com a implantação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em 2007 em Parintins a pesquisadora compreendeu ser importante retornar aos estudos, em outro curso para

embrenhar em novas teorias que ampliasse e/ou construísse outra visão acerca do trabalho. Nessa perspectiva, durante o curso de serviço social realizado de 2007 a 2011, as inquietações foram sendo iluminadas pelos estudos sobre a categoria trabalho instigando ainda mais a conhecer o trabalho do assistente social em Parintins. Inicialmente foi por meio do Estágio Supervisionado III que resultou a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Prática Profissional do Assistente Social no Terceiro Setor: uma análise do centro educacional “Universidade do Folclore” Paulinho Faria”, que contemplou uma assistente social que atuava naquela instituição no momento da pesquisa.

Os resultados do estudo revelaram vários aspectos que consubstanciam a precarização do trabalho e a flexibilização dos direitos trabalhistas do assistente social tais como a informalidade, instabilidade e insegurança no trabalho expondo o profissional à mercê da lógica do capital.

Ficou elucidado ainda, que o serviço social no terceiro setor é fragilizado e fragmentado e que os assistentes sociais têm experimentado as políticas do Estado neoliberal em que os poucos investimentos nas políticas sociais configuram a complexidade e as contradições do terceiro setor e, portanto, o retrocesso dessas políticas como direito historicamente conquistados. Outro ponto significativo despontado foram os sentidos do trabalho para o assistente social, ao reconhecer-se como profissional que atua na mediação dos direitos dos usuários de seus serviços e dos objetivos da instituição, a quem vende sua força de trabalho.

Para aprofundar as reflexões da problemática da categoria trabalho a autora deste estudo realizou Exame de Seleção para o Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia em 2016. E ao ser aprovada foi possível a consumação deste estudo que trouxe relevantes resultados para o município de Parintins, ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e aos assistentes sociais.

Os assistentes sociais constituem parte da divisão social do trabalho e vendem sua força de trabalho em troca de um salário. São profissionais subordinados a uma organização do trabalho, própria da sua condição de trabalhador assalariado, que está baseada em relações de trabalho que o obrigam a vincular-se a uma determinada instituição, possuir um vínculo empregatício, cumprir uma jornada de trabalho, com condições de trabalho muitas vezes precarizadas pela flexibilização contratual e salarial determinada pelos empregadores tal qual os

profissionais docentes da esfera municipal, estadual e federal no país, e em particular em Parintins/Am.

Estudar as condições e as relações de trabalho dos assistentes sociais é um compromisso ético e político profissional da categoria porque os resultados possibilitarão sempre uma nova versão no fazer da profissão como também abrirão novos debates e reflexões sobre o serviço social no município de Parintins, que com a Universidade Federal do Amazonas em 2007 e as Universidades Privadas – Universidade de Tocantins (UNITINS), e a Universidade do Paraná (UNOPAR) – a cada ano qualificam pelo menos 40 profissionais.

A pesquisa realizada neste estudo teve como **objetivo geral**: Analisar a precarização do trabalho do Assistente Social existente nos espaços sócio-ocupacionais público e privado em Parintins (Am). Para tanto, o estudo buscou responder a seguinte questão norteadora da pesquisa: *Há convergências e divergências na precarização do trabalho do assistente social em espaços públicos e privados em Parintins-Am?*

Visando responder essa questão central, foram delimitados neste estudo os seguintes **objetivos específicos**: 1) Caracterizar os espaços sócio-ocupacionais do assistente social em Parintins-Am; 2) Identificar as demandas institucionais postas ao trabalho do Assistente Social no espaço sócio-ocupacional público e privado; e 3) Conhecer as visões dos assistentes sociais sobre a vivência da precarização nas condições e relações de trabalho neste contexto local amazônico.

No que se refere à compreensão dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social em Parintins-Am, destaca-se que o espaço público nesse estudo é compreendido como aquele com cobertura estatal (instituições governamentais). Já o espaço privado é entendido como aquele sem fins lucrativos, que realiza suas atividades por meio de parcerias com o Estado (governo estadual e/ou municipal), inseridos no chamado terceiro setor<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Importa frisar que o conceito do termo Terceiro Setor é bastante polêmico, apresenta convergências e divergências por diversos autores que se debruçam sobre o tema tais como Montañó (2007), Antunes (2009), Rifkin (2005), Fernandes (2005) e outros. Em linhas gerais o Terceiro Setor é o conjunto de entidades não estatais, sem fins lucrativos, constituídas voluntariamente tais como ONGs, Fundações, Associações, OSCIPs, e outras entidades. O terceiro setor está regulado pelas leis nº 9.637/98, nº 9.790/99, nº 12.101/09 e nº 91/1935 e Decreto Legislativo nº 3.100/99 e o novo marco dado pela lei nº 13.019/2014. Disponível em [www.grhconsultoria.com.br/](http://www.grhconsultoria.com.br/).

Em relação aos **procedimentos metodológicos**, a pesquisa que foi realizada neste estudo se constitui como *pesquisa descritiva e explicativa*. Segundo Gil (2008, p. 28), a modalidade descritiva tem “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Enquanto a parte explicativa, “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.

Nesta perspectiva, a pesquisa visou conhecer a realidade de trabalho dos assistentes sociais que atuam em âmbito público e privado em Parintins, mediante a descrição das visões dos assistentes sociais entrevistados sobre a vivência de precarização do trabalho neste contexto local amazônico, buscando desenvolver uma análise explicativa sobre os fatores que geram a precarização do trabalho, identificando as principais convergências e/ou divergências existentes nas condições e relações de trabalho dos profissionais nestes espaços sócio-ocupacionais.

A operacionalização do estudo foi desenvolvida em três fases complementares de levantamentos de dados e/ou informações, conforme discriminação a seguir:

**Levantamento Bibliográfico** – foi a fase de leituras das produções bibliográficas sobre o objeto de estudo para aprofundar a compreensão das categorias teóricas delimitadas: Neoliberalismo, Contrarreforma do Estado, Precarização do Trabalho e Serviço Social.

**Levantamento Documental** – foram levantados documentos importantes para a pesquisa em sites, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAM), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/Am). No âmbito local de Parintins, buscou-se conhecer os projetos, programas e/ou regimentos das instituições em que os sujeitos da pesquisa trabalhavam visando aproximações aos dados/informações do estudo.

**Levantamento de Campo** – esse foi o momento em que a pesquisadora e sujeitos da pesquisa (os profissionais assistentes sociais entrevistados) tiveram contato direto. Esse processo foi realizado no município de Parintins-Am como já mencionado, nos espaços sócio-ocupacionais público e privado de atuação dos Assistentes Sociais. Em relação à abordagem utilizada junto aos sujeitos da pesquisa de campo (informantes-chave) foi utilizada uma *abordagem quanti-qualitativa*, a partir de uma visão de complementaridade. De acordo com Martinelli (1999, p. 27), a relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa não é de oposição, mas de complementaridade e

de articulação. Assim, entende-se que na abordagem quantitativa “o pesquisador descreve, explica e prediz”, enquanto na qualitativa “o pesquisador participa, compreende e interpreta” (CHIZZOTTI, 1991, p.52).

No que concerne à definição do *loci* da pesquisa de campo e ao *universo dos sujeitos entrevistados*, destaca-se que durante o *levantamento exploratório de campo* foram identificados um quantitativo de 26 espaços sócio-ocupacionais entre públicos e privados, nas áreas da saúde, assistência social, sócio-jurídico, previdência social e educação, onde atuavam 62 assistentes sociais. Após o contato com os gestores das instituições e com a deliberação do Termo de Anuência para a participação dos profissionais neste estudo, foi possível abranger na pesquisa um total de 25 instituições (*loci* de pesquisa) e 57 profissionais inicialmente (na modalidade quantitativa da pesquisa).

Do total de 57 profissionais, dois (02) atuavam em duas instituições perfazendo um total de 59 assistentes sociais quando foram distribuídos por instituições e áreas de atuação. Em conversa com estes dois profissionais sobre sua possível participação na pesquisa ficaram acordados que responderiam por uma única instituição em decorrência do tempo disponível para a entrevista e decisão deles.

Desse modo, junto ao universo de profissionais na modalidade quantitativa da pesquisa foi realizado um *levantamento censitário*, que abrangeu a totalidade do universo desses profissionais, mediante a *aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas* aos 57 assistentes sociais que se encontravam empregados/atuando em espaços públicos e privados no período da pesquisa de campo e que a instituição deliberou o Termo de Anuência para a realização da pesquisa em Parintins/Am.

Após a aplicação do questionário e do recolhimento do material, foi possível definir o *loci* e a amostra de *sujeitos da pesquisa* para a modalidade qualitativa da pesquisa de campo. A intenção foi aprofundar questões levantadas na modalidade quantitativa visando uma correlação analítica mais rica para o conhecimento do objeto de estudo (convergências e/ou divergências da precarização do trabalho do assistente social em espaços públicos e privados em Parintins/Am).

Em relação à modalidade qualitativa da pesquisa de campo, o *loci foi constituído* com 07 instituições do espaço público e 05 instituições do espaço privado em três áreas de políticas sociais: saúde, assistência social e educação. No **Espaço Público** ficou assim definido: Saúde (03

instituições e 03 profissionais); Assistência social (02 instituições e 02 profissionais); Educação (02 instituições e 02 profissionais), totalizando em 07 instituições e 07 profissionais. No **Espaço Privado**: Saúde (01 instituição e 01 profissional); Assistência social (02 instituições e 02 profissionais); Educação (02 instituições e 02 profissionais), totalizando em 05 instituições e 05 profissionais.

Portanto, na *modalidade qualitativa* da pesquisa foram entrevistados 12 profissionais, sendo que a escolha por 03 profissionais na área da saúde pública ocorreu por dois motivos: 1) na área da saúde privada fora identificada somente uma instituição com um total de 03 assistentes sociais, onde apenas um profissional teve interesse em participar da pesquisa; 2) pela disponibilidade de tempo e interesse do assistente social participar da entrevista. O instrumento de pesquisa utilizado nesta modalidade da pesquisa foi um *questionário de entrevista* semiestruturada com perguntas abertas.

Após a realização da pesquisa de campo, foi efetivada a tabulação dos dados quantitativos obtidos mediante elaboração de tabelas, gráficos e quadros. Em seguida, na modalidade qualitativa foram transcritas as narrativas das entrevistas e analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo<sup>4</sup>, apropriando-se das informações registradas no diário de campo de acordo com a natureza e objetivo da pesquisa.

Na discussão dos resultados do estudo, para que o leitor possa acompanhar os resultados das entrevistas entre os espaços sócio-ocupacionais investigados (público e privado), a apresentação das transcrições das narrativas dos sujeitos da pesquisa será codificada da seguinte forma: (A.S. espaço público) ou (A.S. espaço privado). A intenção é resguardar a identidade dos participantes desse estudo conforme estabelece o Código de Ética Profissional e o que foi acordado com os assistentes sociais que participaram da entrevista mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). É imprescindível destacar que essa

---

<sup>4</sup> Análise de conteúdo é uma das técnicas de tratamento de dados em pesquisa qualitativa. Bardin (2011) indica que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais, conforme o esquema apresentado na Figura I: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados a inferência e a interpretação.

pesquisa foi aprovada no Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da UFAM conforme pode ser comprovado pelo documento em anexo a essa Dissertação.

Quanto à estruturação de apresentação deste estudo, a dissertação está dividida em três capítulos: O *primeiro capítulo* versa sobre o neoliberalismo e a contrarreforma do Estado no Brasil, sinalizando a precarização do trabalho como uma das características desse receituário. A intenção é abordar a categoria trabalho e a sua subsunção ao capital, discutindo os efeitos da contrarreforma do Estado e seus rebatimentos no trabalho do assistente social no cenário contemporâneo.

O *segundo capítulo* trata sobre o trabalho do assistente social no contexto amazônico pontuando a realidade de Parintins (Am). Expõe uma breve discussão sobre o legado do festival folclórico nas expressões da questão social mediante os indicadores sociais - desemprego, trabalho informal, pobreza, danos ambientais, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes etc. Como resultado da pesquisa de campo, apresenta a caracterização dos espaços sócio-ocupacionais na esfera pública e privada em Parintins (Am), identificando as demandas institucionais postas ao trabalho do Assistente Social.

Por fim, o *terceiro capítulo* centra-se nos resultados da pesquisa de campo, especificamente na discussão da singularidade da precarização do trabalho do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais público e privado em Parintins (Am). Foram caracterizadas as relações de trabalho dos profissionais nos espaços onde atuam e, por último, não menos importante, evidenciou-se as visões dos profissionais entrevistados sobre a vivência da precarização do trabalho onde realizam exercício profissional.

Acredita-se que os resultados deste estudo trouxeram contribuições significativas ao município de Parintins, de um modo geral, por se tratar de um debate que diz respeito a toda a classe trabalhadora. Ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e aos assistentes sociais por dar visibilidade às suas condições e relações de trabalho no cenário contemporâneo, oportunizando ampliar o debate e promover reflexões acerca do trabalho desses profissionais nos diversos espaços sócio-ocupacionais como também para a realização de novas pesquisas na área de serviço social para avançar no fazer e ser da profissão em Parintins como orienta o Projeto Ético-Político da Profissão.

## CAPÍTULO I

### NEOLIBERALISMO, CONTRARREFORMA DO ESTADO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: AS REPERCUSSÕES NA CLASSE TRABALHADORA

Este capítulo apresenta discussões acerca do regime de acumulação no capitalismo, o qual desencadeia crises e provoca esgotamento de modelos de produção (fordista/taylorista). As crises antecipam estratégias que dão fôlego ao capital mediante processos de reestruturação produtiva, que incidem na criação de outro regime de acumulação produtiva (a chamada acumulação flexível).

O capítulo também aborda o processo político que acompanhou a chamada reestruturação produtiva, ou seja, a contrarreforma do Estado nos anos de 1990, que configura uma realidade de compressão de gastos públicos, visando um Estado Mínimo para a resolutividade das demandas e necessidades da população menos privilegiada e Máximo para o Mercado, incentivando o setor privado (o chamado terceiro setor) nas suas diversas versões, no enfrentamento da questão social.

É imprescindível neste estudo realizar uma reflexão acerca da articulação entre o público e o privado na gestão das políticas sociais, destacando o paradoxo da sua essência no cenário contemporâneo, que não alcança de fato a quem dela necessita e tem direito. Por isso, a abordagem realizada neste capítulo traz como elemento fundamental o debate acerca da precarização do trabalho da classe trabalhadora no Brasil, explicando que essa precarização é decorrente das políticas neoliberais orientadas pelo o *Consenso de Washington* no cenário global. Assim as repercussões nas políticas sociais também impactam no trabalho do assistente social.

#### **1.1 Reestruturação produtiva e Neoliberalismo no Brasil nos anos de 1990: A questão da Contrarreforma do Estado:**

Para realizar uma reflexão sobre a precarização do trabalho na realidade brasileira faz-se necessário antes pontuar, de modo breve, o entendimento sobre a categoria trabalho da qual parte este estudo. Para Marx (2013), no seu sentido ontológico, o trabalho é uma relação exclusiva

entre o homem e a natureza, e tem por fim o suprimento das necessidades existenciais do gênero humano. O homem ao transformar a natureza transforma a si mesmo, sendo essencialmente por meio do trabalho que homens e mulheres se distinguem de outros animais biológicos, visto que o gênero humano tem consciência de sua ação, planejando antes de executar. Nesse estágio, o trabalho possui um conteúdo material que se identifica com a produção de valor de uso<sup>5</sup> para suprir necessidades do gênero humano enquanto ser biológico.

As necessidades do gênero humano não se esgotam e, deste modo, ao serem supridas outras necessidades surgem exigindo do trabalhador novas técnicas, habilidades e conhecimentos para a produção de sua satisfação, mantendo em movimento a relação homem/natureza. Isso explica que o trabalho é condição eterna do gênero humano, é a categoria fundante do ser social.

Ao longo da história da humanidade, as mudanças nas relações sociais são inevitáveis e no mundo do trabalho o sistema produtiva ganha outras conotações metamorfoseando as relações e condições de trabalho e, sobretudo, o modo de viver da classe trabalhadora. É na contemporaneidade que as mudanças nas relações e condições de trabalho vão sendo mais visível por conta das contradições capital/trabalho. Essas contradições que engendrou a chamada acumulação flexível e agudizou a precarização do trabalho na atualidade.

A rigor, na sociedade capitalista os regimes de acumulação<sup>6</sup> de capital são caracterizados pelas crises. É possível destacar, no modo de produção capitalista, dois principais regimes de acumulação: o *Taylorismo/Fordismo* e a *Acumulação Flexível* (HARVEY, 2014). A transição de um regime para o outro ocorreu pelo esgotamento ocasionado por crises. As análises de Netto e Braz (2010), admitem que as crises não acontecem por acaso, ou seja, não são independentes do movimento do capital, assim, não podem ser suprimidas no capitalismo. Isso afirma que não

---

<sup>5</sup> A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Ela é condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na sociedade capitalista eles constituem os suportes materiais do valor de troca (MARX, 2013, p. 158).

<sup>6</sup> O regime de acumulação é definido por Harvey (2014, p. 117) como o regime que promove “a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação [...]; nele ocorrem as mutações das condições de produção e das condições de reprodução dos assalariados”. Para o autor o regime de acumulação fordista não tem uma data precisa dada às condições sócio-histórica, mas, assinala de forma simbólica que foi por volta de 1914 quando Henry Ford (empreendedor estadunidense, fundador da Ford Motor Company) introduziu o dia de trabalho de oito horas e cinco dólares para recompensar os trabalhadores da linha automática de montagem de carros (idem, p. 121).

existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise. Mota (2000, p. 37), assinala que “as crises econômicas são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo e que, diante dos esquemas de reprodução ampliada do capital, a emergência das crises é uma tendência sempre presente”. Mandel (1990) reforça o pensamento dos autores mencionados ao confirmar que na sociedade capitalista, “as crises não são resultadas do acaso e nem produto de elementos exógenos [...], elas correspondem à lógica imanente do sistema, embora fatores exógenos e acidentais desempenhem evidentemente um papel nas particularidades de cada ciclo (p. 1)”. O panorama do regime de acumulação fordista, o seu esgotamento e a transição para o regime de acumulação flexível como estratégia de enfrentamento da crise capitalista embasam as análises dos autores.

No sistema fordista, as inovações tecnológicas e organizacionais estabelecidas por Ford foram sendo aperfeiçoadas de acordo com a tendência da produtividade em cada fase. O objetivo principal desse sistema foi a redução ao máximo dos custos de produção e assim baratear o produto, podendo vender para o maior número possível de consumidores.

De acordo com Gounet (1999, p. 18-19), a organização do trabalho e da produção fordista constituía-se em cinco pontos fundamentais interligados: 1. Produção em massa; 2. Parcelamento das tarefas, na mais pura tradição taylorista; 3. Utilização da linha de montagem; 4. Padronização de peças; 5. Automatização da fábrica. Nesse sistema de acumulação teve início o salário fixo e a jornada de 8 horas de trabalho. Os trabalhadores eram orientados a executar as atividades repetitivas organizadas e gestadas pelos administradores do projeto econômico fordista o que destituía-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho, que se resumia a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido (ANTUNES, 2009).

No chamado ideário keynesiano<sup>7</sup> deste contexto, o Estado (em sua função de promotor do bem-estar social) teve papel relevante como provedor de programas de proteção para os trabalhadores, tais como saúde, educação, habitação, entre outras políticas sociais, assumindo o papel de financiador da reprodução social da vida do trabalhador, e com isso também garantindo

---

<sup>7</sup> O keynesianismo é uma teoria econômica baseada nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes, que defendeu a ação do Estado na economia com o objetivo de atingir o pleno emprego. Essa iniciativa surge como estratégia para superar uma das crises marcantes do desenvolvimento do capitalismo nos idos de 1929. As mudanças econômicas ocorridas nesse momento marcam a difusão do fordismo e do keynesianismo este que tem nas suas propostas a generalização do assalariamento, aumento da produtividade do trabalho e a intervenção social e econômica do Estado. A participação do Estado na criação de mecanismos de reprodução da força de trabalho, de que é exemplo a implementação de medidas de proteção social, que consubstanciou uma estratégia mediadora das relações entre produção e reprodução (MOTA, 2000, p. 127).

as condições necessárias para a acumulação do capital, haja vista, que as constantes crises do capital, exigem estratégias para seu enfrentamento. Dentre as estratégias estão as políticas sociais que apresentam-se como um mecanismo de manutenção hegemônico burguês e tem ligação com a luta de classes e a correlação de forças<sup>8</sup>.

Segundo Faleiros (1985), nesse cenário histórico da sociedade capitalista (pós-segunda guerra mundial), o Estado assume fidelidade na sua relação com o Mercado, transformando os recursos públicos em meios de favorecer estímulo ao capital em que se cria a infraestrutura necessária para os investimentos e a circulação do capital. O Estado por sua vez, agiu no enfrentamento da *questão social*<sup>9</sup>, mais especificamente quando as necessidades individuais transitaram para o campo das necessidades coletivas. Tal fato ocorreu porque o que está em jogo é o movimento do capital, e ao mesmo tempo, os movimentos sociais concretos, que se organizaram e obrigaram o Estado a cuidar da força de trabalho – como mercadoria especial, produtora da mais-valia.

A *questão social* expressa disparidades econômica, política e cultural entre as classes sociais que são mediatizadas por relações de gênero, raça/etnia, religião, características regionais, colocando em xeque as relações entre os vários segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Porém, “esse processo é denso de conformismo e rebeldia, forjado ante as desigualdades sociais,

---

<sup>8</sup> Como via de intervenção social na perspectiva de acalmar a classe trabalhadora e avançar no processo produtivo visando o lucro, pode se dizer que as políticas sociais não são boas em si mesmas, assim como são apresentadas pela classe dominante e nem tampouco ruins, portanto, não podem ser pensadas e analisadas fora da dinâmica do Estado e do processo de acumulação produtiva. As políticas econômicas e as políticas sociais estão intrinsecamente interligadas. E as políticas sociais não podem ser compreendidas como um movimento linear ou unilateral, ou seja, do Estado para a sociedade civil como concessão ou da sociedade civil para o Estado como luta e conquista, contudo têm de ser analisadas como um processo dialético entre as classes sociais, como afirma Pastorini (1997, p. 97).

<sup>9</sup> Diante da agudização das precárias condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, assim como das lutas sociais expressas nos movimentos sociais dos trabalhadores, é que a questão social torna-se alvo de intervenção organizada do Estado, sendo a base para a criação das políticas sociais. É necessário entender que a raiz da questão social está na disputa da riqueza socialmente produzida que estrutura a economia mundial bem definida no contexto da chamada Revolução Industrial, a partir do século XVIII. É nesse cenário, onde a classe trabalhadora sem os meios de produzir fica subordinada ao mercado, o qual ultrapassa os limites de exploração da força de trabalho dos trabalhadores. Porém, a resistência impera tanto quanto as condições em que a classe trabalhadora se encontrava. Como diz Iamamoto (2008), na ordem do capitalismo, o trabalho é, para o trabalhador, sofrimento mediante desgaste do tempo de vida e energia, mas é também rebeldia na defesa de seus direitos e enfrentamento da apropriação pelo capital da mais valia fruto de sua produtividade no trabalho. Portanto, a questão social é resultante da relação contraditória entre capital e trabalho na sociedade capitalista.

expressando a consciência e luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

É nesse quadro da sociedade dividida por classe que emergem as políticas sociais e, também, o mercado de trabalho para os profissionais de Serviço Social, que “se constituiu como profissão legítima, inserindo-se no mercado de trabalho, com todas as consequências decorrentes da sua fonte de legitimação, tornando-se vendedor de sua força de trabalho”. (NETTO, 1992, p. 69). Fica explicado que o Estado tem sido o maior empregador dos assistentes sociais, no sentido de garantir a operacionalização das políticas sociais. (IAMAMOTO, 2001; MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011).

Indiscutivelmente, a institucionalização do Serviço Social vem regida por duas vertentes quais sejam: tanto para atender aos objetivos do empregador quanto para a mediação do acesso aos direitos sociais dos usuários de seus serviços. Como reafirma Iamamoto (2001) o assistente social, como servidor público estatal assalariado, desenvolve o seu exercício profissional mediado pelas demandas e requisições do mercado de trabalho tensionado pelo compromisso com a classe trabalhadora (conforme o projeto ético-político da categoria) e da produção da mais-valia.

Por isso, a referida autora preconiza em seus estudos que a matéria prima do serviço social é a *questão social*, pois, são as diversas expressões das desigualdades sociais na sociedade capitalista que incitam a classe trabalhadora a exigir do Estado intervenção em que são criadas as políticas sociais e que tem o assistente social como executor.

Nesse debate, Serra (2010), compreende que a matéria prima do serviço social são as políticas sociais, daí considera que,

A questão social não se constitui por si só matéria-prima do Serviço Social, mas é elemento desencadeador das respostas sociais dadas pelo Estado capitalista, por meio das políticas sociais que se constituíram a base institucional da ação da profissão no âmbito do Estado, por meio das quais o Serviço Social desenvolve a sua ação profissional, mediando a prestação de serviços sociais que constituem a sua primeira dimensão profissional (p.22).

As políticas sociais são frutos das contradições capital/trabalho desencadeado pela luta de classes e criadas pelo capitalismo como estratégia importante para a sua manutenção hegemônica

de poder. As políticas sociais são áreas organizadas e institucionalizadas para atender em parte as demandas da classe trabalhadora onde o assistente social é o profissional que vai mediar o trânsito dos usuários aos seus direitos. Em síntese, concorda-se que a matéria prima do assistente social é a questão social viabilizada pelas políticas sociais que na organização e gestão do trabalho o foco principal é a exploração da força de trabalho da classe trabalhadora e, portanto, a intervenção deve ser para sustentá-la e com isso intensificar a produção da riqueza.

Prosseguindo a abordagem sobre as mudanças no modelo de produção no capitalismo, Vasapollo (2005) observou que o sistema fordista racionalizou velhas tecnologias mediante a divisão do trabalho e obteve incrementos no processo de produtividade frente aos trabalhadores, que exerciam uma única função. De qualquer forma, esse sistema assegurou crescimento econômico e algumas melhorias nas condições de vida e de salários dos trabalhadores devido às intervenções de regulamentação do trabalho do Estado keynesiano (Estado de bem-estar social) vivenciadas neste contexto histórico, que passou a ser conhecido como o período fordista/keynesiano do desenvolvimento do capitalismo do pós-segunda guerra mundial (1945 a 1973).

Santos (2012) salientou duas características que vislumbraram esse padrão produtivo do chamado contexto fordista/keynesiano: 1) o fortalecimento do caráter coletivo das contratações e das demandas trabalhistas mediante o reconhecimento das negociações coletivas, o que dava poder e autonomia aos trabalhadores, e o reconhecimento como interlocutores nas negociações; 2) Estabilidade no emprego, inerente ao próprio sistema produtivo que requeria consumo em massa. De modo geral a autora afirma que esse regime:

Tratou-se de um contexto único, onde um conjunto de fatores associados possibilitou um avanço civilizacional nas relações entre capital e trabalho que tem na estabilidade do emprego um dos seus ícones, duramente atacado quando da crise desse regime de acumulação (p. 160).

A referida autora aventa nos seus estudos que no Brasil os trabalhadores não usufruíram desse bem-estar porque não houve estabilidade no emprego durante a vigência do “fordismo à brasileira”, mas sim, a flexibilização dos mercados, do trabalho e da vida dos trabalhadores. Dada às características de um desenvolvimento tardio e esporadicamente democrático, o fordismo no Brasil não foi acompanhado das garantias sociais, que existiram nos países centrais, onde foram

vislumbrados os ganhos de produtividade ao conjunto da população (SANTOS, 2012). Ao contrário, a classe trabalhadora brasileira foi estrangulada pela falta de emprego, a rotatividade da mão de obra barata e a exploração da força de trabalho.

De acordo com Harvey (2014), esse sistema de acumulação (fordista), chegou ao esgotamento devido sua rigidez produtiva. O projeto fordista/keynesiano não conseguiu dar respostas favoráveis aos rumos econômicos naquele período, forçando demissões e cortes de salários dos trabalhadores, o que revelou pouco poder de Ford para o enfrentamento das contradições do capitalismo apresentadas nas manifestações das crises localizadas nos primeiros anos na década de 1970.

O evento que evidenciou o colapso do padrão fordista foi a crise do petróleo (1973), ocorrida quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) triplicou o preço do barril de petróleo, elevando seu preço em mais de 300% pelo barril, gerando uma escassez de combustíveis no mercado mundial, inclusive levando os Estados Unidos da América (EUA) a entrarem em recessão, somada com as manifestações crônicas de crise do modelo keynesiano de Estado de Bem-Estar Social na década anterior, e também, com as lutas sindicais que pressionavam os gastos sociais por parte do Estado (HARVEY, 2014).

Nessa direção, o neoliberalismo<sup>10</sup> ganha força e notoriedade com os governos “conservadores” da Inglaterra, Margareth Thatcher, e do Reino Unido, Ronald Reagan, que impunham os procedimentos da política neoliberal para todos os países, destacando que os investimentos nas áreas sociais deveriam ser direcionados para as empresas. Essa prática, segundo esses governos, seria fundamental para dinamizar a economia e, por conseguinte, gerar

---

<sup>10</sup>O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas. O Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais, visando assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes deverão ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (HARVEY, 2014, p. 12).

melhores empregos e salários. Houve ainda uma série de recomendações especialmente dedicadas aos países periféricos<sup>11</sup>, tais como: a redução de gastos governamentais; a diminuição dos impostos; a abertura econômica para importações; a liberação para entrada do capital estrangeiro; privatização e desregulamentação da economia (ANTUNES, 2009; HARVEY, 2014). Esse projeto demarca o giro capitalista global que não cessa ambição pela lucratividade, que se recria e se reinventa em meio às suas próprias crises.

Não obstante, há que se reconhecer que com a introdução da organização científica Taylorista do trabalho na indústria automobilística e sua fusão com o fordismo pode representar a forma mais avançada da racionalização capitalista do processo de trabalho ao longo de várias décadas do século XX (ANTUNES, 2009), sendo necessário não silenciar a razão e reconhecer que o esgotamento do modelo de acumulação fordista trouxe forte e agressiva ofensiva neoliberal junto à classe trabalhadora, a quem coube somente a função de produzir a riqueza e, não usufruí-la.

No tocante, ao enfrentamento do esgotamento do modelo de produção taylorista/fordista, os agentes econômicos articularam-se e seguiram em busca de respostas para combater tal crise. As crises do capital que estão intrinsecamente ligadas às relações sociais e políticas não devem ser descartadas do seu movimento em torno do valor<sup>12</sup>. Nesse sentido, é lógico que as alternativas e as estratégias são direcionadas à satisfação e interesses do capital sem se importar com os meios utilizados para isso. Face a esse objetivo principal são verificados os esforços do capital para realizar uma *reestruturação produtiva*<sup>13</sup> em seu modelo de produção vigente, buscando garantir a lucratividade e concentração do e para o capital.

---

<sup>11</sup> O Brasil se enquadra nessa caracterização pela sua condição de país semi-industrializado, constituindo-se num exemplo de expressão do fordismo periférico, isto é, sem o desenvolvimento padrão fordista com pleno emprego, consumo de massas, qualificação suficiente de mão-de-obra, Estado de Bem-Estar (SERRA, 2000, p. 34).

<sup>12</sup> O valor é a unidade dialética que compreende a essência e a aparência, senão o ‘valor’ determinado na produção, sua dimensão essencial; e o ‘valor’ social da mercadoria, sua dimensão aparential e determinada pela produção e pela circulação (pelas condições concretas do ramo específico e em relação à economia como um todo). (CARCANHOLO, 2013, p. 136).

<sup>13</sup> Numa conjuntura de crise, “a reestruturação produtiva é uma iniciativa inerente ao estabelecimento de um novo equilíbrio instável que tem, como exigência básica, a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção como na das relações sociais”. (MOTA, 2000, p. 63). Sobre a Reestruturação Produtiva no Brasil, ver em (RAMALHO, 2002).

Para isso, como resposta eficaz para o grande capital adota-se o “modelo japonês”, que ficou conhecido como *toyotismo* ou “acumulação flexível”, assim denominado por Harvey (2014). Esse modelo, ao contrário do fordismo aprimora as condições e relações de trabalho como impunha novas. Veja no quadro 1 as características do toyotismo.

**Quadro 01:** Características do Toyotismo (empresa flexível) frente ao Fordismo

Contrapontos entre os dois modelos de produção
É uma produção diretamente vinculada à demanda, diferenciando-se da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo
Depende do trabalho em equipe, com multivariabilidade de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;
A empresa flexível se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas, diferentemente da relação homem/máquina na qual se baseava o taylorismo/fordismo;
Tem como princípio o <i>just in time</i> que é o controle do menor tempo possível para o processo produtivo;
Desenvolve-se mediante o sistema de <i>kanban</i> – que são senhas de comando para reposição de peças e de estoque sem gerar desperdício e não interferir na produtividade;
As empresas do complexo produtivo toyotista têm uma estrutura horizontalizada e não verticalizada como no sistema.
Desenvolve a criação de círculos de controle de qualidade (CCQs), visando a melhoria da produtividade das empresas e permitindo-lhes apropriar-se do <i>savoir faire</i> intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava.

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em Druck; Antunes, 2015.

Dentro da dinâmica de reestruturação produtiva, construída conscientemente pelos capitalistas, são instaladas ideologias individualistas que favorecem a captura da subjetividade dos trabalhadores pelo capital e seu alinhamento aos interesses do mercado, fomentando o afastamento do trabalhador das organizações coletivas (sindicatos) mediante a disseminação da ideologia do trabalhador como um “colaborador” da empresa capitalista.

Embora os aspectos positivos das tecnologias sejam inegáveis, é necessário questionar os efeitos delas na exploração do trabalhador quando aplicadas à produtividade. Desse modo, convém dizer que o toyotismo desencadeou um conjunto de mudanças na esfera da produção de mercadorias (formas de gestão da força de trabalho, os mecanismos socioinstitucionais que interferem na reprodução do trabalhador, a questão da tecnologia, a divisão técnica do trabalho,

entre outros) (MOTA, 2000), que reordenou os mercados, que ajustou medidas de regulação estatal e acelerou o processo de privatização, terceirização, informalidade que tem como característica a precarização do trabalho e da vida do trabalhador.

A chamada acumulação flexível trata-se de um regime de acumulação que de acordo com a compreensão de Antunes (2009), baseia-se em princípios de organização e de tecnologia avançados, que se desenvolveu de maneira flexível, recorrendo à desconcentração produtiva e às empresas terceirizadas. Na citação construída pelo referido autor é possível depreender as principais características desse regime de acumulação flexível e o novo perfil dos trabalhadores:

Utiliza novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das 'células de produção', dos times de trabalho, dos grupos 'semiautônomos', além de requerer, pelo menos, no plano discursivo, o 'envolvimento participativo' dos trabalhadores, em verdade uma participação manipulatória e que preserva, na essência, as condições de trabalho alienado e estranhado. O 'trabalho polivalente', 'multifuncional', 'qualificado', combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive, nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho (p.54).

No Brasil, a transição do fordismo para o toyotismo teve forte impacto, como nos países desenvolvidos, na classe trabalhadora. A implementação de práticas e técnicas baseadas no modelo japonês levou ao aprofundamento do desemprego crescente, terceirização, precariedade dos vínculos empregatícios, em que os trabalhadores temporários sofrem o drama da instabilidade e da insegurança, além do enfraquecimento dos movimentos sindicais. Sobre esse contexto, Ramalho (2007), aponta que,

O processo de reestruturação produtiva no Brasil repete outras experiências do mundo industrializado, no que diz respeito aos modos de intensificação e exploração do trabalho e à redução de direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo do século (p. 85).

É importante lembrar que nos anos de 1980, no contexto brasileiro, ocorreu o processo de abertura política (democratização) decorrente da organização da sociedade civil na luta por direitos, em que se observou o efeito positivo dessa luta mediante a resistência frente à sociedade capitalista. Nessa década, os movimentos sociais criaram pautas de reivindicações que

anteciparam leis, ampliando canais de interlocução com o Estado via representantes da sociedade civil (participação social), tais como – movimentos sociais, Organizações não-governamentais (ONGs), fundações e entidades filantrópicas (GOHN, 2000). O contexto foi de resistência e luta social visando a democracia, a gestão democrática do Estado por meio da participação da sociedade nas decisões políticas (por meio da implementação dos conselhos de políticas sociais), enfim, essa luta social estava assentada no ideário da necessidade de construção de uma sociedade mais justa e igualitária (PERONI, 2013).

As lutas sociais e os avanços sociais e políticos que retratam o cenário na década de 1980 sofre profunda inflexão diante das transformações econômicas e políticas nos anos de 1990, notadamente no governo Collor, que teve como base as propostas do ideário neoliberal de redução do papel do Estado na intervenção das políticas sociais e um amplo processo de privatização e mercantilização das organizações governamentais públicas.

Essas propostas não foram descartadas mesmo ocorrendo o *impeachment* de Collor, e foram seguidas no governo de Itamar Franco, que nomeou Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o cargo de Ministro da Fazenda, que elaborou o Plano Real (1994) para enfrentar a inflação com altos investimentos no capital especulativo, desencadeando uma série de problemas para o capital produtivo e, conseqüentemente, para a dívida externa e interna do país.

Tal fato foi ponto chave para que FHC almejasse o cargo para presidente da República representando o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do qual era membro na época<sup>14</sup>. Nesse movimento, observa-se que o projeto neoliberal vai se fortalecendo nos governos posteriores. No governo de FHC (1995), ocorreu a implantação do *Projeto de Reforma do Estado*, elaborado por Bresser Pereira, e conduzido operacionalmente pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). Um dos pontos fundamentais desse projeto foi a redução do Estado da frente do desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer a sua função de promotor e regulador desse desenvolvimento.

Na visão de Bresser (1996, p. 14), esse modelo de Estado “não pretende atingir o Estado mínimo, mas construir um Estado que mantém suas responsabilidades na área social, acreditando

---

<sup>14</sup> Eleito pelo Plano Real resta ao então presidente FHC lutar pela sua manutenção no governo o que requer “um alto preço submetendo o povo brasileiro a enormes sacrifícios como recessão, desemprego em massa, arrocho no crédito e nos salários, juros altíssimos e câmbio artificialmente apreciado, comprometendo o parque industrial interno e os níveis necessários de desenvolvimento nacional” (SERRA, 2010, p. 81).

no mercado, do qual contrata a realização de serviços, inclusive na própria área social”. Em contraposição a essa afirmação, Montañó (2007, p. 29), diz que “a chamada (contra) reforma do capital, retira a legitimação sistêmica e o controle social da ‘lógica democrática’ e passa para a ‘lógica da concorrência’ do mercado”.

Na mesma linha de pensamento de Montañó (2007), Behring (2003), em sua obra intitulada “Contrarreforma do Estado: desestruturação do Estado e perda de direitos”, afirma que a reforma do Estado representa uma escolha de política econômica e não um caminho natural, tendo como real objetivo motivos ideológicos, tais como: 1) Retirar do Estado de suas funções produtivas; 2) Facilitar as privatizações; 3) Inserir o país na dinâmica do capitalismo contemporâneo; 4) Criar Programas de Publicização; e 5) Consolidar democrática pela via tecnocrática e decretista.

De fato, a *contrarreforma do Estado* concernente às ideias neoliberais pode ser considerada como regressiva na medida em que são observadas as condições de vida e de trabalho da massa trabalhadora decorrentes do desemprego estrutural, que vem sendo aprimorado e intensificado sem medida. Com o processo de modernização tecnológica (reestruturação produtiva) no parque industrial brasileiro, os resultados não foram satisfatórios para a classe trabalhadora dada às particularidades de um país periférico. Behring (2001) confirma que,

As consequências do ajuste neoliberal para a política são enormes, não só porque o aumento do desemprego leva ao empobrecimento e ao crescimento generalizado da demanda por serviços sociais públicos. Mas, porque corta-se gastos, flexibiliza-se direitos e propõe-se implícita ou explicitamente, a privatização dos serviços, promovendo uma verdadeira antinomia entre políticas econômica e política social (p. 119).

Diante disto, muitos trabalhadores foram inseridos nas estatísticas de desempregados do país. Em pesquisas da época, verificou-se que “o Brasil perdeu 3,3 milhões de postos de trabalho formais na economia brasileira contabilizando cerca de 18 milhões de assalariados num quantitativo de pelo menos 70 milhões de trabalhadores ativos.” (MATTOSO, 1999, p.17-18).

Destarte, a problemática da fragilização do trabalho na atualidade é decorrente do processo de acumulação e concentração da riqueza pelos capitalistas. Nestes termos, as mudanças ocorridas no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo recaem, entre outros aspectos, no

processo de flexibilização e precarização das relações e condições de trabalho, implicando na desconstrução da legislação trabalhista, combinada pelos preceitos neoliberais.

No contexto brasileiro, nas *novas legislações trabalhistas*, que retira direitos como conquista histórica, consolidadas no governo Temer, é verificado os reflexos da *precarização do trabalho* que atinge a classe trabalhadora. Dentre as mudanças ocorridas na Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) está na aprovação do projeto de lei (PL), que libera a terceirização de atividades-fim no país (Lei nº 13.429/2017), bem como a Lei nº 13.467/2017 (Reforma trabalhista), que condensa a proposta do “negociado sobre o legislado”, e que aperfeiçoa a nova Lei sobre terceirizações. Pode ser visto também a introdução de regras de flexibilização nas diversas modalidades de contratação flexível, nas jornadas e no próprio acesso dos trabalhadores à Justiça, atingindo tanto os trabalhadores estáveis como os trabalhadores instáveis, dificultando ainda mais a “classe-que-vive-do-trabalho<sup>15</sup>” no dizer de Antunes (2009).

Assiste-se nesse cenário, um Estado inábil para assumir o seu real papel de provedor e financiador das políticas social ocasionado pela ordem econômica e política mundial. Consagra-se, então, uma grande luta entre o público e o privado em oferecer serviços e ações (políticas sociais) à classe trabalhadora como apresentado com mais afinco no próximo tópico.

## **1.2 - A articulação entre público e privado na gestão social das políticas sociais no Brasil**

A década de 1990 no Brasil ficou marcada por um movimento de mudanças na postura adotada pelo Estado em função das propostas de ajuste econômico global e de reformas institucionais, tendo como objetivo maior a inserção do país no circuito competitivo da economia

---

<sup>15</sup> Termo denominado por Antunes (2009) para contemplar a totalidade de trabalhadores assalariados, homens e mulheres que vivem da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção (p. 194).

globalizada. Nesse contexto, entra na cena política a luta da sociedade civil por espaço público<sup>16</sup>, em que a participação social na gestão das políticas sociais ganha notoriedade no Brasil.

É essa participação política da sociedade civil que Raichellis e Wanderley (2004), compreendem como o conceito de “público”. Para os autores, o conceito de público é imbuído de sentido político e valorativo que com a participação coletiva da sociedade civil na luta por direitos tem levado o Estado a dar respostas às suas reivindicações. Outro sentido de público para os autores está na concepção de igualdade, democracia que a sociedade civil manifesta na arena política por meio do diálogo, negociando seu projeto coletivo com o Estado. Em síntese, o espaço público, refere-se à participação da sociedade civil numa interlocução com o Estado nas decisões que dizem respeito às questões plurais da vida em sociedade. Nesse sentido, vale registrar a opinião de (SOUZA, 1993) *apud* (RAICHELLIS; WANDERLEY, 2004) sobre o que é público:

O público é o que nos permite hoje escapar desse dilema entre privado e estatal, entre mercado e Estado, entre o direito de uns poucos e o de todos [...]. Estamos propondo que o democrático seja abrangente, que o público seja a forma democrática de existir e equacionar os problemas de todos, em que a cidadania se realiza em toda sua universalidade (p. 11).

A defesa da ideia de Souza (1993), sobre a relação entre público e privado não significa pensar o fim dos espaços privados e nem tampouco do estatal, haja vista, que somente o Estado pode e deve ser responsabilizada por questões mais amplas como a segurança, a garantia de outros direitos civis. Assim, as reflexões mencionadas propõem a articulação entre o público e o privado na gestão das políticas sociais e a participação política da sociedade civil como protagonista do processo emancipatório. Essa articulação envolve, portanto, os espaços públicos (o Estado) e, os espaços privados (constituídos pelas instituições que compõem o chamado “terceiro setor”) e ainda, os espaços privado empresarial.

Por outro lado, apreende-se a articulação entre o público e privado na gestão das políticas sociais no Brasil a partir do grau de universalidade no atendimento dos serviços sociais, sem desconsiderar as contradições capital/trabalho, fundamento da emergência dessas políticas como

---

<sup>16</sup> O conceito de público aqui é concebido como o espaço com cobertura estatal e o privado como aquele sem fins lucrativos, autogovernados, com participação voluntária (RAICHELLIS; WANDERLEY, 2004).

direito universal. Para tanto é necessário fazer as seguintes indagações: Quais dimensões são alcançadas pela parceria entre público e privado na gestão das políticas públicas? Em que medida a intervenção do Estado alcança a universalização das políticas sociais como direito conquistado?

A parceria entre o público e o privado (neste contexto de contrarreforma do Estado no Brasil), no trato às desigualdades e injustiças sociais, visou o fortalecimento da esfera privada na provisão de bens e serviços sociais que passam a receber investimentos do fundo público para a realização das atividades no campo das políticas sociais. Essa ocorrência vem com a redefinição do papel do Estado pelo movimento do capitalismo, que instituiu a sua Reforma na tentativa de superar a sua crise, definindo como principal estratégia o mercado livre.

O receituário neoliberal redefiniu as fronteiras entre o público e o privado, que altera tanto o funcionamento do espaço estatal como das entidades paraestatal, passando a seguir a doutrina da lógica do mercado e reorganizando os processos da execução das políticas sociais. Firma-se um comprometimento entre Estado e Mercado por meio de uma nova economia mista, que propõe “uma nova sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados, mas tendo em mente o interesse público” (GIDDENS, 2001, p. 109).

Nessa perspectiva, a relação entre público e privado, ou Estado e sociedade civil, configura a sociedade de classe movida por correlações de forças que têm projetos societários distintos. A articulação das duas esferas vistas dentro do processo de *contrarreforma do Estado* orientado pelo neoliberalismo é contraditória, porque não mostra claramente a universalização dos direitos. Os elementos potentes dessa contradição estão inscritos por um lado na privatização dos serviços oferecidos à própria sociedade civil, e, por outro na desregulamentação do trabalho, dos direitos universais que por ora ocorre de forma fragmentada, fragilizada e propositalmente.

Esse quadro desenhado por Bresser (1996) e seus aliados sinaliza um Estado mínimo para as necessidades e demandas da classe trabalhadora. Para ele, “reformular o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado” (p. 11), de modo que o Estado passe a ser regulador, controlador e transferidor de recursos. Note-se, o privado está vinculado ao mercado e não se trata, portanto, de uma contraposição entre Estado e sociedade civil, mas, sobretudo de reconhecimento de que, na sociedade de classes privado e público são perpassados por interesses mercantis (PERONI, 2013).

Em outra concepção, constatada nos estudos de Raichelis e Wanderley (2004), o público e o privado mantêm uma relação dialógica, onde a esfera pública deve ser construída e tecida na relação entre Estado e sociedade civil, bem como no interior desta na perspectiva de transformação política e social, favorecendo a interlocução entre o público e o privado para tomada de decisões.

Maciel, Bordin e Costa (2014), discutem as mudanças da vida privada no espaço público. Destacam em seus estudos que a participação da sociedade civil com o Estado constitui um espaço público capaz de politizar a cidadania e democratizar a democracia em que as articulações das demandas setoriais podem sim, trazer resultados positivos, benéficos à sociedade civil por meio das Organizações da Sociedade Civil (OSCs)<sup>17</sup>. Para compreender do que se tratam as reflexões das autoras, elas esclarecem a distinção entre sociedade civil e OSC, sendo que a sociedade civil institui as OSCs esta que é constituída pelos órgãos de representação política, como sindicatos, partidos e associações profissionais.

A *gestão compartilhada* entre Estado e sociedade civil, na perspectiva de Maciel, Bordin e Costa (2014), é entendida como uma gestão que favorece o protagonismo da sociedade civil, que tem na sua participação a possibilidade de emancipação. Porém, as autoras alertam os atores envolvidos na luta por espaços públicos que a participação na busca por respostas coletivas não devem ser esvaziada de criticidade, de acompanhamento da realidade onde são manifestadas as frações da questão social, ou seja, as demandas e as necessidades da população para que reconheçam as suas origens e assim, se equipem de estratégias que considerem a totalidade. Pois, a participação popular é o meio de controle social protagonizado pela sociedade civil na luta para a garantia dos direitos sociais, controle de verbas sociais, ultrapassando práticas tradicionais de controle técnico-burocrático (SIMÕES, 2009), e, portanto, exige-se participação com reflexão e criticidade.

---

<sup>17</sup>As OSCs são entidades formadas por pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Essa qualificação não é um direito ou opção, mas elas são qualificadas de acordo com determinados critérios de conveniência e aprovação do Poder Público, regulamentadas pela lei nº 9.637/98. Às OSCs poderá ser atribuída a realização de atividades sociais, com apoio do Estado, nas áreas de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, ensino, cultura e saúde. Trata-se de promover a adoção de formas públicas não-estatais de prestação desses serviços, que conjuguem a agilidade e proximidade em relação às demandas dos usuários-cidadãos com a maior autonomia administrativa e institucional proporcionada pela personificação jurídica como ente de direito privado (BOUDENS, 2000). Disponível em [www.grhconsultoria.com.br/](http://www.grhconsultoria.com.br/).

Raichelis e Wanderley (2004) exemplificaram que os Conselhos de gestão das políticas públicas, de Direitos da Criança e do Adolescente, da saúde, assistência social, seguridade social, de Educação, e outros são dimensões de espaços democráticos, constituídos, de forma paritária, por representantes do governo e da sociedade civil, e estão vinculados administrativamente ao governo do estado ou do município. Para Simões (2009),

O controle popular está instituído pelo § 1º do art. 1º da Constituição Federal, foi reiterado pelo art. 48 da LRF, que assegurou a transparência na gestão fiscal mediante incentivo à participação popular e pelos arts. 2º e 4º do Estatuto das Cidades (LC nº 10.257/2001) ao instituir a gestão orçamentária participativa. Dentre os Conselhos criou-se o Conselho Municipal do Orçamento Participativo (COP) (p. 107).

Diante do exposto, verifica-se que a esfera pública é espaço de tensões e conflitos, de democracia e de liberdade de expressão, onde todos têm vez e voz considerando nesse sentido, que a participação é sinônimo de autonomia e cidadania. Concluem Raichelis e Wanderley (2004), que a esfera pública é ampla e abarca a relação entre o econômico e o político, o estatal e o privado (o público não estatal).

Por outro lado, importa dizer que o fortalecimento do setor privado no Brasil na gestão das políticas sociais não decorre de uma tendência atual de privatização. O crescimento do setor privado no Brasil – traduzida seja na prestação de serviços por instituições privadas ou na existência de formas privadas de financiamento, gestão e acesso a serviços sociais – é anterior ao movimento de valorização do mercado, fruto das reformas econômicas dos anos de 1990 no país, e, assim, não pode ser visto como uma simples resposta às pressões e mudanças geradas na conjuntura nacional e internacional.

Gohn (2000) apresenta os avanços e os recuos das ONGs como espaços públicos e de caráter privado no Brasil:

Anos de 1970 e 1980 as ONGs foram denominadas militantes porque na época construíram um conjunto de práticas que se traduziram em uma cultura de cidadania, o que era inédito num país de tradição centralizadora, autoritária, patrimonialista e clientelista (p. 63).

As conquistas pela sociedade civil foram marcantes nos anos de 1980, dentre as quais a autora supracitada aponta.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a Reforma Sanitária que elevou à criação do Sistema Único de Saúde – SUS, a luta pela Reforma Urbana, as experiências de Orçamento Participativo em diferentes cidades brasileiras, os diferentes conselhos gestores de políticas de habitação, dos direitos da mulher, das pessoas com deficiência, dos idosos, das escolas e outras formas de colegiados e estruturas de mediação entre Estado e sociedade civil, são exemplos vivos da conquista e da força daquela participação organizada (Idem, p. 64).

Já na década de 1990 é desenhado um novo perfil das ONGs, dado ao contexto econômico, que desta vez passam a defender as políticas de parcerias entre o Estado e as entidades sem fins lucrativos e marcam a expansão do espaço público não estatal (GONH, 2000). Um dos efeitos desse novo perfil das ONGs, compreendido pela autora, é de dar abertura para o crescimento de instituições privadas, porém, públicas, que constituem o chamado “terceiro setor”. Esse espaço foi muito “bem-vindo” para o mercado naquele momento porque foi justamente quando se difundia o receituário neoliberal e o Brasil ocupava-se da Reforma do Estado, retirando-o da primazia de implementação das políticas sociais, impondo-lhe o importante papel de apenas regulador e provedor de hegemonia do capital.

De acordo com a teoria neoliberal defendida e amplamente divulgada sobre o conceito hegemônico do “terceiro setor” ele se divide em: organizações não-lucrativas e não-governamentais (ONGs, movimentos sociais, organizações e associações comunitárias); instituições de caridade, religiosas; atividades filantrópicas (fundações empresariais, filantropia empresarial); ações solidárias; ações voluntárias; e atividades pontuais e informais (MONTAÑO, 2007). O termo e a definição do “terceiro setor” ainda são complexos e contraditórios, mas certo de que a sua criação tem dado visibilidade de que é mais uma estratégia do grande capital para a sua sustentação de acumulação.

De acordo com Antunes (2009, p.113), o terceiro setor “não é uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas, cumpre um papel de funcionalidade ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital”. Já para Yazbek (2000, p. 14) é um amplo conjunto de organizações e iniciativas privadas sem definição clara, que prestam

serviços e assumem finalidade pública. Na prática, um conjunto heterogêneo, agrupado de modo impreciso. Salamon (1997, p.90), conceitua como um “[...] setor sem fins lucrativos, setor da sociedade civil, setor voluntário, setor social- econômico, setor ONG, setor da caridade etc.”

As literaturas apontam convergências e divergências sobre o surgimento do termo e da sua finalidade, todavia, qualquer que tenha sido o precursor do conceito do “terceiro setor”, o fato é que este teve sua gênese e finalidade articulada aos interesses da classe dominante sob a ótica neoliberal, uma vez que produzido pelos próprios intelectuais do capital (MONTAÑO, 2007).

Desse modo, os teóricos que defendem o “terceiro setor” não se referem à “diminuição do Estado”, mas justificam sua criação das mais variadas formas: esse terceiro setor traria possibilidade da participação cidadã; criação de um espaço alternativo de produção e consumo de bens e serviços; desenvolvimento da democracia; estimularia os laços de solidariedade; compensaria as políticas sociais abandonadas pelo Estado; constituiria fonte de emprego alternativo, entre outras. Para a antiga ministra Ruth Cardoso (2003), o conceito de Terceiro Setor descreve um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e de agir sobre a realidade social. Dessa forma, acredita a autora que há ruptura da dicotomia entre público e privado na perspectiva de enriquecer a dinâmica social.

Observa-se nesse contexto, que o *conceito de espaço público* esvazia-se dando lugar a outras organizações da sociedade, se traduzindo em espaço de organização comunitária onde estão os próprios que necessitam e têm direito dos serviços do Estado. Na medida em que se aprofunda sua expansão, o *espaço público não estatal* passa a ser conhecido como mais eficaz que o espaço estatal (GOHN, 2000). O Estado deixa de ser o grande patrocinador do bem-estar social, competindo à sociedade e à iniciativa privado a responsabilidade de participação no processo de provisão social. Iamamoto (2001, p. 123), confirma esse cenário, “este processo amplia o espaço das grandes corporações empresariais e das Organizações Não-Governamentais – ONGs – na gestão e execução de políticas sociais com amplas repercussões nas condições de trabalho e no mercado de trabalho especializado”.

Portanto, essa nova configuração dos espaços sócio-ocupacionais que vem sendo denominados de terceiro setor se apresentam ao serviço social no Brasil. Essa realidade sendo reflexo do modo de produção capitalista traz consigo a flexibilização do trabalho, do contrato salarial, dos direitos trabalhistas, da vida do trabalhador, incidindo no trabalho do assistente

social que se encontra nesses espaços privados, com os seus direitos trabalhistas fragilizados, trabalho precarizado que se dá por diversos motivos, quais sejam: insegurança, instabilidade, jornada de trabalho excessiva, baixa remuneração e não acesso aos direitos previdenciários e/ou quando ocorre é de forma fragilizada, sobretudo, no décimo terceiro e férias não remuneradas.

Vê-se que, a tendência predominante de transferir as responsabilidades do setor estatal para o setor privado ou a articulação entre estes, seja através de empresas, das ONGs tem deixado exposta a complexa e polêmica realidade das instituições privadas, sobretudo, o chamado terceiro setor. Deste modo, indaga-se: *será que o setor privado seja o sem fins-lucrativos ou empresarial está à altura de dar respostas concretas às demandas e necessidade da população via políticas sociais?*

O que pode ser observado em diversos estudos realizados sobre políticas sociais no campo privado é que as empresas estão crescendo mais em função da crise fiscal do Estado do que de sua capacidade produtiva. As instituições sem fins-lucrativos (que constituem o objeto deste estudo no que se refere ao espaço privado/terceiro setor) realizam atividades pontuais, temporárias e imediatas.

Desse modo, a redução do Estado na implementação e ampliação das políticas sociais apresenta-se como uma estratégia ideológica capitalista, porque ao mesmo tempo em que identifica demandas e necessidades da população recomenda que sejam resolvidos com o seu próprio esforço (BONFIM, 2010), através das instituições privadas asseguradas por um conjunto de legislações criadas pelo Estado para potencializar os interesses do mercado por ele representado.

Dentre as Leis criadas que asseguram a atuação das instituições sem fins lucrativos estão a Lei nº 9608/98 sobre o serviço voluntário, o Decreto nº 2536/98 sobre a concessão de Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos que visam restringir a isenção das cotas patronais à contribuição à Previdência (MESTRINER, 2001, p. 29). Tem ainda, a Lei nº 9.790/99, denominada *Lei do Terceiro Setor* que estabelece uma nova disciplina jurídica às entidades (associações, sociedades civis e fundações) sem fins lucrativos, possibilitando a sua qualificação, pelo Poder Público, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs – e, com isso a competência de firmar, com os governos federal, estadual e municipal, acordos de cooperação denominados termos de parceria.

O regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação está estabelecido na Lei nº 13.019/2014.

Com todas essas Leis adverte-se que o Estado muito se empenhou na consolidação da relação público e privado na gestão das políticas sociais, contudo, é notório que a universalização do acesso da população a essas políticas não traduz melhores condições de vida para os que dela necessitam e têm direito, e nem tampouco minimizam a questão da fome e da pobreza de milhões de brasileiros como mostram os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), Organização Internacional do Trabalho (OIT) a cada ano.

Relembra-se, que a postura do Estado neoliberal, emanada das contradições capital/trabalho, que persiste no hibridismo assumido pela parceria público/privado acaba favorecendo o retorno do Estado assistencialista que não dá respostas concretas às reivindicações da população que busca por serviços sociais, dos profissionais que estão à frente dos serviços realizados pelas instituições privadas (a sociedade civil). Para Mestriner (2001, p. 23), “a figura do Estado é expressão do descaso e a assistência social, como direito constitucional, enreda-se mais na sua forma histórica de subsidiariedade, favor e voluntarismo”.

Nessa realidade orientada pela *reestruturação produtiva* onde o Estado está subordinado ao Mercado (mediante a contrarreforma do Estado), a tendência é promover mais investimentos em espaços privados como lógica da redefinição de seu papel na intervenção das políticas sociais e garantir a rentabilidade do mercado. Iamamoto (2001) avalia esse contexto sinalizando o seguinte:

Nesses novos tempos, em que se constata a retratação do Estado no campo das políticas sociais, amplia-se a transferência de responsabilidades para a sociedade civil no campo da prestação de serviços sociais. Esta vem se traduzindo, por um lado, em um crescimento de parcerias do Estado com Organizações Não-Governamentais, que atuam na formulação, gestão e avaliação de programas e projetos sociais (...). Trata-se de uma das formas de terceirização da prestação de serviços sociais (...) (p. 126).

Constata-se que de um lado estão os direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988 e de outro o desmonte desses direitos assegurados, principalmente, para a população menos favorecida. Isso significa dizer que as políticas sociais ao invés de garantir condições para a reprodução da vida acabam por reforçar as desigualdades e as injustiças sociais. Pois, quando as políticas sociais são transferidas para a esfera privada como estratégia rentável para o capital pela intensificação da exploração da força de trabalho do trabalhador, esse modelo de política descaracteriza a sua execução como dever do Estado e direito do cidadão.

Diante de tais reflexões é importante frisar que o reconhecimento do espaço público não estatal se tornou necessário à medida que a crise do Estado aprofundou a dicotomia entre o Estado e o setor privado, induzindo que a única alternativa à propriedade estatal é torná-la privada. Na ótica neoliberal, a privatização é uma alternativa adequada sempre que a instituição pode gerar receita da venda de seus produtos e serviços, e o mercado tem condições de assumir a coordenação de suas atividades.

Quando isso não ocorre, o espaço público não estatal entra em ação, ou seja, o público não estatal tem papel fundamental de facilitador e intermediador de formas de parceria compreendida por autores que foram mencionados no texto e dentre outros, como novas perspectivas de campos democráticos e por outros como movimento antagônico entre Estado e Mercado determinado pela crise da relação salarial. Nesse sentido, impetrando a sua não universalização e as políticas sociais continuam definidas com as velhas formas de filantropia, benemerência, como afirmou Mestriner (2001).

Enfim, após essa contextualização histórica sobre a articulação entre o público e o privado na gestão das políticas sociais no Brasil, é possível compreender que as relações entre Estado e Mercado são de fidelidade, enquanto este o utiliza como mecanismo de enfrentamento da crise salarial, aquele se reduz a articulador dos interesses do mercado livre. Desse modo, quando o mercado reproduz o Estado pela separação entre o público e o privado é para afirmar-se como o melhor mecanismo de desregulamentação salarial, uma vez que não produz um regime de universalização dos direitos como outrora o Estado disso se ocupou.

Nesse sentido, compreende-se que os impactos da relação público e privado sinalizam um desgaste na vida profissional dos trabalhadores, em particular dos assistentes sociais, foco deste estudo, no que se destaca “à subtração de direitos sociais e trabalhistas como uma questão afeta à

esfera econômica, a defesa da informalidade do trabalho como alternativa ao desenvolvimento do desemprego, a banalização da cidadania como consumo de serviços [...] (MOTA E AMARAL, 2000, p. 36). O próximo tópico discute as implicações da contrarreforma do Estado no trabalho dos assistentes sociais e os desafios para estes profissionais num cenário em que é difundido a reatualização da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

### **1.3 Os sentidos da precarização do trabalho: o debate sobre as repercussões da contrarreforma na classe trabalhadora.**

A reestruturação produtiva antecipou um conjunto de mudanças no modo de produzir, acumular e concentrar a riqueza socialmente produzida por meio de uma brutal racionalização do trabalho-vivo (MOTA e AMARAL, 2000), que resultou no “desemprego em dimensão estrutural, a precarização do trabalho de modo ampliado e a destruição da natureza em escala globalizada” (ANTUNES, 2006, p. 49). Igualmente é o redirecionamento do Estado como regulador e controlador submetido às ordens da orientação e funcionalidade do mercado.

Na contemporaneidade, o mundo do trabalho está em constante transformação, com mudanças no modelo de produção e organização/gestão da força de trabalho (que passou a ser flexível). Essas mudanças são determinadas pela crise estrutural do capital, que implicou na reestruturação produtiva e na financeirização da economia, sob as ordens neoliberais. Com isso transforma-se, também, a realidade da *classe-que vive-do-trabalho*, as condições e relações de trabalho, a vida e o modo de viver desta. Essas mudanças estão intrinsecamente ligadas às condições salariais, não somente, sendo o vetor das implicações radicais na classe trabalhadora. Montañó e Duriguetto (2011), afirmam que,

As condições de trabalho e emprego são fortemente afetadas nesse processo, uma vez que, para minimizar a crise reduz-se os custos de produção para o capital – com o trabalho flexível (via subcontratação, reforma da previdência, flexibilização das leis trabalhistas, etc.)[...] (p. 38).

Desse modo, as mudanças que assolam a vida do trabalhador estão relacionadas à condição salarial constituída no modo de produção capitalista flexível, que desenvolveu “novas formas de contratação salarial, desregulamentação da jornada de trabalho e instauração de novos modos de remuneração flexível” (ALVES, 2013, p. 84). Dentre essas mudanças estruturais, compreende-se ser pertinente conceituar alguns elementos produzidos pela dinâmica do mundo do trabalho, quais sejam: precarização, informalidade e terceirização. A intenção é compreender os rebatimentos nas condições e relações de trabalho e de vida da classe trabalhadora e, particularmente, no trabalho do assistente social.

No contexto de precarização estrutural do trabalho, um sem números de trabalhadores vivem sob a ameaça constante do desemprego e da exclusão social, sejam trabalhadores estáveis e instáveis, que estão em espaços públicos e em espaços privados, cuja experiência de vida já implica a intermitência da contingência salarial.

A etimologia da palavra *precarização* vem de *precário* do latim “*precarius*”. Precarização é o conjunto de alterações relacionadas com o mercado de trabalho e com os trabalhadores, especialmente com a perda e/ou não da garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários estabelecidos pela lei, resultando numa piora das condições, qualificações e direitos do trabalhador.

As reflexões tecidas neste estudo têm como foco a *precarização do trabalho* originada a partir da reestruturação produtiva no seu mais alto nível. Em linhas gerais, pode-se afirmar que as várias condições a que se referem a precarização do trabalho estão contidas na instabilidade dos vínculos empregatícios, nos níveis salariais baixos, jornada de trabalho, infraestrutura não disponível e/ou inadequada para a realização do trabalho, redução dos direitos trabalhistas, aposentadoria e outros que expõem os trabalhadores a condições de trabalho e de vida degradantes. Sintetizando, a precarização do trabalho é “a totalidade das condições inadequadas de trabalho, acompanhadas da ausência ou redução do gozo dos direitos trabalhistas por parte do trabalhador” (BARALDI, 2005, p. 14). Como demonstra Parenza (2008),

A precarização do trabalho está diretamente relacionada ao aumento do assalariamento sem carteira assinada, do trabalho autônomo e do informal, da redução e/ou ausência de direitos trabalhistas, bem como de suas respectivas implicações na jornada de trabalho e no tempo de permanência no trabalho, nos rendimentos do trabalhador, na possibilidade

de acesso aos mecanismos de proteção social e nas condições de trabalho às quais são submetidos cotidianamente os trabalhadores (p. 35).

A precarização do trabalho pode ser caracterizada por novas modalidades de contratação salarial, de desregulação da jornada de trabalho, instauração de novos modos da remuneração flexível dada ao modo de acumulação flexível. Alves (2013) avalia a precarização do trabalho em duas dimensões: “1. A precarização salarial que abarca contrato, remuneração e jornada de trabalho; 2. A precarização do homem-que-trabalha<sup>18</sup> que está relacionada à precarização do ser genérico dada às condições salariais de exploração/espoliação da força de trabalho” (p. 176), como substrato da crise estrutural do trabalho.

O referido autor compreende que a *força de trabalho* sendo a mola produtora da mais-valia privatizada pelos capitalistas, por meio da intensificação da exploração da força de trabalho, tem resultado o aumento do sofrimento subjetivo, impossibilitando a mobilização coletiva e individual do trabalhador. Desse modo, essa ampla visão da precarização do trabalho explica que as contradições capital/trabalho adentram não somente nas relações e condições de trabalho, mas, sobretudo, na subjetividade do homem-que-trabalha, o que para o autor é a forma radical de dominação da ordem burguesa à vida do trabalhador. Destarte, conclui que a “crise estrutural do trabalho é também a crise de (de) formação do sujeito histórico de classe” (ALVES, 2013, p. 33).

A precarização é um processo multidimensional que altera a vida dentro e fora do trabalho, e suas expressões contemporâneas estão na terceirização e informalidade, que são modalidades de contratação que estão em espaços públicos e privados, e atingem homens, mulheres e jovens, trabalhadores de um modo geral. É um processo de dominação que mescla medo, incerteza, insegurança, constrangimento, concorrência, desconfiança e individualismo entre os trabalhadores. Assim, é a apropriação do tempo e da subjetividade do trabalhador (DRUCK, 2010).

Alinhado à lógica de reestruturação produtiva e da acumulação flexível, o trabalhador encontra-se preso aos grilhões do grande capital, que sem opção acaba por deixar-se alienado de

---

<sup>18</sup> Expressão utilizada por Georg Lukács citado por Giovanni Alves (2013, p.176), que diz respeito ao homem como ser genérico da espécie humana, incluindo, portanto, homens e mulheres.

si mesmo. Druck (2013, p.62), em seus relevantes estudos sobre a *precarização social do trabalho* classifica seis tipos de precarização:

1. as formas de mercantilização da força de trabalho, produzindo um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contratos) precários e de redução na proteção social, com destaque para a difusão da subcontratação/terceirização, recurso a cooperativas, pejetalização, consultorias etc.;
2. os padrões de gestão e organização do trabalho – que têm levado a condições extremamente precárias de trabalho, através da intensificação do trabalho (imposição de metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho, polivalência etc.) sustentados na gestão racional da insegurança e pelo medo;
3. a perda das identidades individual e coletiva, fruto da desvalorização simbólica e real, à medida que há uma estratégia de gestão centrada na descartabilidade das pessoas, na insegurança e na responsabilização dos indivíduos pela sua empregabilidade. A condição que mais evidencia essa fragilização é o desemprego que se torna, cada vez mais, de longa duração, deixando de ser uma condição provisória, para se tornar uma situação de longo prazo ou mesmo permanente;
4. as condições de (in)segurança e saúde no trabalho – resultado dos padrões de gestão, que desrespeitam o necessário treinamento, as informações sobre riscos, medidas preventivas coletivas etc., na busca de maior produtividade a qualquer custo, inclusive de vidas humanas;
5. a organização sindical e as formas de luta e representação dos trabalhadores, decorrentes da violenta concorrência entre eles, a sua heteroginização e divisão, implicando uma pulverização dos sindicatos criada pela terceirização;
6. a crise do Direito do trabalho, expressa através do ataque às formas de regulamentação do Estado, sendo as leis trabalhistas e sociais sistematicamente condenadas pelos defensores dos princípios liberais que preconizam a flexibilização como processo inexorável da economia globalizada.

A precarização está em todos os espaços ocupacionais, desde os setores formais tradicionais até à informalidade “pós-fordista”, desde o âmbito dos trabalhadores estáveis ao dos trabalhadores instáveis, tanto nos países centrais como nos países periféricos. O processo de inovação tecnológica e de elevação da produtividade (reestruturação produtiva), ao mesmo tempo em que destrói produtos, empresas, atividades econômicas e empregos, também cria outros produtos, empresas e empregos. Desse modo, a precarização é consequência da crise estrutural do capitalismo não por acaso, mas, conscientemente.

A organização e a gestão do trabalho que romperam com “velhos hábitos e comportamentos” rígidos exigiram aceitação de outros hábitos e comportamentos do padrão

flexível, para que um novo homem fosse construído para uma nova sociedade – a sociedade da flexibilização e desregulamentação do trabalho e dos direitos trabalhistas.

Nesse sentido, o sistema de produção “pós-fordista” apropria-se da flexibilização como estratégia fundamental para impor aos trabalhadores salários irrisórios e condições de trabalho degradante (VASAPOLLO, 2005). Uma das formas clássica das condições de precarização nesse sentido é a *Informalidade*. Trata-se de um termo polissêmico, carregado de complexidade e sentido no cenário de reestruturação produtiva, que carece de reflexões para compreendê-lo.

As primeiras formulações sobre o termo “informalidade” estão em torno do conceito setor informal e economia informal. Os estudos pioneiros acerca do setor informal e formal foram realizados pela OIT, nos anos de 1970, a partir de uma pesquisa desenvolvida no Quênia com o objetivo de discutir a problemática do emprego/economia (ALVES E TAVARES, 2006; CACCIAMALI, 1991).

Cacciamali (1991), afirma que no diagnóstico construído pela OIT o setor informal foi entendido como um fenômeno típico de países subdesenvolvidos, nos quais o avanço das relações mercantis modernas não havia sido capaz de incorporar expressiva parcela da população trabalhadora no padrão de emprego capitalista, possibilitando o aparecimento de outras estratégias de sobrevivência.

Seguindo as mesmas orientações da OIT sobre a concepção de setor informal, o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC, 1978) realizou vários estudos sobre o desenvolvimento econômico na América Latina e diagnosticou que o setor informal era de baixo nível de produtividade e agrupou nele as categorias de trabalhadores destituídos de direitos trabalhistas (ALVES; TAVARES, 2006). No quadro 02 Cacciamali (1991, p.123) ilustra como os setores formal e informal são definidos pela OIT.

**Quadro 02:** Característica da economia nos setores formal e informal de acordo com a OIT.

Características da economia	
Setor Formal	Setor Informal
<ul style="list-style-type: none"><li>• Defronta-se com barreiras à entrada</li><li>• depende de recursos externos;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Há facilidade de entrada</li><li>• o aporte de recursos é de origem doméstica;</li></ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• a propriedade do empreendimento é impessoal;</li> <li>• opera em larga escala;</li> <li>• utiliza processos produtivos intensivos em capital e a tecnologia é importada;</li> <li>• a mão-de-obra adquire as qualificações requeridas por meio de escolaridade formal;</li> <li>• atua em mercado protegidos através de tarifas, quotas etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• a propriedade do empreendimento é individual ou familiar;</li> <li>• opera em pequena escala;</li> <li>• os processos produtivos são intensivos em trabalho e a tecnologia é adaptada;</li> <li>• a mão-de-obra qualifica-se externamente ao sistema escolar formal;</li> <li>• atua em mercados competitivos e não regulados.</li> </ul>
--	--

**Fonte:** Elaborado por Cacciamali, 1991, p. 123.

A divisão dual e estática da economia em dois setores não conseguiu expressar a complexidade da dinâmica do processo de produção e de emprego, uma vez que considerava os dois setores independentes entre si (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL; 2004). Com isso surgiram diversas dúvidas e críticas com relação às abordagens da informalidade.

As análises dos setores formal e informal realizadas pela OIT e PREALC, visando designar a organização do trabalho e da produção, geraram questionamentos por pesquisadores, instigando-os a novos estudos em busca de um conceito de informalidade condizente com a realidade de quem sobrevive despossuído de direitos trabalhistas devido às contradições do capital e trabalho (CACCIAMALI, 2000, ALVES; TAVARES, 2006; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004), ou seja, esses novos estudo necessitavam de um sentido mais abrangente, que considerassem a dinâmica da reestruturação produtiva e os seus desdobramentos na sociedade assalariada.

Observa-se a existência de diferentes perspectivas para o fenômeno *informalidade*, tendo em comum nas diferentes concepções a compreensão de que ele é inerente às transformações econômicas e de reordenamento institucional que resultaram na precarização do trabalho e da vida do trabalhador.

O conceito de Informalidade tem sido bastante discutido, porém, ainda é complexo e polêmico podendo assumir diferentes significados e expressar diferentes objetos de estudo.

Filgueiras; Druck e Amaral (2004), em seus estudos trazem três conceitos de Informalidade a partir de dois critérios que se interligam: formal/informal, legalidade/ilegalidade e resultou um sentido amplo da *Informalidade* que envolve como um todo em “*trabalho precarizado*”, ou no dizer dos autores “*Atividades Não-fordistas*”<sup>19</sup>,

O conceito de Informalidade construído pelos autores é abrangente em que as condições e relações de trabalho perpassam a instabilidade, insegurança e desproteção trabalhistas. Nesse sentido, concluem que, “as atividades econômicas e relações de trabalho mais precárias – estão associadas a piores condições de trabalho e/ou à ausência de proteção por parte do Estado – variando apenas a dimensão do espaço ocupado por essas atividades e por essas relações (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 225), como demonstra o quadro 03.

**Quadro 03:** Conceito de Informalidade a partir da categoria formal/informal; legalidade/ilegalidade

<b>Conceito de Informalidade</b>		
<b>Categoria</b>	<b>Situação de trabalho</b>	
<b>Setor Formal/ Informal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades autônomas ou por conta própria;</li> <li>• Auto emprego;</li> <li>• Pequena produção individual ou familiar.</li> </ul>	<b>Atividades Não-Fordistas</b>
<b>Legalidade e Ilegalidade</b>	<b>Informalidade subterrânea ou não registrada - “Nova Informalidade</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Terceirização;</li> <li>• Assalariados;</li> <li>• Clandestinos;</li> <li>• Ilegal;</li> <li>• Por conta própria;</li> <li>• Sem contribuição previdenciária;</li> <li>• Tempo determinado;</li> <li>• Temporário;</li> </ul>	Trabalhadores sem proteção das Leis Sociais e Trabalhistas

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em Filgueiras, Druck e Amaral, 2004.

<sup>19</sup> A denominação “não fordista” busca sintetizar e reunir os trabalhadores que têm uma inserção precária no mercado de trabalho e que, portanto, não estão sob a proteção das leis sociais e trabalhistas reguladas pelo Estado, conforme estabelecido nos países centrais pós Segunda Guerra Mundial, com a implementação do Estado de Bem-Estar Social e, no Brasil, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). É um trabalho não regulado (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 215).

Alves e Tavares (2006), em pesquisa realizada no Rio de Janeiro entre 2001 e 2002 trouxeram informações relevantes sobre as características da *Informalidade*, contribuindo com as reflexões sobre a informalidade contemporânea. O quadro 04 detalha com propriedade tais informações da referida pesquisa.

Para as autoras, o conceito de Informalidade abrange uma diversidade de situações que inclui tanto atividades informais tradicionais quanto as novas formas de trabalho precário como demonstra o quadro 4. Nele é possível depreender que o processo de reestruturação produtiva e de desregulamentação do trabalho (decorrente da chamada acumulação flexível no contexto neoliberal) engendraram a terceirização e a informalidade como expressões da precarização do trabalho.

**Quadro 04:** Características da Informalidade.

<b>Características da informalidade</b>	
<b>Trabalhadores informais tradicionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvem atividades com baixa capitalização;</li> <li>- Obtêm renda individual ou junto ao grupo familiar.</li> </ul> <p>Podem ser classificados em: <i>menos instáveis, instáveis e ocasionais ou temporários.</i></p>
	<b><i>menos instáveis</i></b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possuem um mínimo de conhecimento profissional e os meios de trabalho;</li> <li>- Desenvolvem suas atividades no setor de serviços.</li> </ul> <p><b>Exemplo:</b> costureiras, pedreiros, jardineiros, vendedor ambulante de artigo de consumo, camelôs, empregado doméstico.</p>
	<b><i>instáveis</i></b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ocupam-se de trabalhos eventuais;</li> <li>- Realizam diversificadas tarefas de pouca qualificação;</li> <li>- Podem ser subempregados pelos trabalhadores informais mais estáveis.</li> </ul> <p><b>Exemplo:</b> carroceiros, carregadores e trabalhadores de rua.</p>
	<b><i>ocasionais ou temporários</i></b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ora estão desempregados, ora são absorvidos pelas formas de trabalho precário;</li> <li>- Vivem uma situação provisória e que se transformou em permanente;</li> <li>- Praticam o chamado bico. Com essa atividade obtêm baixo rendimento.</li> </ul> <p><b>Exemplo:</b> digitador, salgadeiras, faxineira, confecção de artesanatos.</p> <p style="text-align: center;">As <b>pequenas oficinas</b> de reparos e consertos estão inseridas no âmbito das atividades informais tradicionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sobrevivem das relações pessoais e da clientela do bairro;</li> <li>- Possuem baixo rendimento;</li> <li>- Não ocupam outro mercado porque não dispõem de tecnologia suficiente para se aperfeiçoarem.</li> </ul>

<b>Trabalhadores assalariados sem registro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalhadores sem direitos trabalhistas;</li> <li>- Têm baixo nível de instrução;</li> <li>- Salários irrisórios;</li> <li>- Enfrentam rotatividade de sua força de trabalho.</li> </ul>
<b>Trabalhadores por conta própria</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estão inseridos nos pequenos negócios;</li> <li>- Nos pequenos ofícios;</li> <li>- Nos pequenos comércios;</li> <li>- Nas atividades diversas;</li> <li>- Atuam em áreas que não atraem investimentos capitalistas;</li> <li>- Atendem as demandas por determinados bens e serviços;</li> <li>- Seus negócios dependem do auxílio da força de trabalho familiar não remunerado;</li> <li>- Atuam na produção doméstica de outros produtores da família.</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em Alves e Tavares (2006).

As várias dimensões da informalidade assinalam que um sem números de trabalhadores sobrevivem com baixos salários e sem direito trabalhista ocasionado por contratos de trabalho flexíveis, incerteza, insegurança e instabilidade. É danoso ao trabalhador que vivencia essas condições de trabalho, sobretudo, porque acaba por não ter perspectiva de melhores condições de vida. A informalidade como expressão da precarização do trabalho também o é da precarização da vida do trabalhador.

Na atualidade, a precarização do trabalho retira o trabalhador da posição de protagonista e o coloca na última instância de desumanização. A relação empregador/trabalhador passa a funcionar sob a lógica do mercado com base na lógica do emprego inseguro, incerto e instável, que vem implicando em adoecimentos e baixa autoestima ao trabalhador.

Em linhas gerais, a informalidade engloba um conjunto heterogêneo de trabalhadores com tratamento diferenciado nas relações de trabalho, mas que estão igualmente em condições de trabalho precarizado, que tem a terceirização (não somente) como um dos mais potentes condutores da precarização do trabalho no cenário atual.

A terceirização faz parte do processo que precariza o trabalho e desregulamenta os direitos trabalhistas. Assim, compreende-se que a terceirização é a mais ampla expropriação do ser humano, que deixa de ser proprietário de sua própria força de trabalho. Como reforçam Antunes e Druck (2015, p. 19), a terceirização “é o fio condutor da precarização do trabalho no

Brasil. Está em todos os espaços e dimensões do trabalho porque é uma prática de gestão/organização/controle de contrato flexível e sem proteção trabalhista”.

Com a *força de trabalho* disponível diante do desemprego estrutural, os capitalistas não param de se reinventar e criar mecanismos para explorá-la com o intento de produzir mais-valia, para continuar alcançando o seu objetivo. Alves e Tavares (2006) corroboram sobre tais mecanismos:

Os mecanismos de terceirização permitem ao capital economizar prédios, iluminação, vigilância, custos sociais, sem abrir mão da qualidade e da intensidade do trabalho, e ainda com a garantia de poder dispor de uma força de trabalho que experimente conforme as flutuações do mercado, sob as formas que lhe foram oportunas e convenientes, articulando assim o trabalho morto materializado nas máquinas ao trabalho vivo – supostamente autônomo (p. 438).

Nesse sentido, Antunes (2009), lembra que, apesar de sempre ter havido trabalho precário no capitalismo, a precariedade se “metamorfoseou”, pois, passou a ter um lugar estratégico na lógica de dominação capitalista. Deixou de ser algo periférico ou residual, para se institucionalizar em todo o mundo. A precarização, assim, deve ser entendida como algo inserido em um contexto liberalizante que busca, dentre outras coisas, transferir responsabilidades, antes do empregador, ao trabalhador.

No cenário moderno, no âmbito da contrarreforma que se apresenta no Brasil, foi sancionada a chamada Lei da Terceirização, a Lei nº. 13.429, em 31 de março de 2017, a qual altera dispositivos da Lei nº. 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho de prestação de serviços a terceiros. Agora a Lei 13.429/2017 traz alterações no contrato de trabalho temporário, que de acordo com DIEESE (2017, p. 4-5), transforma o conceito de trabalho temporário, ampliando o uso dessa modalidade e eliminando o caráter de contratação para situações extraordinárias. O texto diz o seguinte:

Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços, para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços (Ibdem).

Essa mudança na nova redação do que seja o *trabalho temporário* parece dificultar ainda mais as condições e relações de trabalho e de emprego e, com isso, a vida do trabalhador. Nesse sentido, fica evidenciado que “a terceirização é apenas uma das práticas que tentam otimizar o processo produtivo, acelerando a produção, eliminando estoques e reduzindo custos” (VIANA; DELGADO; AMORIM, 2011, p. 57). E os trabalhadores experimentam um regime de contrato “negociável”, em que prevalece a voz do empregador. A terceirização é considerada por Borge e Druck (2002), como,

A principal política de gestão e organização no interior da reestruturação. Ela é a forma mais visível da flexibilização do trabalho, pois, permite concretizar – no plano da atividade do trabalho - o que mais tem sido propagado pelas estratégias e pelo discurso empresarial: “os contratos flexíveis. (p.112).

Face ao receituário neoliberal, a flexibilização é difundida sob o discurso de ser essencial à modernização das relações de trabalho e atualizadora da legislação trabalhista. Contudo, é na verdade, uma das mais importantes ferramentas utilizadas pelo capital para subjugar os trabalhadores aos interesses de lucros crescentes, deixando a força de trabalho cada vez mais fragilizada, aumentando a concentração de renda nas mãos de um pequeno grupo (os capitalistas).

Esse contexto de instabilidade e insegurança no trabalho vem afetando diretamente as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Desse modo, os assistentes sociais, como trabalhadores assalariados, também vivenciam os efeitos do processo de precarização do trabalho implementado no mercado de trabalho no Brasil.

Os assistentes sociais são profissionais que atuam em espaços públicos e privados nas diversas áreas, tais como Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social), educação, sociojurídico, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Organização da Sociedade Civil (OSC) que constituem o chamado Terceiro Setor, com público alvo de crianças e adolescentes, jovens, idosos, mulheres em situações de violência em todas as suas dimensões.

No Amazonas a realidade de precarização do trabalho é evidenciada com as estatísticas demonstradas nos documentos legais da OIT, do Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (PNUD), IBGE e em pesquisas locais. De acordo com Scherer (2005), os trabalhadores sem registro na carteira de trabalho enfrentam no cotidiano a desesperança, a angústia, dor e sofrimento, pois sem perspectiva de futuro e desprovidos de direitos (trabalhistas e previdenciários) lutam diariamente pelo pão de cada dia.

No segundo capítulo, este estudo adentra ao cenário amazônico para apresentar e refletir as dimensões do projeto neoliberal na classe trabalhadora, focalizando especificamente o serviço social e seus profissionais no município de Parintins-Am.

## **CAPÍTULO 2**

### **O CONTEXTO AMAZÔNICO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: A REALIDADE DE PARINTINS (AM)**

A Amazônia vem sendo alvo de exploração das suas riquezas (finitas) ocasionada pelo movimento crescente das demandas internacionais, que coincide com as políticas econômicas favoráveis ao livre comércio. Desde a chegada dos invasores europeus na região, a Amazônia experimenta a intensificação da questão social dada a não criação de políticas públicas que contemplem as particularidades da realidade amazônica.

Desse modo, pensar a Amazônia implica retomar as particularidades do seu desenvolvimento econômico, político, social e cultural. Essas particularidades são perpassadas pela sua historicidade, que tem as marcas registradas até os dias atuais nas atrocidades, perdas e ganhos para a população que aqui habita. Os modelos de políticas públicas impostos para a região amazônica não consideraram e nem consideram a sua realidade regional e local, o que acarretou a pobreza, violência e exclusão social e cultural, que dissipam os direitos fundamentais do gênero humano.

O presente capítulo contextualiza a realidade socioeconômica e cultural de Parintins neste contexto amazônico, pontuando as expressões da questão social aprofundadas nos marcos do festival folclórico. Nesse contexto de agudização dessas expressões, verifica-se que o serviço social como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho começa a ter notoriedade por parte dos gestores e da população local, em decorrência da outra face do evento.

Em seguida são apresentados alguns resultados da pesquisa de campo, em que foram identificados aspectos do perfil dos assistentes sociais abordados na modalidade quantitativa da pesquisa. Após a apresentação do perfil dos participantes da pesquisa é realizada a caracterização das demandas institucionais postas aos profissionais de serviço Social em Parintins, desvelando a sua atuação nas suas mediações profissionais identificadas durante a pesquisa de campo. Por último, foi realizada a caracterização dos espaços sócio-ocupacionais públicos e privados existentes em Parintins, pontuando áreas de atuação e instituições nelas inscritas.

## **2.1 – A realidade socioeconômica e cultural de Parintins: O legado do festival folclórico nas expressões da questão social.**

O município de Parintins está localizado à margem direita do rio Amazonas e distante da capital Manaus cerca de 325 Km em linha reta e 420, por via fluvial. Possui uma área de 5.952.33 Km<sup>2</sup>, de acordo com os dados do Censo IBGE 2010. Com referência aos limites geográficos, Parintins, limita-se ao norte com o município de Nhamundá-Am, ao sul com o município de Barreirinha-Am, a leste com o município de Juruti-Pa, e a oeste com o município de Urucurituba-Am.

A pesquisadora parintinense Nilciana Dinely Souza (2013) em seu trabalho intitulado “O processo de urbanização da cidade de Parintins – AM: evolução e transformação”, declara que em 1970 a população urbana de Parintins era de 16.747 habitantes. Em 1980 salta para 29.504 habitantes e a população rural era de 21. 877 habitantes. Afirma a autora que esse crescimento é inédito, haja vista, que a população urbana de Parintins tinha um número maior de habitantes nesse período.

Outro pesquisador parintinense, Camilo Ramos de Souza (2002) descreve o que ocorreu com o crescimento urbano.

Na década de 80, a população urbana é duas vezes maior que a rural. Com isso novos bairros vão surgindo: Santa Rita, São Francisco, Dejard Vieira; outros ampliados: Santa Clara, Emílio Moreira, Itaguatinga, São Benedito, o próprio Palmares (estes decorrentes da fuga dos ribeirinhos por causa da cheia para a cidade). Novos conjuntos erguidos: Macurany e João Novo (por questões político-partidárias, visando aquisição de votos). Em 90, novos conjuntos habitacionais são construídos: Novo Lar, Paraíba e Padre Sílvio Miotto (financiamentos da Caixa Econômica Federal) (p. 79).

Nessa dinâmica, na década de 1990, a cidade já possuía 41.591 habitantes e o campo um total de 17.192 habitantes. Observa-se, que Parintins experimentou o processo de urbanização sem planejamento ou um projeto para assegurar infraestrutura e vida digna à população parintinense, favorecendo a atuação de “apadrinhamento de políticos que se aproveitam da fragilidade e desespero de quem luta por terra para viver, o que mais tarde torna-se um círculo vicioso” (SOUZA, 2002).

Ressalta-se que a partir de 1990, o crescimento populacional da cidade está ligado ao festival folclórico,<sup>20</sup> que se tornou um atrativo para a população não somente do campo, mas para migrantes que acreditaram e acreditam que Parintins, sobretudo, na zona urbana, pode ser uma oportunidade de melhores condições de vida e de trabalho. O aumento populacional acelerado em Parintins não está desvinculado da dinâmica societal global como afirma Souza (2002),

A expansão urbana não é causa e, sim, consequência de um processo mais amplo de crise no campo em decorrência da ausência ou da inadequação de políticas agrícolas. Como o município tinha sua economia baseada na produção agrícola como suporte da matéria-prima para a indústria de transformação houve a degradação da estrutura urbana, que não significa apenas a falta de recursos, mas também a distorção de prioridades do poder público (p. 79).

Isso explica que a industrialização da agricultura acabou expulsando a população do campo para a cidade e esta acabou por não dar conta das problemáticas geradas por esse crescimento populacional, implicando em condições precárias de vida e modo de viver dos parintinenses e de quem escolheu essa terra para morar. Parintins experimentou os reflexos de um amplo projeto econômico do qual não faz parte. Dupas, (1997) admite os motivos desse cenário, apresentando as experiências campo/cidade nas grandes metrópoles e o crescimento do desemprego.

A questão do desemprego, no Brasil, tem raízes fincadas na migração rural, consequência da mudança do padrão tecnológico na produção agrícola. Em apenas cinco décadas, o percentual de pessoas vivendo nos aglomerados urbanos passou de 31% para 76% da população, significando um acréscimo de 98 milhões de brasileiros dependendo de um emprego no setor industrial ou de serviços nas cidades (p. 2).

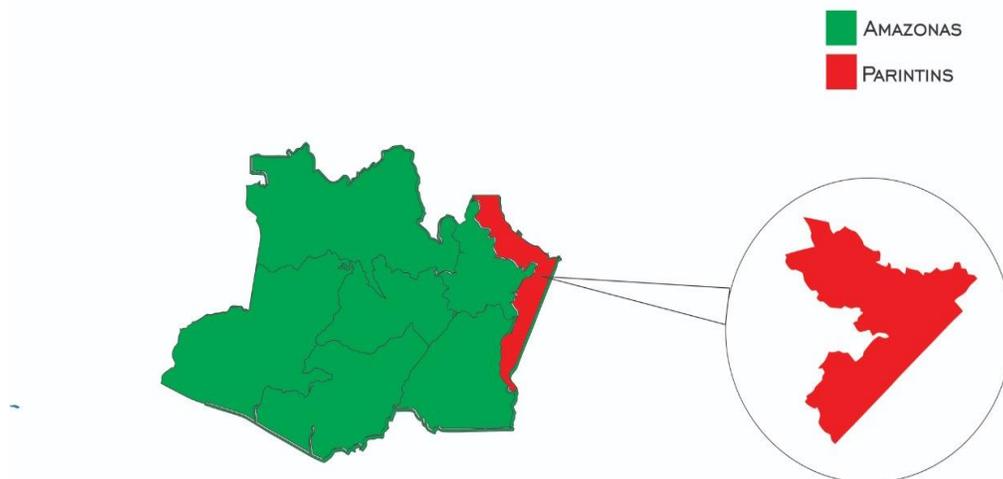
Presencia-se que o número de habitantes de Parintins tem aumentado na cidade e diminuído no campo. Atualmente estima-se pelo IBGE (2010) 102.033 (Cento e dois Mil e Trinta e Três) habitantes, sendo estimados 69.890 (Sessenta e Nove Mil Oitocentos e Noventa)

---

<sup>20</sup> O Festival Folclórico de Parintins inicia seu ponto culminante a partir do ano de 1966, com as apresentações dos bambás Garantido e Caprichoso primeiramente nos dias 28, 29, 30 de junho data esta que foi alterada para a última semana de junho a partir do ano de 2005 (SOUZA, 2013, p. 65). Essa data foi alterada pelo gestor de Parintins em acordo com os organizadores do festival folclórico por compreenderem que sendo realizada no último fim de semana do mês de junho há maior possibilidades de atrair mais visitantes na cidade durante o evento.

habitantes, ou seja, um percentual de 68,50% residentes na zona urbana, contra 32.143 (Trinta e Dois Mil Cento e Quarenta e Três) residentes na zona rural, perfazendo um percentual de 31,50%. Com média de 4,9 pessoas por domicílio segundo o referido censo.

**Figura 1:** Mapa do município de Parintins/AM



**Fonte:** Elaborado pela autora com base no IBGE (2019).

O amplo projeto de urbanização desencadeado pela dinâmica da reestruturação produtiva atinge igualmente a capital e o interior, países ditos desenvolvidos e os países periféricos. Parintins tem o maior festival folclórico que foi e continua sendo um atrativo para o aumento populacional. O turismo por sua vez, tem tornado a cidade um ponto de esperança para a população que vive fora da arena do mercado de trabalho formal, influenciando as pessoas a investirem em pequenos negócios como alternativa de sobrevivência.

Os altos investimentos no evento “bovino” revolveram a cidade de Parintins que passou a ser conhecida mundialmente pelo festival folclórico organizado em torno de duas agremiações: o

boi bumbá Garantido representado pela cor vermelha e o boi bumbá Caprichoso representado pela cor azul. A disputa entre os bumbás ocorre no Bumbódromo<sup>21</sup> no último fim de semana do mês de junho.

Esse festival folclórico é a maior expressão popular do Baixo Amazonas, e atrai multidões de visitantes e torcedores, tanto os que residem em Parintins quanto os que vêm da capital do Estado do Amazonas (Manaus), de municípios vizinhos como Nhamundá, Maués, Barreirinha, Boa Vista, e de outros estados: Pará (Belém, Santarém, Óbidos, Oriximiná, Terra Santa e outros), São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, entre outros, que vislumbram o turismo com a beleza natural de Parintins e a empolgante disputa entre os bumbás *Garantido* e *Caprichoso*. Alguns chegam à cidade com a sua preferência de cor/boi, outros se apaixonam pelos dois bumbás e no mais se divertem durante as três noites de festival.

Com a mesma intensidade que a festa cresce, as *expressões da questão social* aparecem e, desse modo, a diversidade de demandas por serviços sociais se expande, entretanto o Estado desaparece em sua versão neoliberal e a população padece. Assim, a questão do desemprego, transporte público, saúde, saneamento básico, segurança pública, lazer, políticas efetivas de habitação, dentre outras começam a despertar indagações de pesquisadores, professores e estudantes (local, regional, de outros Estados e regiões), movimentos sociais que se debruçam sobre suas inquietações para desvelar a beleza exuberante da festa e o que ela produz à população parintinense.

Fernandes (2002) realizou uma pesquisa em Parintins buscando responder o que muda em Parintins com o Festival Folclórico? Na época da realização da pesquisa encontrou dificuldades para falar sobre o aspecto econômico por falta de dados estatísticos. De acordo com a autora, sem acompanhamento estatístico fica difícil apontar com precisão se o evento alavancou na economia local ou não. Mas, ficou evidenciado com a aplicabilidade de recursos declarado pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)<sup>22</sup> obtidos junto à Secretaria Estadual de

---

<sup>21</sup> É um tipo de estádio com o formato de uma cabeça de boi estilizada, com capacidade para pelo menos 12 mil espectadores, localizado em Parintins, AM. É o local onde ocorre o tradicional Festival Folclórico de Parintins.

<sup>22</sup> O ICMS é o principal imposto estadual, sendo cobrado sobre qualquer mercadoria que seja adquirida ou exportada, no caso, pelo município de Parintins. O uso deste imposto para medir a progressão econômica é bastante apropriado, considerando-se que Parintins tem no comércio uma de suas principais atividades (FIGUEIREDO, 2000, p. 100).

Fazenda (SEFAZ) um crescimento significativo do festival folclórico a partir de 1995. Houve crescimento no setor de serviços, melhoria e expansão na rede hoteleira, exigindo dos donos dos hotéis investimentos tanto na estrutura física como no atendimento aos hóspedes, visando qualidade e comodidade aos clientes.

Em outra pesquisa realizada por Azevedo (2002), sobre o marketing cultural dentro do boi bumbá, foi percebido que o investimento das empresas na cultura ocorre por razões diversas, dentre as quais está a troca de interesse da empresa em ter seu produto divulgado por meio da manifestação cultural, nesse caso do festival folclórico de Parintins. Essa negociação entre empresa e organizadores da cultura local se dá por interesse mercadológico, como ocorreu com a Coca Cola por ser a patrocinadora oficial do boi bumbá.

Por outro lado, essa pesquisa também mostra que os anseios de visitantes com relação à estrutura da festa, foram atendidos pelos gestores/organizadores do evento. Azevedo (2002) certifica que houve melhorias na infraestrutura da cidade. Em 2000, o governo estadual e local realizou parceria com empresas operadoras de turismo, em que foi possível a construção de um hotel para atender à necessidade de hospedagem. Neste contexto foram investidos R\$ 30 milhões em pavimentação da cidade, reforma de hospital e de praças, ampliação do aeroporto e reformas no Bumbódromo.

No foco do festival está também a inquietação do pesquisador França (2014), que buscou mostrar os impactos socioambientais na percepção dos atores locais envolvidos na festa. Inicialmente o autor explica que uma abordagem do turismo sem considerar o ponto de vista dos impactos pode trazer consequências negativas à população. Nesse sentido, é visível a toda a população parintinense durante os 365 dias do ano os impactos negativos e danosos do evento. Lixo produzido durante os preparativos da festa, restos das alegorias<sup>23</sup> espalhadas pelas ruas, ruas afundadas pelas enormes e pesadas alegorias trazidas dos galpões<sup>24</sup> pela distância percorrida até a área de concentração das apresentações, colocando em risco a vida da população e sobretudo, dos trabalhadores envolvidos na produção das fantasias e alegorias. Sobre o turismo, França (2014, p.

---

<sup>23</sup> São módulos confeccionados pelos artistas dos bois bumbás, podem ser únicos ou em conjuntos que juntados encenam rituais de acordo com o projeto de arena desenhado pelas comissões de artes de cada boi bumbá: Garantido e Caprichoso.

<sup>24</sup> Locais que servem para guardar e confeccionar alegorias, indumentárias diversas utilizadas pelos atores que se apresentam na arena do Bumbódromo nos dias em que ocorre o festival folclórico.

15), afirma que “os impactos socioambientais do desenvolvimento do turismo, embora diferentes de outros ramos, como a atividade madeireira, a mineração e a agricultura, estão presentes em toda parte, principalmente no turismo de massa”.

O autor compreende que eventos de massa são atrativos instrumentos para captação de turistas, porém, faz-se necessário o acompanhamento, monitoramento e avaliação como meios para obter dados sobre os resultados (os impactos) positivos para o turista e a população local. O turismo deve ser pensado numa perspectiva sustentável, o que requer criar estratégias de sustentabilidade favorecendo ações mais consequentes.

Em linhas gerais a pesquisa de França (2014) revelou que o desenvolvimento econômico chegou a Parintins em decorrência do Festival Folclórico, que impulsionou novas atividades comerciais. As mudanças estruturais e o crescimento do turismo trouxeram investimentos para a modernização da cidade. Para uns trouxe oportunidade de apresentar sua cultura para o mundo ver. Para outros, segue a luta diária com trabalhos artesanais e a criatividade na venda de alimentos regionais, com mais intensidade nos eventos esporádicos que ocorrem na chamada “Ilha Encantada”.

Os resultados também indicaram outro olhar sobre a festa de boi bumbá, sinalizando os impactos sobre a população que fica na cidade o ano todo. Ficou corroborado que no período do festival tudo funciona perfeitamente, mas, passando os dias do evento, a população volta a sofrer com velhos problemas: falta constante de energia elétrica e água, na saúde com falta de médicos, segurança pública deficiente, o aeroporto com voos em atraso, aumento abusivo da conta de energia elétrica, dos preços de produtos alimentícios (carnes, peixes, etc.), que são fixados no período auge do festival e seguem o ano todo (FRANÇA, 2014).

Concorda-se que o Festival Folclórico é um grandioso evento e com ele, de alguma forma, mudanças positivas ocorreram sim, na cidade de Parintins influenciada pela grandeza do evento dentre as quais podem ser destacadas: a implantação das Universidades Federal e Estadual do Amazonas e do Instituto Federal do Amazonas; criação de postos de saúde e melhoria nos já existentes; ruas pavimentadas; melhoria anual na pavimentação; troca de lâmpadas das ruas da cidade; criação de pontos turísticos e ampliação e melhoria nos já existentes, dentre outros. Os investimentos ocorrem entre a articulação governo do Estado e governo local que juntos buscam corresponder aos objetivos e interesses dos grandes patrocinadores da festa.

Entretanto, é real que o discurso ideológico de geração de emprego e renda em Parintins tem agredido a massa de trabalhadores desempregados, que está na informalidade (aqueles desprovidos de direitos trabalhistas e sem esperança de possuí-los como direito do trabalhador) e sem perspectiva de melhores condições de trabalho e de vida. Esses trabalhadores têm sobrevivido ao tom de atividades e serviços temporários, realizados principalmente nos períodos festivos. Essa situação se refere aos trabalhadores que no período do festival prestam serviços temporários para os donos dos meios de produção, sem registro na carteira. São aqueles trabalhadores ditos por “por conta própria”, tais como os vendedores de bala, CDs, tacacá, artesanato, churrasco etc., recepcionistas contratados por empresas durante as três noites do festival.

No Brasil, a informalidade apresenta-se heterogênea, envolve trabalhadores com nível superior, sem escolarização ou pouca escolarização que se organizam de formas variadas para obter renda. Movimentam-se de combinação com o momento de expansão e reprodução do capital. Esse “espaço é ampliado ou reduzido de acordo com esses movimentos, já que, em seu interior, estão atividades criadas para suprir necessidades geradas pelo capital” (LIRA, 2008, p.140).

Dados da OIT (2018) informado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), revelaram que 61% dos trabalhadores do mundo não têm carteira assinada ou trabalham por conta própria. Só no Brasil, 11,2 milhões de trabalhadores estão sem carteira e 23,3 milhões trabalham por conta própria. Essa condição de trabalho está atrelada ao modo produtivo que flexibiliza os mercados, o trabalho e a vida do trabalhador, colocando-o em condição de precarização. De acordo com o IBGE (2018), em 2017, o país tinha 37,3 milhões de pessoas trabalhando sem carteira assinada, o que significa 1,7 milhões a mais do que em 2016, quando 35,6 milhões de trabalhadores estavam nesta situação. Aponta, ainda, que a renda do trabalhador sem carteira assinada é menos da metade da renda de quem atua com registro em carteira. Em 2017, os informais recebiam, em média, 48,5% dos rendimentos dos formais. O presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, afirma que “A reforma de Temer, que agora [Jair] Bolsonaro pretende ampliar, legalizou o bico, acabou com os direitos e o resultado é o que estamos vendo: aumento do desemprego precário, de má qualidade, sem garantias e queda na renda dos trabalhadores”

Em Parintins os organizadores e patrocinadores do festival folclórico por meio da mídia sustentam a ideia de trabalhador por “conta própria” e/ou “trabalhador empreendedor” para acalmar o sofrimento dos trabalhadores e disfarçar a carência de emprego via concursos público e/ou contratação com carteira assinada, expondo os trabalhadores desempregados à desesperança ou à espera dos eventos comemorativos (festas religiosas, carnaval e outros) para adquirir renda.

A informalidade nesse contexto cresce acompanhada de trabalhadores desempregados e de trabalhadores que desenvolvem várias formas de trabalho precário sem acesso às garantias de direitos trabalhistas, fora das arenas de representação sindical, sejam trabalhadores com pouca escolaridade ou trabalhadores com nível superior. Desse modo, conclui-se que a informalidade não abarca apenas os trabalhadores com baixos níveis de escolaridade, ela é mais abrangente, pois é estrutural.

O que está evidenciado no cenário atual parintinense é que o movimento de deslocamento campo-cidade, cidade-cidade continuará trazendo implicações desastrosas para a população por não ter políticas públicas que contenha ou dê conta das consequências desse movimento que ocorre, também, por necessidade de escolaridade em nível superior ou por acreditar que a “cidade do folclore” oportuniza melhores condições de vida.

Com a interiorização das Universidades muitos jovens e adultos tiveram e têm a oportunidade de estudar um curso superior, porém, é visto todos os anos um grande número de pessoas escolarizadas desempregadas ou trabalhando em lanchonetes, bares, pizzaria, dentre outros estabelecimentos, o que requer reflexões críticas quando se trata do festival folclórico como a única saída para o mercado de trabalho.

Um dado importante está no papel desempenhado pelas instituições tais como: Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade Estadual do Amazonas (UEA); Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Essas instituições têm um importante papel com relação ao enfrentamento das mazelas sociais aprofundada com o “boi de pano”. Essas instituições têm desenvolvido projetos de extensão nas escolas, nas comunidades locais na cidade e no campo, o que tem contribuído para novos olhares e comportamentos frente à escassez de mais investimentos na área social, educação e assistência social. Desse modo, entende-se que se

faz urgente a criação de políticas públicas e sociais para responder com eficácia os efeitos contraditórios da festa à população parintinense.

A ideia de “modernidade” adentrou o pensamento parintinense tornando-se comum a expressão. A frequente chegada de navios turísticos no porto central para assistir alguns momentos de danças e rituais que se apresentam na arena do bumbódromo durante o festival, a presença de artistas de televisão e visitantes estrangeiros durante a festa configura a ideia de que Parintins está “modernizada”. De fato, os investimentos na festa persuadiram por meio da mídia, holofotes televisivos e jornais que Parintins alcançou o “progresso”. Essa ideia foi sendo incorporada na vida das pessoas (no mundo delas) de tal forma que impede o seu olhar para a outra face (negativa) do festival.

Quando se refere aos trabalhadores (anônimos), que realizam a grande festa, Guedes (2002), traz a seguinte reflexão:

No ritual dos exageros cometidos pelo festival, estão os mutilados do boi subvivendo no esquecimento sem qualquer garantia previdenciária; sem contar com os que perderam a vida, durante o traslado de alegorias faraônicas, desproporcionais para a infraestrutura que a cidade oferece: precário sistema aéreo de fiação elétrica, vias de acesso inadequadas, ausência de área de concentração e desconhecimento de normas elementares de segurança no trabalho (p. 54).

A precarização, a informalidade e a desregulamentação das condições e relações de trabalho têm sido um dilema contínuo no corpo do festival folclórico, o que abre um amplo leque de indagações que merecem outras pesquisas. A riqueza do evento exige ser analisada na sua diversidade econômica, política, social e cultural na perspectiva de totalidade.

Em aspecto econômico, a “Ilha Encantada” está à margem de produtividade. De acordo com o Produto Interno Bruto (PIB) do Amazonas, em valores nominais, no ano de 2016 foi de R\$ 89.017.165 mil, um aumento de 2,83% em relação a 2015, em que registrou R\$ 86.568.644 mil. O volume produtivo do PIB do Amazonas teve uma queda de 6,83%, puxada principalmente pela Indústria Extrativa, que foi a atividade que mais sofreu no período da crise política brasileira (*impeachment* de Dilma Rousseff). Manaus, como sendo capital e local onde se concentra o Polo Industrial, foi o município que teve o maior PIB com R\$ 70.296.364 mil, uma participação de

78,97% do total do PIB do Amazonas. Itacoatiara foi o município com o segundo maior PIB do Estado em 2016, com R\$ 2.054.830 mil e uma participação de 2,31% e seguido pelo município de Manacapuru com um PIB de R\$ 1.241.891 mil e uma participação de 1,40% em relação ao Estado. O município de Coari, que no ano de 2015 tinha o segundo maior PIB do Amazonas, no ano de 2016 caiu para a quarta colocação, com um PIB de R\$ 1.134.798 mil e uma participação de 1,27%. Entre os menores PIB's estão Itamarati com R\$ 84.143 mil, Amaturá com R\$ 66.232 mil e Japurá com R\$ 59.189 mil (SEPLAN, 2016).

As informações sobre Parintins diagnosticadas no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)<sup>25</sup> mostram em dados gerais os avanços na qualidade de vida da população parintinense, sintetizados na tabela 01.

**Tabela 01:** Taxa de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal relação à média estadual local e estadual entre 1991 e 2010.

	Anos		
	1991	2000	2010
Brasil	0,493	0,612	0,780
Amazonas	0,430	0,515	0,674
Parintins	0,414	0,488	0,658

**Fonte:** IBGE, Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

Em dados gerais, Parintins aparece com avanços significativos com relação à renda, longevidade e Educação (indicadores do IDHM). O Brasil teve um avanço de 24, 14% entre 1991 a 2000 e 27, 45% de 2000 a 2010. O Amazonas obteve de 1991 a 2000 19,77%, e de 2000 a 2010 30,87%. Parintins transitou de 1991 a 2000 17,87% e de 2000 a 2010 avançou para 33,84%.

<sup>25</sup> “O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano” (informação retirada do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil que é um site que traz o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)/ atlasbrasil.org.br).

O estado do Amazonas se destacou no IDH em 2010. No comparativo com os 62 municípios amazonenses, Manaus ocupou o primeiro lugar em IDHM com o índice de 0,737, seguido de Parintins (0,658); Itapiranga (0,654); Presidente Figueiredo (0,647); Itacoatiara (0,644); Tefé (0,639) e Apuí (0,637). O Amazonas, que está situado na faixa de Desenvolvimento Médio (de 0,600 a 0,699), também tem dois municípios entre os cinco piores IDHM do País: Itamarati (0,477) e Atalaia do Norte (0,450).

Esse avanço entre os anos de 1991 a 2000 apresenta melhoria na qualidade de vida da população parintinense como mostra a tabela 2.

**Tabela 02:** IDH e seus componentes em Parintins: 1991, 2000 e 2010.

Componentes	Anos		
	1991	2000	2010
Renda	0,520	0,504	0,589
Longevidade	0,637	0,705	0,800
Educação	0,214	0,327	0,605

**Fonte:** IBGE, Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

Os dados quantitativos demonstrados pelo IDHM indicaram um salto considerável no período de 1991 a 2010. De 1991 a 2010 houve um percentual de -3,08%, de 2000 a 2010 avançaram para 16,87% na renda da população. A longevidade alcançou de 1991 a 2000 10,68%, de 2000 a 2010 saltou para 13,48% e por fim, a educação obteve de 1991 a 2000 um percentual de 52,80% alavancando de 2000 a 2010 para 85,02%.

Em 2016 dados do IBGE, indicaram o salário médio dos trabalhadores formais de Parintins de 1,6 salários mínimos, algo aproximado de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Essa renda coloca Parintins na posição de 4.253 municípios do país e o 34º entre os 62 municípios do Amazonas.

Com relação à Educação, em 2017, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.8 no Índice da Educação Básica (IDEB). Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.7. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na 3ª posição de 62. Considerando a nota dos alunos dos anos finais,

a posição passava a 1º de 62. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 93 em 2010. Isso posicionava o município em 20ª de 62 dentre as cidades do estado e na posição 5332ª de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

Na área da Saúde a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 19.54 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0,5 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 24ª de 62 e 43ª de 62, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1.285ª de 5.570 e 3.330ª de 5.570, respectivamente (IBGE, 2017).

Diante das informações apresentadas pelo IBGE (2017), faz-se necessário uma ressalva com relação aos dados quantitativos. Os dados quantitativos são importantes instrumentos de pesquisa, porém, os números por si só não são o suficiente para apreender o real em movimento. Para Martinelli (1999, p.21) “os dados quantitativos ganham vida com outras informações, com os depoimentos, com as narrativas dos sujeitos que estão contidos nesses dados”. Ao contrário, os sujeitos contidos nos dados se tornam “anônimos”, sem história.

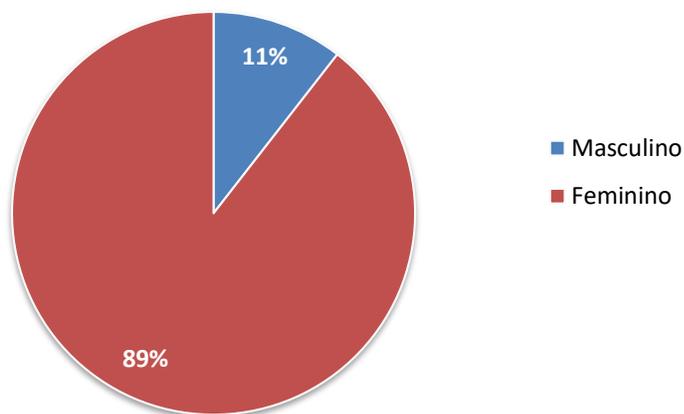
Contudo, os dados apontados nas tabelas anteriormente apresentadas permitem uma análise quantitativa numa perspectiva de dar visibilidade aos sujeitos envolvidos nas estatísticas. Mas, a intenção foi trazer dados quantitativos (mediante o IDHM de Parintins) para sinalizar algumas expressões da questão social neste município, enfatizando não somente o desenvolvimento humano, mas, principalmente, a realidade do trabalho precarizado da massa trabalhadora que depende economicamente do festival folclórico de Parintins. Cabe ressaltar, que este estudo não abrangeu a precarização do trabalho da massa de trabalhadores de Parintins de modo geral, mas sim, focalizou um trabalhador específico, o assistente social que atua nesse município. Para esse tipo específico de trabalhador foi realizada uma pesquisa de campo que mescla dados quantitativos e qualitativos, os quais serão apresentados nos próximos tópicos.

## **2.2. O perfil do Trabalhador Assistente Social no Município de Parintins (AM)**

A pesquisa de campo permitiu identificar em Parintins (*locus* da pesquisa) um quantitativo de 27 espaços sócio-ocupacionais entre públicos e privados e 62 profissionais. Os

dados nos gráficos a seguir têm o objetivo de apresentar o perfil profissional dos assistentes sociais do município de Parintins que atuam nos espaços sócio-ocupacionais públicos e privados, para em seguida realizar a caracterização desses espaços de atuação profissional.

**Gráfico 01:** Gênero dos assistentes sociais



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

A tendência histórica dos profissionais de Serviço Social no Brasil ainda é predominantemente feminina. A região com maior percentual masculino é a Sudeste (7%) e a menor é a região Sul (1%) (CFESS, 2005, p.18-19). O município de Parintins segue essa tendência como demonstra o gráfico 01. Compreende-se que essa predominância está atrelada à cultura brasileira do patriarcado em que foi atribuído à mulher o papel de cuidadora, atenciosa, sensível aos problemas sociais, que são fortes características para assumir as responsabilidades da casa, da igreja no sentido da ajuda, da caridade e da boa mãe. Vale ressaltar, que esse perfil não é nato, mas foi construído, sobretudo, pela igreja católica, que no Brasil, no auge do desenvolvimento capitalista tem fundamental importância para o enfrentamento da questão social nos idos de 1930. Como diz Cisne (2012),

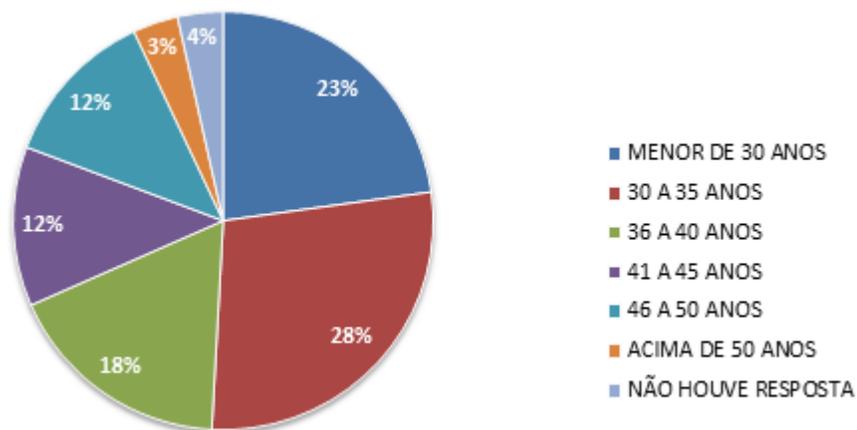
O Estado utiliza-se da “figura” da mulher, com todas as suas “características, dons e papéis sociais” difundidos ideologicamente pela Igreja Católica para assegurar o controle da “questão social” e ao mesmo tempo para se desresponsabilizar pelos problemas sociais (p. 35).

Adverte a autora que a profissão de serviço social é majoritariamente feminina apesar disso, esclarece que “o Serviço Social não possui uma essência feminina, mas, torna-se uma profissão mais procurada pelo público feminino devido à ideologia patriarcal que se expressa pela educação sexista”<sup>26</sup> (p. 110). Iamamoto (2009) destaca que em 2003, dos 31.986 alunos matriculados nos cursos de Serviço Social no Brasil, 30.001 eram do gênero feminino, o equivalente a 93,8%, sendo 1.987 do gênero masculino.

Para a autora essa predominância do gênero feminino no serviço social é um dos determinantes-chave para decifrar o trabalho do assistente social: o mercado, as condições de trabalho, a efetivação das competências, as atribuições profissionais, a imagem social da profissão e os dilemas da identidade profissional, devido à sociedade machista em que vivemos.

A faixa etária dos assistentes sociais em Parintins está entre 25 a 50 anos de idade como demonstra o gráfico 02.

**Gráfico 02:** Idade



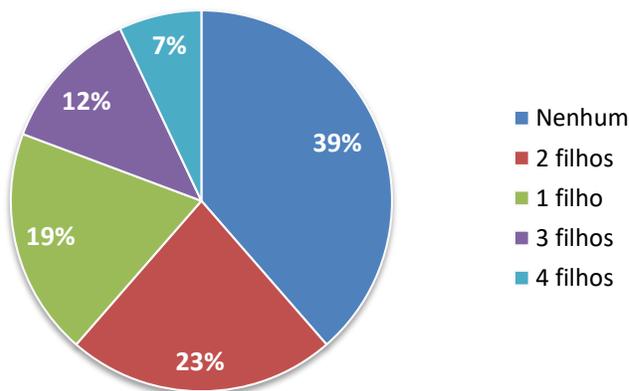
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

<sup>26</sup> A educação sexista não educa homens e mulheres apenas de forma diferente, mas, também desigual, levando mulheres a crerem que possuem uma essência que as tornam naturalmente mais aptas para determinados trabalhos. Para isso, inculca valores e qualidades considerados femininos para moldar um modelo de mulheres apto a atender aos interesses patriarcal capitalistas (CISNE, 2012, p. 110).

Na distribuição regional, no Centro-oeste, a categoria dos profissionais de serviço social com faixa etária entre 35 a 44 sobe para 45% e os com 45 a 59 está em segundo lugar, com 23%. Também na região Norte este intervalo ocupa o segundo lugar (23%). (CFESS, 2005, p. 19).

O gráfico 3 aponta que 61% dos profissionais têm entre 1 a 4 filhos. Nesse percentual estão mais mulheres do que homens. Desse modo, ao se referir às mulheres-mães corrobora-se que elas vivenciam tripla jornada de trabalho e têm papel fundamental na reprodução da força de trabalho quando convivem com cônjuge, pois são as mulheres que continuam a sua jornada de trabalho em casa. Elas cuidam da limpeza, da alimentação e dos filhos. Enquanto o cônjuge descansa, ela continua cansada na sua rotina diária. O enfrentamento da jornada de trabalho pelas assistentes sociais-mães perpassa pela esteira do trabalho excessivo, porque trabalham arduamente dentro e fora de casa.

**Gráfico 03:** Número de filhos.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

Com relação às mulheres assistentes sociais que não tem filhos fica elucidado que elas constituem as estatísticas de mulheres que cada vez mais decidem tardar a maternidade. Essa decisão engloba tanto as expectativas de estabilidade no mercado de trabalho e, sobretudo, porque o Estado não subsidia creches para atender às necessidades das mulheres-mães

trabalhadoras em espaços públicos, ou seja, fora de casa, tornando-se um dos pontos que podem levar a tal decisão.

Esse olhar para a maternidade está relacionado à questão de gênero, que discute a sociedade machista e sexista e que tem a convicção de que a maternidade (os cuidados com os filhos etc.) cabe apenas às mães, retirando muitas vezes as chances de estas adentrarem no mercado de trabalho e até mesmo de cuidar de si por falta de tempo e condições financeiras.

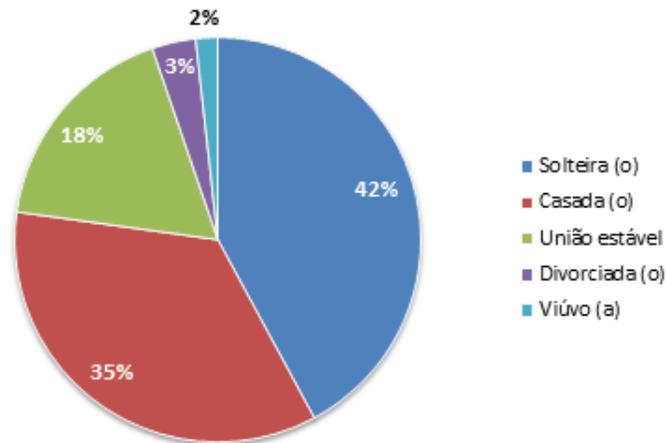
A ausência de creches no município de Parintins é um dos dilemas enfrentado pelos assistentes sociais (não somente), principalmente as mulheres, por não terem garantia de segurança e comodidade aos filhos enquanto saem para trabalhar, tendo elas, muitas vezes que deixá-los sozinhos ou com filhos mais velhos, mas ainda crianças também, colocando-os em riscos de vida, fato presenciado nas famílias parintinenses. Essa realidade tem impossibilitado muitas mulheres-mães de entrar para o mercado de trabalho.

A taxa de inserção das mulheres no mercado de trabalho é bem mais baixa comparada com a dos homens segundo os dados da PNAD feita pelo IBGE (2015). O indicador de presença de um filho pequeno na família tem sido visto como responsável para a baixa participação das mulheres no mercado de trabalho. O percentual de mulheres empregadas entre 25 e 44 anos e com um filho de até um ano de idade cai para 41%. E somente 28% destas mulheres trabalham 35 horas ou mais por semana no Brasil.

Quanto aos homens assistentes sociais participantes deste estudo que não tem filhos, ficou evidenciado durante a pesquisa de campo que “não ter filhos”, ainda, é uma escolha deles e que somado a isso está a falta de emprego estável para dar condições à qualidade de vida à sua família. Afirmaram os sujeitos que não desejam repetir com suas famílias as histórias de dificuldades básicas vivenciadas por eles.

O gráfico 04 apresenta dados considerável de profissionais solteiros. Essa condição civil, de acordo com vários profissionais que participaram deste estudo, se dá por diversos fatores tais como: instabilidade, insegurança no emprego, baixos salários, o que não permite dar qualidade de vida para as famílias que venham constituir ou já constituíram.

**Gráfico 04:** Estado civil.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

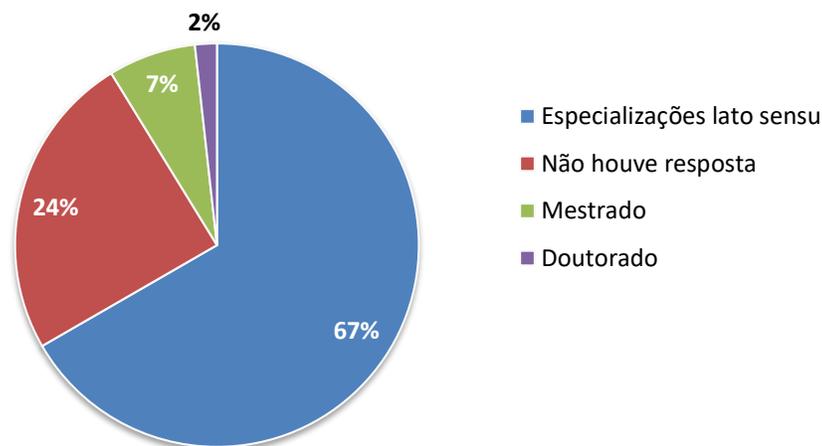
Observou-se que mesmo com nível superior e especialização os assistentes sociais encontram-se nas estatísticas dos empregados por tempo determinado e tendo filhos, muitas vezes, optam morar com os pais por compreenderem que a sua condição salarial pode ser minimizada, como alguns afirmaram durante a pesquisa de campo. Os resultados pontuados no gráfico 04 instigam a aprofundar o estudo ao que se refere às condições e relações de trabalho dos profissionais casados numa perspectiva de conhecer as principais dificuldades enfrentadas por eles.

Sobre a formação profissional atual das(os) assistentes sociais, observa-se que a maioria teve acesso à pós-graduação, ou seja, a pós-graduação *lato sensu* ainda é a mais acessível aos assistentes sociais, embora seja necessário refazer essa busca dado aos 24% dos profissionais que não responderam essa questão.

Não obstante, é importante pensar sobre qualificação profissional dentro do processo de reestruturação produtiva, como possibilidade de desvendar “com radicalidade dialética, processos sociais que surgem na nova temporalidade do capital” (ALVES, 2013, p. 195). Pois, assiste-se no cenário contemporâneo junto com a dominância econômica “um movimento de desassalariamento e de regressão do mercado de trabalho, com regressão do emprego formal e

aumento do desemprego e de ocupações por conta própria e sem remuneração” (MATTOSO; POCHMANN, 1998, p. 239).

**Gráfico 05:** Realização de Pós-graduação



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

Com os resultados da pesquisa de campo ficou evidenciado o discurso neoliberal de que os trabalhadores precisam ser cada vez mais qualificados, ter conhecimentos múltiplos para garantir emprego no mercado de trabalho. No bojo desse discurso não se descarta a importância da qualificação profissional como também de pensá-la no contexto em que o mercado não acompanha com os mesmos passos o crescimento de profissionais nas diversas áreas de conhecimento

Diante da competitividade no mercado de trabalho, observa-se o desespero de um sem número de trabalhadores, que sem remuneração não conseguem passar do ensino superior. Desse modo, a venda acelerada de cursos de pós-graduação de todas as áreas de conhecimento, que com propostas indecentes acabam por tornar esses profissionais aprisionados tendo que esperar anos para conseguir seu diploma de conclusão.

A rigor, as exigências de especializações atraídas pelo “canto da sereia”, não passam de uma estratégia tanto para investimentos das empresas (na sua maioria as qualificações não são disponibilizadas por empresas, logo, os cursos são pagos por quem o deseja realiza-lo), como

para tentar esconder a realidade dos trabalhadores da “Terra do boi bumbá”. O discurso é na verdade, para camuflar a falta de comprometimento com investimentos em geração de emprego e renda, concursos públicos que garantam emprego estável e direito trabalhista à classe trabalhadora parintinense.

Conforme os resultados obtidos na pesquisa de campo deste estudo (realizada em 2018), foi verificado que mesmo qualificados, muitos assistentes sociais em Parintins, encontram-se fora da arena do mercado de trabalho. E os que conseguem emprego, em maior número, são por Regime/Temporário (tempo determinado), sem perspectiva de tempo prolongado no emprego, haja vista, a rotatividade<sup>27</sup>, sobretudo, na esfera municipal, considerada o maior empregador desses profissionais, ser uma realidade.

Isso não significa que a qualificação não seja importante e necessária, mas é significativo lançar um olhar mais acurado a partir do contexto em que os assistentes sociais vivenciam a precarização do trabalho (rotatividade, contratos e salários flexibilizados).

Os altos investimentos em qualificação profissional, dada à exigência dos mercados de trabalho, obrigam esses trabalhadores mais escolarizados a realizá-la, na crença de garantia de emprego, contudo, vê-se que esse incentivo não passa de uma estratégia rentável ao capital, tendo em vista, que as empresas que disponibilizam tais cursos são as mesmas que estão atreladas aos gestores local, estadual, seja, em forma de parceria ou como proprietários.

Decerto, que tais investimentos são tão importantes quanto necessários, contudo, não asseguram emprego a todas as categorias de profissionais, nem tampouco aos profissionais com pelo menos nível superior. O que se quer dizer é que o discurso dos apologistas da “qualificação” é contraditório, é intransitável na “sociedade líquida” no dizer de Baumam (2001). Para Pochmann (2001, p. 102), “o desemprego [recente] mudou de perfil, deixando de ser um fenômeno que atingia segmentos específicos da sociedade para se generalizar por quase toda a população ativa”. Ao contrário do que costuma afirmar o senso comum, a taxa de desemprego

---

<sup>27</sup> O fenômeno da rotatividade consiste em um movimento recorrente de substituição de parte da força de trabalho utilizada em cada ciclo produtivo anual, através de demissões e admissões de trabalhadores que são realizadas pelo conjunto das unidades produtivas do país (DIEESE, p. 79). A rotatividade de pessoal ou substituição de funcionários antigos por novos traz efeitos que implicam na qualidade dos serviços e conseqüentemente na vida dos usuários desses serviços. Além dos gastos para contratação e treinamento, existe uma perda significativa no que diz respeito à qualidade dos serviços já iniciados, o que muitas vezes é interrompido por levar um tempo para o novo trabalhador contratado se engajar totalmente no espaço em que passa a atuar.

tem se ampliado mais para as pessoas com escolaridade entre 4 e 7 anos do que para os trabalhadores com menos de 1 ano de acesso à educação. Prossegue o autor, destacando que:

Também entre as pessoas com mais de 8 anos de escolaridade, nota-se a presença de taxa de desemprego, em 1998, 2,2 vezes superior à dos trabalhadores com baixíssima escolaridade. (...) Para as pessoas com menos de 1 ano de escolaridade, a taxa de desemprego foi, em 1998, 49% inferior à taxa nacional, quanto para aqueles com mais escolaridade foi 13,8% superior (Idem, p. 105-106).

Os dados mais recentes de acordo com o IBGE (2016) confirmam as reflexões do autor supracitado quando aponta que o contingente de desocupados ou desempregados representou 1,9 milhões de pessoas das 24,9 milhões de pessoas consideradas economicamente ativas. A maioria dessa população é composta por mulheres, 50,8%, e 49,2% por homens; em idade de 25 a 49 anos (52,9%), seguida por jovens de 18 a 24 anos (30,2%); a maioria já teve emprego anterior e fica à procura de uma colocação no mercado de 31 dias a 6 meses.

O precariado<sup>28</sup> é um conceito que contradiz o discurso dos apologistas da qualificação, pois esta *camada social de trabalhadores qualificada* tem faixa etária entre 20 a 40 anos de idade, possuem expectativas, sonhos e almejam realização profissional, porém, encontram-se fora do mercado de trabalho e/ou em empregos instáveis. As instituições que oferecem curso superior em Parintins qualificam a cada ano pelo menos 200 profissionais. E cabe perguntar: Estão todos empregados? Se estiverem, qual é o vínculo empregatício?

É possível dizer, que os assistentes sociais como trabalhadores sofrem os impactos da reestruturação produtiva e da contrarreforma do Estado, seja pela ausência de emprego, rotatividade e competitividade entre profissionais, ou pela perda de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, especialmente devido a crescente tendência de precarização dos seus contratos flexíveis. Além de terem suas condições de trabalho precarizadas, pelo rebaixamento salarial, pelas condições físicas e humanas de trabalho, ainda têm amplas e diversificadas demandas. Esse

---

<sup>28</sup> O precariado é constituído pela camada social dos trabalhadores jovens-adultos altamente escolarizados, desempregados ou possuindo vínculos de trabalhos precários. Ele se distingue de outras camadas sociais da 'classe' do proletariado como, por exemplo, a camada social dos trabalhadores assalariados 'estáveis' em sua maioria organizada em sindicato ou organizações profissionais e que tem a benefícios e direitos trabalhistas, além de perspectiva de carreira profissional consumo (ALVES, 2013, p. 197-198).

quadro de precarização do trabalho dos profissionais assistentes sociais pesquisados será melhor detalhado no próximo tópico deste estudo.

### **2.3 Caracterização dos espaços sócio-ocupacionais na esfera pública e privada em Parintins (AM)**

Neste tópico será apresentada a caracterização dos espaços sócio-ocupacionais público e privado do assistente social em Parintins-Am. Cabe destacar que se entende que a análise desses espaços profissionais do Assistente Social<sup>29</sup> não pode ser feita sem a discussão sobre a centralidade do trabalho e os seus desdobramentos na sociedade contemporânea.

Para tanto, pensar o espaço sócio-ocupacional do assistente social requer situar esse espaço frente às mudanças no mundo do trabalho, já discutidas anteriormente, que bruscamente modificaram a organização e a gestão do trabalho, das relações e condições de trabalho, o sistema estatal (devido à contrarreforma do Estado), incidindo na divisão sociotécnica do trabalho e sobre os espaços sócio-ocupacionais das profissões e no trabalho do assistente social.

Os espaços sócio-ocupacionais vão sendo construídos no movimento das contradições capital/trabalho que exige do Estado intervenção às sequelas da questão social por meio de políticas sociais que dão base para a institucionalização da profissão. Sendo a questão social entendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista e que tem, como raiz, os frutos da produção social privados, apropriados por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2001). Nesse cenário o serviço social assumiu historicamente (com base no código de ética de 1993), o compromisso Ético-Político na defesa intransigente da classe trabalhadora para satisfação de suas necessidades sociais materiais e espirituais, na perspectiva de acesso dos bens e serviços das políticas sociais, enquanto direitos sociais.

---

<sup>29</sup> De acordo com as Diretrizes Curriculares de 1999, o assistente social é um profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organização da sociedade civil e movimentos sociais; profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; profissional comprometido com valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (IAMAMOTO, 2001).

Com base no projeto ético-político da profissão<sup>30</sup>, o trabalho dos assistentes sociais deve ser o fortalecimento da organização e dos processos de resistência da classe trabalhadora, para o enfrentamento da questão social e a defesa de seus direitos e interesses, objetivando novos padrões de sociabilidade. Portanto, o perfil do assistente social historicamente construído é o de um profissional que elabora, implementa e executa políticas sociais, estabelecendo relação direta com a população usuária de seus serviços.

A profissão é orientada pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8.662/1993), onde no seu art. 2º adverte que “somente poderão exercer a profissão de Assistente Social os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social” (BRASIL, 1993). Nos art. 4º e 5º está definido as atribuições e competências do serviço social conforme apresentadas no quadro 05. Estas atribuições e competências orientam o trabalho do(a) Assistente Social em qualquer espaço sócio-ocupacional, pois as frações da questão social são compreendidas como o objeto de trabalho do(a) Assistente Social operacionalizadas por meio das políticas sociais.

**Quadro 05:** Atribuições e Competências do Assistente Social.

Atribuições	Competências
I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;	I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para

<sup>30</sup> Os elementos constitutivos deste projeto ético político da profissão serão apresentados e discutidos um pouco mais à frente, ainda neste tópico.

<p>X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;</p> <p>XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;</p> <p>XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.</p>	<p>fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.</p>
---	---

**Fonte:** Coletânea de Leis/Conselho Regional de Serviço Social: 15ª Região Amazonas/Roraima (2009).

A profissão tem aparato legal e, aos assistentes sociais cabe ter em mente que o fazer profissional é tensionado pelas contradições da sociedade de classe e no contraponto reconhecer seu potencial de intervenção que se reveste dos aportes teórico-metodológicos, técnico-operativo, instigando-os na direção da efetivação do Projeto Ético-Político Profissional.

É dever dos assistentes sociais como sujeitos sociais organizados, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais de trabalho, dedicarem-se ao processo de luta pela implementação das políticas públicas e pela universalização dos direitos sociais, direcionando sua prática profissional para a defesa e ampliação da esfera pública em favor da coletividade. Para Iamamoto (2001, p. 79), “esse rumo ético requer um profissional informado, culto, crítico e competente. Exige romper tanto com o teoricismo estéril, quanto com o pragmatismo, aprisionado no fazer, em alvos e interesses imediatos”. A ruptura com práticas conservadoras pode ser efetivada por meio de investimentos intelectuais, sendo a pesquisa fundamental ao exercício profissional, pois permite novos rumos ao fazer profissional que podem ser somados aos avanços da profissão.

Em relação à centralidade da pesquisa na ação profissional do Serviço Social, destaca-se que a pesquisa qualitativa é fundamental para compreender a problemática do objeto em estudos/estudado. A pesquisa quantitativa não é menos importante, serve para dimensionar os problemas com os quais o Assistente Social trabalha, mediante a realização de mapeamentos, retratos da realidade, mas insuficientes para:

- Trazer a centralidade dos sujeitos - sua história;
- Trazer as concepções dos sujeitos;
- Pensar a particularidade das expressões da Questão Social;
- Pensar as experiências dos sujeitos;
- Expressar como a vida é vivida;

- As reais condições de vida não são alcançadas pela pesquisa quantitativa;
- Que significados os sujeitos atribuem às suas experiências, às suas vidas.

Por essa razão é que se compreende que a pesquisa tem que ser vista como recurso operacional da intervenção do serviço social, pois cabe aos profissionais conhecerem a realidade (por meio de pesquisas quantitativas e qualitativas) para intervirem com qualidade, seja na elaboração de diagnósticos socio territoriais ou na elaboração de programas e projetos no âmbito das políticas setoriais.

Outro constituinte do fazer profissional é o Código de Ética da Profissão mediante a Resolução CFESS nº. 273/1993 onde enfatiza no Título II, art. 3º que é dever dos assistentes sociais “desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor”. No Título III, capítulo II, sobre a regulação das relações com as instituições empregadoras, no art. 7º afirma como direito do assistente social “dispor de condições de trabalho condignas seja em entidade pública ou privada de forma a garantir a qualidade do exercício profissional”.

Cabe aos profissionais estarem atentos para os seus direitos institucionalizados por leis, e, recorrer, quando necessário, aos órgãos competentes. Para tanto, exige-se dos profissionais a denúncia a qualquer negligência com as suas condições de trabalho, conforme ampara o Título III, Capítulo IV, Art. 13, em que diz que é dever do/a assistente social “denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os/as usuários/as ou profissionais”.

Os assistentes sociais encontram-se muitas vezes em condições de trabalho não dignas, como também sem respostas às denúncias realizadas aos órgãos competentes. Essa realidade foi identificada em uma das narrativas dos assistentes sociais entrevistados:

O espaço onde realizo o meu trabalho é inadequado e as condições de trabalho também. Já foi feita solicitação para melhorias, realizado vistoria, porém nenhuma providência foi agilizada. Mas não desistirei, conheço meus direitos como profissional e assumo meus deveres na minha atuação (A. S. Espaço Público).

Durante a pesquisa de campo foi possível observar inúmeros espaços sócio-ocupacionais em condições precárias, onde os assistentes sociais dividem espaços com outros profissionais, e estão expostos a riscos de vida e ainda, muitas vezes têm que silenciar as precárias condições em que realizam suas atividades, devido às condições flexíveis contratuais de trabalho. Alves (2013) analisa a condição salarial como um dos determinantes da precarização do trabalho e pondera que a remuneração flexível, a jornada de trabalho flexível e o contrato de trabalho flexível implicam diretamente na vida e na cotidianidade laboral do trabalhador.

Oliveira (2006) abaliza em sua pesquisa realizada em Manaus com os assistentes sociais que atuam em espaços sócio-ocupacionais públicos, que há entre alguns profissionais “a acomodação, a inexistência de planejamento das ações, o voluntarismo, além de posturas acrílicas do fazer profissional, diante das dificuldades com que se deparam” (p. 99). Ou seja, os profissionais vivenciam a precarização do trabalho, mas, omitem-se a denunciar, o que dificulta possíveis melhorias nas condições de trabalho e de atendimento aos usuários. Por isso é necessário colocar em prática os seus conhecimentos no movimento da cotidianidade profissional.

O assistente social é um profissional que questiona, dialoga, luta por seus direitos e direitos dos usuários. Existe uma gama de conquistas da categoria como expressão do saber e fazer político profissional. Os assistentes sociais têm um olhar apurado para a dinâmica societal dado aos recursos teórico-metodológicos, que orienta a decifrar os processos sociais em seus múltiplos determinantes e expressões concretas (IAMAMOTO, 2001), mas, muitas vezes sentem-se impotentes pela forma contratual de trabalho.

Retomando o marco legal do exercício profissional do assistente social, é importante destacar o *Projeto Ético-Político da Profissão*, construído coletivamente pela categoria, que tem como seus pilares básicos, o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais/Resolução CFESS n.273/93 de 13 de março de 1993, a Lei de regulamentação da profissão/Lei n. 8662/9, de 7 de junho de 1993 e as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social.

O referido *Projeto Ético-Político da Profissão* traz em seu bojo a imagem social da profissão, o que convida diariamente todos os assistentes sociais à reatualização, fazendo uma releitura do contexto (espaço sócio-ocupacional) em que se encontra, renovando sua aproximação às Leis que regem o trabalho dos assistentes sociais numa perspectiva de avançar na legitimação

do Projeto Profissional. É esse conjunto de aparatos legais que os assistentes sociais devem tomar posse para concretizar sua atuação profissional cotidianamente.

O Projeto Ético-Político está fundamentalmente relacionado ao que representa para a categoria, um alicerce de conhecimentos, habilidades, atribuições, competências e compromissos necessários à realização dos processos de trabalhos, nos diversos espaços sócio-ocupacionais do assistente social. No serviço social é uma das principais bandeiras de luta em defesa da liberdade como possibilidade de escolhas concretas, em que assume compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais (NETTO, 1999). Desse modo, esse autor assinala que:

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético político do Serviço Social] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (Idem, 1999, p. 95).

Teixeira e Braz (2009), também apontam os elementos constitutivos do Projeto Ético-Político do Serviço Social:

- a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora;
- c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas;
- d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os atores mais progressistas da sociedade brasileira (p. 190-191).

Ainda, de acordo com os autores supracitados, a materialização do Projeto ético-Político só pode ocorrer a partir das seguintes dimensões:

- a) Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social: é onde ocorre a os processos reflexivos e a sistematização do trabalho do assistente social;
- b) Dimensão político-organizativa da profissão: representada pelo conjunto representativo da CFESS/CRESS (Conselho Federal e Regionais de Serviço Social), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social);

c) Dimensão jurídico-política da profissão: envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio profissional (Ibidem, p. 191-192).

As afirmações elencadas vislumbram conquistas do serviço social em seus mais de 80 anos de existência. Essas conquistas resultam de uma longa e árdua luta política tensionada pela luta de classe e o compromisso com a classe trabalhadora, que está registrado nas diversas Legislações protagonizado pelo conjunto de entidades representativas da profissão tais como: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Essas entidades lutam conjuntamente para o fortalecimento do projeto profissional e a defesa do trabalho, da formação com qualidade e da materialização de princípios éticos, numa perspectiva de emancipação humana e política, que visa a transformação social.

Para verificar os avanços do Serviço Social ao longo dos 80 anos de existência no Brasil Iamamoto (2017) apresenta o quadro atual da profissão proferido em palestra realizada no 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, 2015 em Pernambuco/Recife. As informações importantes são detalhadas no quadro 06.

**Quadro 06:** Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho no cenário atual.

Apontamentos da palestra de Iamamoto realizada no 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, 2015.
1- No Brasil são 160 mil assistentes sociais. Na América Latina, a International Federation of Social Workers (IFSW) estima um total de 200 mil profissionais congregados em onze associações nacionais. Na Europa, são 170 mil assistentes sociais em 35 países;
2- A organização política do Serviço Social é perpassada por um conjunto de entidades representativas e articuladas entre si quais sejam: Conselho Federal e 26 conselhos regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO);
3- A Lei n. 2.317/2010 reconhece a condição de trabalhador assalariado do assistente social e normatiza uma carga semanal de trinta horas de trabalho sem redução do salário;
4- Os(as) assistentes sociais vêm construindo uma nova imagem social da profissão relacionada aos direitos, apoiando a participação qualificada dos sujeitos sociais em defesa de suas necessidades e direitos.
5- A formação em Serviço Social é de nível superior dispõe de diretrizes curriculares nacionais para o ensino de graduação propostas por entidades representativas (ABESS/CEDEPSS, 1996), aprovadas e reguladas pelo Estado.
6- Possuía 52 cursos de pós-graduação em 2015, sendo 34 de mestrado e dezoito de doutorado, todos de caráter acadêmico, com ênfase em Serviço Social, políticas públicas e políticas sociais.
7- O Serviço Social é reconhecido como área de conhecimento no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas pelas agências públicas oficiais de fomento à pesquisa e inovação tecnológica.
8- A maturidade de significativo contingente de pesquisadores na área de Serviço adensa o mercado editorial especializado. O Serviço Social agrega à condição de profissão a dimensão de disciplina científica afirmando o estatuto teórico da profissão e sua contribuição à produção de conhecimento crítico na formação de cultura contra hegemônica.

**Fonte:** Elaboração da autora com base em Iamamoto (2017).

O quinto e o sexto pontos abordados no quadro 06 fazem referência à formação profissional do assistente social, aspecto importante para refletir a expansão do Ensino Superior à Distância (EAD), sobretudo, no campo privado. Tal importância dar-se-á por ser um debate polêmico e necessário no âmbito da profissão em que é apontado que a formação em Serviço Social à distância é precarizada e torna o trabalho profissional também precarizado.

O CFESS (2015), sobre esse debate compreende o EAD como uma modalidade de ensino com conteúdos banalizados, o que compromete a qualidade do ensino que está sendo oferecido, não condizente com o perfil das Diretrizes Curriculares. E por fim, por se configurar como modelo de educação bancária e mercantilizada, que não garante ao serviço social competências e habilidades profissionais que o Brasil precisa.

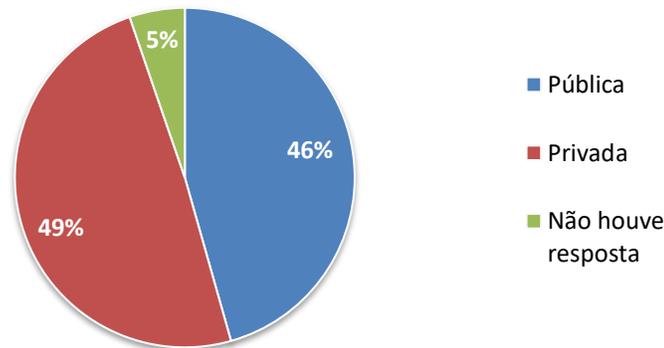
Pereira (2009) afirma em seus estudos que a presença do setor privado na educação superior mantém-se predominante: o Censo da Educação Superior de 2007 informa a existência de 2.281 IES, sendo 89% de natureza privada. Há uma predominância, quanto à organização acadêmica, de instituições não universitárias, isto é, instituições que não precisam realizar pesquisa, somente transferir conhecimento: 86,7% das IES encontram-se registradas como faculdades, enquanto as universidades e centros universitários respondem por 8% e 5,3%. Cabe salientar que os centros universitários também não são obrigados à realização de pesquisa, o que faz as IES não universitárias representarem mais de 90% do total das IES existentes no país.

A referida autora segue assegurando que o crescimento de cursos de Serviço Social no país, nos governos Lula se expandiu: de 332 cursos existentes, mais 205 (61,7%) foram autorizados a funcionar entre os anos de 2003 e 2009, sendo 91,7% de natureza privada. Desse modo, conclui que a participação da modalidade educação a distância atinge mais de 50%.

Observa-se que há uma disparidade com relação ao número de instituições pública e privada na oferta de cursos do serviço social, o que requer reflexões críticas para a realidade que instiga a sociedade a procurar qualificação aligeirada, muitas vezes apenas para cumprir requisitos técnico-burocráticos do mercado.

O gráfico 06 demonstra que em Parintins os assistentes sociais ativos estão em maior número os que frequentaram curso de formação em serviço social em instituição privada.

**Gráfico 06:** Instituição de formação em serviço social



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

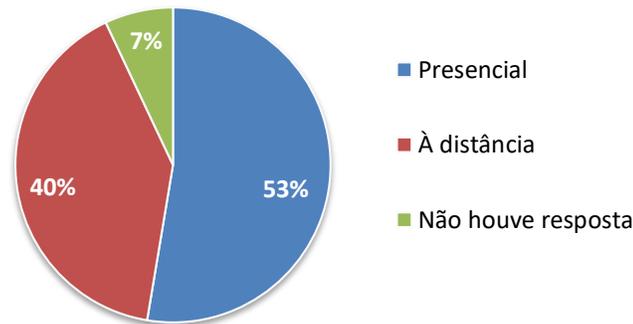
Esses dados são indagados: por que em Parintins contrata-se mais profissionais que qualificaram-se em instituições privadas do que em instituições públicas? Quais são os critérios utilizados para os contratos de assistentes sociais? A primeira universidade que disponibilizou curso para formação em serviço social e graduou a primeira turma em Parintins está no âmbito privado, com ensino na modalidade EAD, o que pode justificar esse percentual<sup>31</sup>.

Observa-se no gráfico 07 que 53% dos profissionais têm formação em serviço social pela modalidade presencial em que foi possível identificar que a maioria dos profissionais da instituição pública presencial cursou serviço social na UFAM/ICSEZ/Parintins, esta que desde sua implantação a cada ano qualifica em média 30 a 40 profissionais.

---

<sup>31</sup> O ensino privado chegou a Parintins, antes do ensino público, disponibilizando curso em serviço social. Em 2009 a UNITINS formou a primeira turma na área com pelo menos 40 profissionais. Em 2007 a Universidade Federal do Amazonas foi implantada em Parintins, tendo em 2011 a primeira turma com graduação em serviço social na modalidade pública e presencial.

**Gráfico 07:** Modalidade de Ensino dos assistentes sociais



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

Os 40% dos participantes deste estudo advêm da modalidade EAD, que foi oferecido pela Universidade de Tocantins – UNITINS. A duração do curso na esfera privada ocorre entre 03 anos ou 03 anos e meio, o que pode ser um dos motivos ter mais profissionais qualificadas advindos dessa modalidade do que de universidade pública, no caso, da UFAM.

Nos dias atuais, Parintins também conta com a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) em modalidade EAD e UFAM (modalidade presencial) que oferecem cursos de formação em serviço social.

Os resultados representados no gráfico 07 são significativos para as reflexões dispensadas por pesquisadores e profissionais em serviço social, pelo conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS, que têm exigido atenção para esse tipo de formação. Aqui quer se chamar atenção para o EAD não que seja mais importante que pensar as instituições privadas de um modo geral.

Nesse sentido, a discussão realizada em relação ao ensino na modalidade EAD não quer dizer que a modalidade presencial em universidade pública não tenha seus dilemas, mas se quer expressar que a formação de assistentes sociais nessa modalidade à distância mostra-se fragmentada e fragilizada ou como afirma Iamamoto (2008), o EAD não passa de um investimento lucrativo das empresas educacionais, que não têm nenhuma preocupação com a qualidade do ensino e da formação universitária e, ainda, permitem vivenciar as duas faces desse paradoxo, a precarização do ensino e do trabalho profissional.

Assim, entende-se que é imperativo pensar a modalidade EAD e o ensino em instituições privadas, dentro da lógica mercantilista, o que também emerge para a formação do profissional de serviço social, quer dizer, refletir sobre o ensino superior brasileiro, numa perspectiva do setor privado mercadológico, que vê a educação não como um direito, historicamente conquistado, mas, como meio de gerar e acumular riqueza. Desse modo, dentre tantos pontos que levam a tal debate, cabe destacar aqui a perspectiva CFESS (2014):

O descumprimento da Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993) da Resolução 533/2008 (CFESS, 2008); essa modalidade permite por meio da massificação do ensino, o atendimento dos interesses do mercado, da lucratividade, quanto dos interesses governamentais de ampliar as estatísticas educacionais sem o devido aporte de recursos; desqualificação do processo de formação profissional confirmada pelas condições em que são realizados os estágios supervisionados; a formação restringe-se ao contato esporado com tutores/as, não permite a interlocução efetiva com movimentos sociais históricos no âmbito acadêmico e, ainda encontra-se restrito obviamente à dimensão do ensino (p. 33-34).

Os dados apresentados no gráfico 06 e 07 são instigantes para aprimorar e aprofundar o debate sobre a formação profissional. Contudo, neste estudo limita-se a um recorte sobre o trabalho profissional dos assistentes sociais em Parintins. Por essa razão, não se tem nos limites deste estudo como intensificar a discussão sobre essa dimensão da formação profissional dos assistentes sociais.

Em relação à regulamentação do trabalho profissional junto ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/AM), foram identificados durante a pesquisa de campo 301 assistentes sociais de Parintins cadastrados neste referido conselho, sendo 253 profissionais ativos e 48 profissionais que solicitaram cancelamento dos seus registros e/ou foram transferidos. Desse modo, pode se observar que desses 253 profissionais ativos, estão somente 61 assistentes sociais concretamente atuando em espaços públicos e privados no município de Parintins identificado durante a realização deste estudo, ou seja, 192 profissionais ou encontram-se fora do mercado de trabalho ou em exercício em outra área que não seja do serviço social, questão que instiga uma nova pesquisa no município.

As áreas de atuação onde os assistentes sociais encontram-se ativos até o momento em que foi realizada a pesquisa de campo são as seguintes: Saúde, Assistência Social, Previdência

Social, Sócio-Jurídico e Educação. A requisição de assistentes sociais nas diversas áreas de atuação sinaliza que a questão social tem sido intensificada em Parintins. Os quadros 07 e 08 detalham as instituições públicas e privadas e o número de profissionais que nelas atuam.

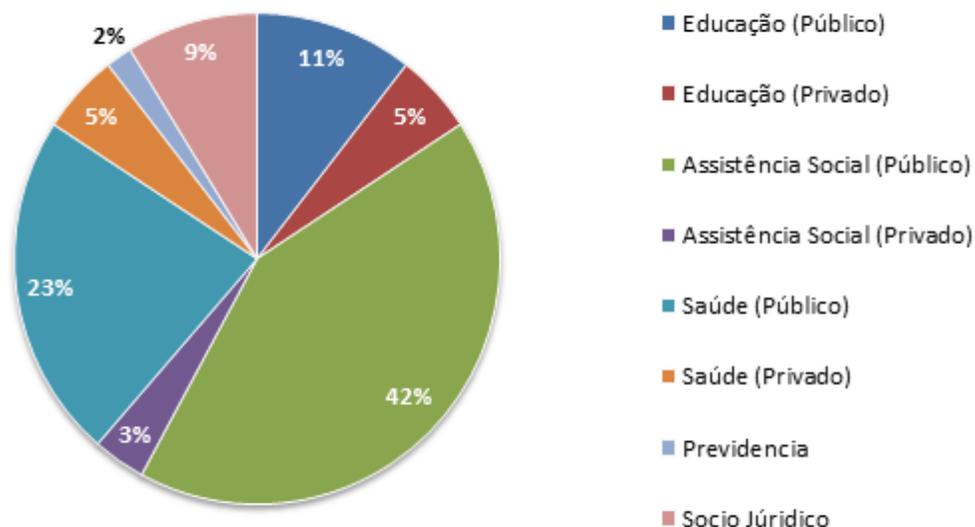
**Quadro 07:** Área de atuação dos Assistentes sociais, quantitativo de instituições públicas e de profissionais.

<b>Área de Atuação</b>	<b>Instituição</b>	<b>Nº de Profissionais</b>
<b>Saúde</b>	Banco de Sangue Amílcar Delrey	01
	Hospital Jofre Cohen	08
	Núcleo da Saúde da Família - NASF	01
	Policlínica Pe. Vitório	02
	Unidade Básica de Saúde “Aldrin Verçosa”- UBS	01
<b>Assistência Social</b>	Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEMASTH	05
	Centro de Referência da Assistência Social - CRAS – Paulo Corrêa	04
	CRAS – Sta Rita de Cássia	03
	CRAS – Vila Amazônia	02
	Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS	06
	Programa Bolsa Família - PBF	02
	Serviço de Atendimento Integral à Criança e Adolescente - SAICA	02
<b>Previdência Social</b>	Instituto Nacional de Seguro Social - INSS	01
<b>Sócio-jurídico</b>	<b>Fórum de Justiça</b>	
	Núcleo de Serviço Social	03
	<b>3ª Delegacia Regional de Parintins</b>	
	Núcleo de Serviço Social	02
<b>Educação</b>	Instituto Federal do Amazonas - IFAM	01
	Secretaria de Estado de Educação SEDUC	02
	Secretaria Municipal de Educação - SEMED	02
	- Universidade Federal do Amazonas - UFAM	03
	<b>Total: 19</b>	<b>Total: 51</b>

**Fonte:** Elaboração da autora com base na pesquisa de campo, 2018.

Dentro das 05 áreas de políticas sociais de atuação do Serviço Social, a saúde e a assistência social aparecem com maior número de instituições e de profissionais. O gráfico 08 confirma em percentual esses quantitativos por área e natureza.

**Gráfico 08:** Quantitativo de instituições pública e privada por área de atuação do assistente social.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018

As políticas sociais na área da Assistência Social e Saúde, consideradas áreas tradicionais dos assistentes sociais por serem historicamente as primeiras demandas ao Serviço Social numa perspectiva dos direitos sociais, tem sua história em Parintins. A primeira assistente social em Parintins iniciou sua carreira profissional na área da saúde na década de 1980, graduada pela UFAM, com vínculo empregatício por tempo indeterminado via concurso público pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SUSAM). Enfrentou grandes desafios, atuava em diferentes espaços de trabalho como na saúde, sócio-jurídico, assistência social dada à carência de profissionais na época. A partir dos anos de 1990 outras demandas emergiam exigindo mais profissionais.

Entre 2004 a 2005 se observava movimentos de assistentes sociais que estudavam fora da cidade e quando graduados regressaram para trabalhar na sua cidade de origem. Nessa época, participavam juntamente com um conjunto de profissionais (professores, estudantes, Conselheiros Tutelares e voluntários) em ações assistenciais que já se mostravam bastante afloradas na “cidade do folclore”. Aos olhos do mercado, favorecer oportunidade de qualificação profissional seria rentável, assim foi instalado o EAD em Parintins que disponibilizava o curso de Serviço Social nessa modalidade.

O movimento contraditório da sociedade vigente e face à ausência de limites à expansão do capital e de seu potencial destrutivo da natureza e do trabalho alteram as experiências contemporâneas de proteção social. Desse modo, exige-se a criação de novos espaços sócio-ocupacionais para o serviço social sejam públicos ou privados. Esses espaços, sob os efeitos da contrarreforma do Estado, são tensionados pelo modo de gestão e organização do trabalho inflexionando o cotidiano profissional dos assistentes sociais, numa desmedida flexibilização que precariza e intensifica as relações de trabalho em que a fragmentação e o desmonte das políticas sociais e a privatização dos serviços prestados pelas instituições empregadoras do Serviço Social são suas características.

Não obstante, esse fato tem sido uma tendência recorrente, devido aos poucos investimentos e sucateamento das instituições públicas em detrimento do crescimento e expansão do setor privado, resultando assim em serviços públicos superlotados, com condições precárias de trabalho para os profissionais e de atendimento ao público usuário (RAICHELIS, 2009).

**Quadro 08:** Área de atuação dos Assistentes Sociais, quantitativo de instituições privadas e de profissionais.

Área de Atuação	Instituições	Nº de Profissionais.
Saúde	Hospital Padre Colombo	03
	ONG Missão Evangélica Caiua	05
Assistência Social	Escola de Artes Irmão Miguel de Pascale;	01
	Centro Educacional “Universidade do Folclore” Paulinho Faria;	01
Previdência Social	-----	-----
Sócio-jurídico	-----	-----
Educação	Centro de Educação Glauber Viana Gonçalves;	01
	Centro Educacional N <sup>a</sup> . Sr <sup>a</sup> das Graças;	01
	Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro	01
<b>Total</b>	<b>07</b>	<b>13</b>

**Fonte:** Elaboração da autora com base na pesquisa de campo, 2018.

Ou seja, o Estado é o maior incentivador na busca por novos espaços de enfrentamento da questão social, que instiga a sociedade civil a organizar-se e fazer frente à sua responsabilidade,

desconstruindo direitos sociais garantidos na Constituição Federal Brasileira de 1988 e adquiridos pelas lutas de classes, o que enfraquece a luta coletiva. No quadro 08 é sinalizada a situação dos espaços sócio-ocupacionais privados em Parintins.

O quantitativo de espaços sócio-ocupacionais privados onde os assistentes sociais atuam é inferior aos espaços públicos. Enquanto o quantitativo de espaços sócio-ocupacionais públicos é de 19 instituições o de espaços sócio-ocupacionais privados é de 07 instituições.

Relembra-se que, do total de assistentes sociais apresentados nos quadros 07 e 08 dois atuam em duas instituições: um assistente social aparece em duas instituições na área da saúde no espaço público e outro está na área da saúde no espaço privado e na educação no espaço público. Desse modo, o total de assistentes sociais ativos até o momento dessa pesquisa é de 62 profissionais. Deste total 05 profissionais do espaço privado não participaram em decorrência da não deliberação do Termo de Anuência pela instituição onde eles prestavam serviços naquele momento. Assim, participaram desse estudo somente 57 profissionais e 25 instituições.

As relações contratuais dos profissionais que trabalham no espaço sócio-ocupacional privado ocorrem de maneiras diversas como segue: 02 profissionais são contratados via Regime Estatutário por Tempo Indeterminado, pois, prestaram concurso público pela SUSAM, 02 são contratadas pela CLT e revelaram receber décimo terceiro e férias remunerada, 05 são contratados pela ONG Missão Evangélica Caiua e prestam serviços no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Parintins. Os 07 profissionais que são contratados pelo Regime de trabalho Por Tempo Determinado informaram que não saem da folha de pagamento no fim de cada ano o que demonstra um mínimo de acesso a alguns direitos como trabalhadores. Os assistentes sociais do DSEI têm seus contratos renovados a cada ano e geralmente duram em média 3, 4, 5 anos. E por fim, 04 assistentes sociais tem condição de contrato de trabalho diferente aos citados, pois, seus contratos duram em média 9 a 12 meses e a incerteza de retornar é um dilema para esses profissionais, sem contar com a morosidade e os baixos salários.

Para uma aproximação do leitor às instituições privadas compreendeu-se ser importante fazer breves considerações sobre as que participaram da pesquisa, visando refletir sobre a contrarreforma do Estado e os rebatimentos nas políticas sociais e no trabalho dos profissionais que a executam no âmbito privado.

Com a agudização das expressões da questão social e a mínima participação do Estado no seu enfrentamento coube à sociedade civil tomar para si a responsabilidade social para satisfazer as demandas sociais dos usuários das políticas sociais, das quais fazem parte, assumindo o papel de protagonista. Tão divulgado pela mídia, a sociedade civil vai assumindo suas próprias necessidades dando origem ao chamado terceiro setor.

O terceiro setor tornou-se objeto de reflexões para autores como Montañó (2007; Antunes (2009); Gonh, (2000); Serra (2000); Amaral (2009), Iamamoto (2001), entre outros). Esses autores demonstraram em seus estudos, que o terceiro setor trouxe para o serviço social novas demandas, espaços ocupacionais e a precarização do trabalho. Serra (2000), confirma que a inserção dos assistentes sociais no terceiro setor é realizada em condições e relações de trabalho precarizada, dada à flexibilização das condições contratuais, das condições salariais, marcada pela rotatividade de jornada de trabalho de tempo parcial. O que não descarta que o espaço público vivencie tais condições.

As instituições privadas identificadas na pesquisa de campo deste estudo são espaços de atuação para assistentes sociais (não somente), onde desempenham função importante no que tange ao enfrentamento da questão social. Por sua capacidade de olhar a realidade são promotores de uma diversidade de atividades socioeducativas realizadas por meio de projetos sociais, que abarcam desde os usuários que frequentam as instituições como as suas famílias e a comunidade de modo geral.

Tais instituições estão inseridas no âmbito do Terceiro Setor, tendo como seus principais mantenedores a Diocese de Parintins (Igreja católica), em parceria com o Estado e Prefeitura Municipal, mediante Projetos Sociais aprovados por empresas que desenvolvem ações e serviços assistenciais no município, tais como: Natura, Coca-Cola e o Projeto Criança Esperança (rede Globo) e outros.

O Hospital Padre Colombo é uma instituição filantrópica, que atende a população parintinense desde 1970. Inicialmente fora mantida pela Diocese de Parintins. Mais tarde entra em parceria com o Estado por conta das demandas crescentes, atualmente tem parceria com o Estado e Prefeitura Municipal de Parintins. A instituição tem vivenciado os reflexos da crise estrutural capitalista, tendo sido ameaçada várias vezes de fechar suas portas, contudo, a

população com sua força política tem se manifestado contra essa possibilidade, organizando-se e indo em busca de soluções junto aos órgãos competentes como governos estadual e local.

A Escola de Artes Irmão Miguel de Pascalle é atrelada a uma instituição maior que é a Fundação Boi Bumbá Caprichoso. Presta serviços à comunidade parintinense há pelo menos 18 anos. Atua na área da assistência social com um público de pelo menos 190 crianças e adolescentes, com faixa etária entre 7 a 16 anos de idade. Realiza oficinas de música, dança, artes cênicas, desenho, artesanato, pintura.

O Centro Educacional “Universidade do Folclore” Paulinho Faria é vinculado à Agremiação Folclórica Boi Bumbá Garantido. Atua desde o ano de 2010, atende 190 crianças e adolescentes com faixa etária entre 12 a 17 anos de idade, que participam de oficinas de artes cênicas, dança, cavaquinho, violão, pintura, desenho e artesanato.

A Escola de Artes Irmão Miguel de Pascalle e o Centro Educacional “Universidade do Folclore” Paulinho foram criados a partir da expansão do festival folclórico e são mantidos com recursos captados por meio de projetos sociais aprovados por empresas. As atividades realizadas nessas duas instituições duram em média de 06 a 10 meses por ano. Ambas as instituições já ficaram sem funcionar o ano todo por falta de recursos.

Os serviços prestados nessas duas instituições à comunidade parintinense são de grande relevância. Isso é reconhecido pelas famílias que têm seus filhos participantes das atividades por elas realizadas. Muitas crianças e adolescentes que já participaram das atividades realizadas por essas instituições se tornaram profissionais que atuam diretamente na organização e produção do boi bumbá, outros passaram a trabalhar nos carnavais de São Paulo, Rio de Janeiro, na Festa da Ciranda em Manacapuru, Sairé em Santarém, e em outras cidades e estados, alguns se tornaram professores de Artes Plásticas, Artes Visuais em Universidades.

Importa dizer que essas duas instituições do espaço privado enfrentam situações muito particulares em relação às demais, por vários fatores, tais como: morosidade dos recursos para a realização das atividades e assalariamento dos profissionais, no caso dos assistentes sociais; os profissionais não têm carteira assinada e nenhum tipo de vínculo empregatício formal, quer dizer (quase sempre) não assinam nenhum documento no momento da contratação salarial, o contrato por vezes é verbal, temporário, podendo estes profissionais retornarem ou não para participarem da execução de outros projetos.

Pode-se dizer que essas instituições no universo do mundo do trabalho são constitutivas da flexibilização do trabalho e de suas contradições, que provocam o crescimento do desemprego estrutural e o surgimento das mais variadas formas de precarização do trabalho. Nesse cenário, Alves, (2013, p. 110), compreende, “que o novo metabolismo social do trabalho à luz do capitalismo flexível, ao produzir e difundir a insegurança, a incerteza de contratos de trabalho flexíveis obstaculiza a tessitura de espaços de partilha de experiências coletivas, levando à crise de sociabilidade e pessoal”.

O Centro de Educação Glauber Viana Gonçalves presta serviços à Educação há 33 anos no município de Parintins. O público-alvo são crianças, adolescentes, jovens e adultos com múltiplas deficiências, totalizando 106 estudantes. Uma inovação para o ano de 2019 é o atendimento na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). As atividades oferecidas pela instituição são teatro, dança, pintura etc. É uma instituição filantrópica, com parceria entre Estado, Prefeitura e a Diocese. Ela capta recursos por meio de projetos sociais, com destaque para a sua inserção no Projeto Criança Esperança.

O Centro Educacional Nossa Senhora das Graças foi fundado em 2001, localizado no bairro Paulo Corrêa, considerado de vulnerabilidade social, tendo essa localização como ponto estratégico pela Diocese na época de sua criação. Atende 383 crianças e adolescentes com oficinas de dança, teatro, crochê, bordados, pintura em tecido, artesanato, artes, desenho inicial, desenho avançado, corte e costura, reforço escolar. Além da execução do projeto “Brincando e Aprendendo”, realizado com criança entre 4 a 6 anos, tendo a Diocese como principal mantenedora em parceria com a Prefeitura.

O Liceu de Artes e Ofício Claudio Santoro foi implantado em Parintins em 2013. Atende crianças a partir de 05 anos de idade que podem participar dos cursos disponibilizados pela instituição tais como: dança, teatro, música, artes visuais, cinemas e fotografia. Em geral somam-se em torno de 2.700 estudantes. O serviço social tem em média 300 atendimentos anuais. A instituição trabalha com apresentações externas e internas por meio de Mostras Pedagógicas.

As condições históricas alteram-se e junto com elas as experiências contemporâneas dos sistemas de proteção social em Parintins. A flexibilização do trabalho origina novas demandas e espaços de trabalho para o Serviço Social, espaços de atuação que se redefinem tanto quanto as

demandas, as condições e relações de trabalho dos assistentes sociais, dado ao movimento do trabalho produtivo.

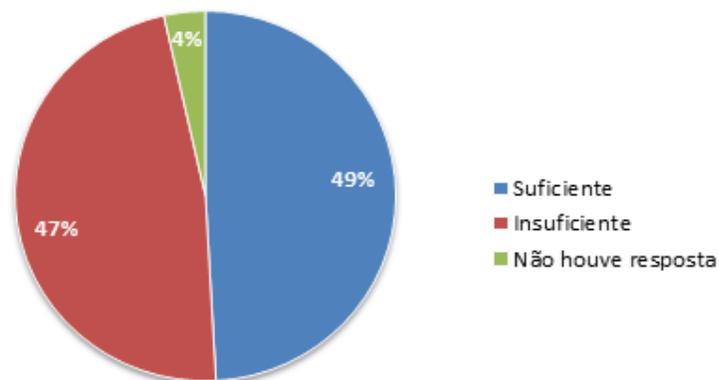
O crescimento de demandas por políticas sociais solicita o serviço social e seus profissionais que cotidianamente se defrontam com desafios de operacionalizar essas políticas, com os poucos investimentos assistenciais que vão desde os recursos humanos à forma de vínculos empregatícios que atingem igualmente os assistentes sociais dos espaços sócio-ocupacionais público e privado.

Nesse sentido, Mattoso (1999) corrobora que as políticas sociais – já precárias, pouco cidadãs e universais – não conseguem apontar mudanças nas condições de vida da população que dela necessita e têm direito. Tal realidade se dá em decorrência das condições econômicas que desenvolvem novos paradigmas de mercados e todas as formas de negociação de trabalho que, de acordo com o autor ocorrem por três vias: primeiro, pela redução de recursos que acompanhou os diversos ajustes fiscais e deteriorou qualitativa e quantitativamente os serviços sociais básicos; segundo pela redução do uso de políticas universalistas e pela generalização do uso de programas sociais pontuais, focalizados e sem estratégia para avançar na democracia e na cidadania; e, terceiro, porque as mudanças vêm acompanhadas de propostas de reformas sociais privatizantes, favorecidas pela falência organizada dos serviços públicos. Diz Yamamoto (2017) que,

Em um contexto recessivo, os assistentes sociais também sofrem a redução do trabalho formal, do acesso aos direitos trabalhistas e do salário indireto. Cresce o trabalho precário, temporário, a contratação por projetos, os quais geram insegurança na vida dos profissionais mediante a ausência de horizonte de longo prazo de emprego. A precarização das condições de trabalho atinge a qualidade dos serviços prestados e a relação com a população (p. 29).

Diante dessas reflexões, na pesquisa de campo questionou-se sobre as condições em que os assistentes sociais realizam o seu trabalho e por meio do gráfico 09 é possível verificar uma proximidade entre a realidade deles com relação aos recursos humanos disponibilizados para o exercício profissional. Embora 49% de profissionais tenham confirmado serem suficientes os recursos humanos disponibilizados para o atendimento das demandas, faz-se importante verificar no gráfico 10 a média de atendimentos mensais desses profissionais.

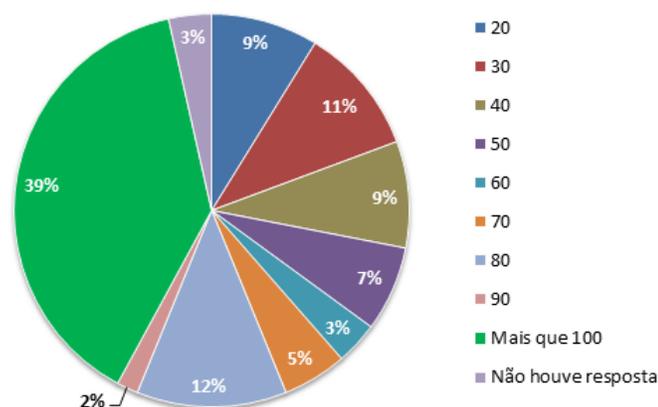
**Gráfico 09:** Recursos humanos: suficientes ou insuficientes.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

A média mensal de demandas atendidas pelos assistentes sociais ultrapassa 100 (cem), o que denota-se o quadro de profissionais reduzido influenciando diretamente nas condições de trabalho dos assistentes sociais. Diante disto, ficou elucidado que tanto os espaços públicos como os espaços privados enfrentam os reflexos das mudanças estruturais do mundo do trabalho, em que os mercados de trabalho flexível também flexibilizam os contratos de trabalho, sobrecarregando os profissionais. Essa sobrecarga tem ocasionado adoecimentos aos assistentes sociais que muitas vezes, sofrem calados pela necessidade de manter-se empregados.

**Gráfico 10:** Média mensal de atendimentos aos usuários.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

O trabalho excessivo ou sobrecarga de trabalho configura a condição de trabalho dos assistentes como trabalho precarizado, pois, um dos fatores dessa sobrecarga de trabalho é a redução do quadro de profissionais e os escassos recursos materiais e humanos disponibilizados pelas instituições para o trabalho dos profissionais, tais como as narrativas evidenciam no quadro 09.

**Quadro 09:** Quantitativo de recursos humanos (quantidade de pessoal) para o exercício profissional nas instituições públicas e privadas.

Categoria elaborada com base na análise de conteúdo	Transcrição das narrativas dos assistentes sociais
Ampla demanda (3*)	<p>Não são adequados, eu acredito que não, por conta da demanda. A demanda é muito grande e deveria ter mais profissionais além de um psicólogo para que tenha esse suporte psicossocial que também é muito importante para a instituição (A. S. Espaço Privado).</p> <p>A quantidade de pessoal não é adequada porque a demanda é muito grande e precisa de mais profissionais e precisa de mais profissionais para a tender a demanda (A. S. Espaço Privado).</p> <p>Nós temos muitas demandas, somos duas assistentes sociais para atender quase 19.000 mil alunos e aí lidamos de vez em quando com as famílias desses alunos, também atendemos os servidores e às vezes os familiares desses servidores. (A. S. Espaço Público).</p>
Quadro de profissionais reduzido (*5)	<p>Muitas vezes não, porque a instituição possui em seu quadro somente um profissional da área de serviço social. Eu trabalho no horário matutino muitas vezes eu tenho que fazer um cronograma de atendimento no outro turno sendo que se fossem contratado realmente dois profissionais dos dois turnos que cumprissem a mesma carga horária a instituição estaria muito melhor assistida então eu vejo que há essa necessidade de um outro profissional para não deixar descoberto o outro turno, no caso o vespertino. (A.S. Espaço Privado)</p> <p>O nosso quadro está reduzido está faltando mais um assistente social, mais um psicólogo e mais pessoas para nos ajudar nos serviços. (A.S. Espaço Público).</p> <p>Nós somos três profissionais e o hospital tem vários alas e que precisam ser atendidos. O Serviço Social atua dentro do hospital fazendo visita leito a leito, ouvindo o usuário. Trabalha com o Tratamento Fora Domicílio (TFD), nós desenvolvemos três projetos junto à instituição e isso demanda tempo e em três profissionais a gente acaba deixando outros setores [...] (A.S. Espaço Privado).</p>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

\*Número de assistentes sociais que direcionaram suas respostas para tal categoria.

Verifica-se, portanto, que o quantitativo de profissionais dificulta respostas qualitativas aos usuários, cujos serviços operacionalizados pelo serviço social se tornam precarizados igualmente ao trabalho dos profissionais. Por quê? Pelo fato de ampla demanda e quadro profissional reduzido. Tal fato ratifica a perspectiva da flexibilidade do capital visando o lucro, o que tem imposto ao trabalho condições que ferem o conjunto de conquistas históricas. Iamamoto

(2017) assevera que, “em muitas das entidades empregadoras a ausência de infraestrutura básica para a realização do trabalho profissional (telefone, computador, impressora, acesso à internet, carro para visitas domiciliares e intercâmbios interinstitucionais)” traz implicações para o avanço das políticas sociais, sobretudo, do trabalho dos assistentes sociais que são os profissionais capacitados para a execução delas.

Observa-se nesse quadro contextual uma fonte de angústia, sofrimento e questionamentos pelos profissionais sobre o trabalho por eles realizado em que diante das dificuldades no exercício profissional utilizam o discurso do mero “compromisso com a população”, seja numa versão mais politizada como para um simples apoio, mas impossível de enfrentar as demandas materiais e socioculturais da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2001).

Para aprimorar, ainda, mais o debate buscou-se conhecer as demandas para os assistentes sociais nos espaços públicos e privados indagando: Quais demandas são apresentadas e atendidas pelos assistentes sociais nos diversos espaços públicos e privados onde trabalham? Essa questão será respondida no próximo tópico.

#### **2.4 Identificação das demandas institucionais postas ao trabalho do Assistente Social: resultados da pesquisa de campo**

As novas estratégias de exploração e desconstrução da materialidade do trabalho são incorporadas às relações de produção capitalista que sustentam o desemprego estrutural, a expansão do trabalho informal, terceirizado e desregulamentado, requerendo um ritmo de trabalho intenso, com trabalhador polivalente que desempenhe múltiplas funções.

Estas transformações afetaram o trabalho do assistente social, aumentando as demandas e as exigências de intervenção profissional. Com a redução do Estado na intervenção social, as políticas sociais passam a ser tratadas como não direito e vão sendo minimizadas por organismos não estatais, com outros interesses – do mercado. Desse modo, faz sentido realizar uma reflexão sobre o significado de demandas institucionais e/ou profissionais colocadas ao Serviço Social.

A satisfação das necessidades básicas do homem ocorre *apriori*, na sua relação com a natureza, pois, para manter-se vivo é preciso comer, beber, vestir, ter habitação etc. Na sociedade capitalista essas necessidades básicas só serão possíveis para os trabalhadores por meio da venda da sua força de trabalho aos capitalistas, que explorada de forma intensificada até os dias atuais, não tem mudado as condições de vida dos trabalhadores, ao contrário, tem sido degradante.

Em decorrência das contradições entre capital e trabalho, outros tons de necessidades vão surgindo e ao Estado é exigido pelos trabalhadores a sua intervenção nas sequelas de tais contradições em que são criadas as políticas sociais e o assistente social é convidado para executá-las. Nessa direção, convém dizer que algumas demandas da classe trabalhadora vão sendo institucionalizadas e o Serviço Social vai construindo seu perfil profissional numa perspectiva de garantir os direitos da classe trabalhadora.

Fica explicitado que o assistente social, como profissional que vende a sua força de trabalho ao empregador/Estado ou empregador privado – assume papéis distintos: de um lado responde aos interesses institucionais e de outro mediatiza o acesso dos usuários aos direitos concedidos. Nesse sentido, observa-se que as demandas institucionalizadas pelo Estado são selecionadas para minimizar as necessidades da classe trabalhadora. Desse modo, Mota e Amaral (2000, p. 2), entendem que “as demandas institucionais geradas a partir das necessidades sociais, constituem mera aparência das necessidades sociais reais da classe trabalhadora”, o que não quer dizer que o serviço social ficará preso aos grilhões institucionais. Ao contrário, a profissão tem um Projeto Ético-Político que reflete a imagem do assistente social, e essa imagem será ou de um profissional comprometido com as transformações sociais ou de um profissional adequado às nuances do mercado de trabalho.

Dentro dessas reflexões, a pesquisa procurou conhecer as principais demandas apresentadas ao serviço social nas áreas de atuação das políticas sociais nos espaços públicos e privados. Obteve-se identificação de múltiplas demandas sinalizadas no quadro 10.

**Quadro 10:** Demandas para o Serviço Social por área de atuação em espaços sócio-ocupacionais público

Área de atuação	Demandas
	<p data-bbox="786 1730 1122 1759" style="text-align: center;"><b>Banco de Sangue Amílcar Delrey</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="467 1776 797 1801">- Captação de doadores de sangue;</li> <li data-bbox="467 1801 1068 1827">- Elaboração de Projetos para campanhas de doação de sangue;</li> <li data-bbox="467 1827 951 1854">- Divulgação e Marketing sobre doação de sangue.</li> </ul>

<b>Saúde</b>	<b>CAPs</b>		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atendimento Individual;</li> <li>- Atendimento Familiar;</li> <li>- Visita Domiciliar;</li> <li>- Visita Hospitalar;</li> <li>- Visita Institucional.</li> </ul>		
	<b>Hospital Jofre Cohen</b>		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mediação para Tratamento Fora Domicílios (TFDs);</li> <li>- Mediação e Encaminhamentos para as redes socioassistenciais e outros órgãos responsáveis demandado por moradores de rua; idosos que sofrem maus-tratos; exames particulares; crianças que sofrem abuso e violência sexual;</li> <li>- Orientações aos usuários do serviço social.</li> </ul>		
	<b>NASF</b>		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Orientações sobre trabalho em grupo;</li> <li>- Visitas domiciliares;</li> <li>- Agendamento de atendimentos.</li> </ul>		
	<b>Policlínica Pe. Vitório</b>		
<b>Usuários com HIV</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Visita domiciliar;</li> <li>- Acompanhamento no tratamento;</li> </ul>			
<b>UBS</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Visitas domiciliares com o conjunto NASF;</li> <li>- Orientações gerais: direitos dos usuários do SUS;</li> <li>- Casos pontuais;</li> <li>- Demandas espontâneas;</li> <li>- Demandas encaminhadas;</li> <li>- Elaboração de Laudos sociais para TFDs.</li> </ul>			
<b>SEMASTH</b>			
<b>Plantão Social – Benefícios Eventuais</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Natalidade (Kit bebê);</li> <li>- Serviço funeral;</li> <li>- Alimentação temporária (cesta básica);</li> <li>- Calamidade pública (desmoronamento) – aluguel social.</li> </ul>			
<b>CRAS</b>			
<b>Santa Rita</b>	<b>Paulo Corrêa</b>	<b>Vila Amazônia</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalho com as famílias;</li> <li>- Equipe volante.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Equipe de Referência do CRAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento de grupos de famílias do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF);</li> <li>- Acompanhamento de grupos do serviço de convivência SCFV.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Demandas de Referência contra Referência</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Visitas Domiciliar;</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Acompanhamento às famílias</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Verificação do cumprimento das condicionalidades do PBF;</li> <li>- Famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica;</li> <li>- Famílias em processo de guarda;</li> <li>- Famílias que buscam benefícios;</li> <li>- Famílias que buscam kit bebê, sexta básica.</li> </ul>	

<b>Assistência Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acolhida nos centros; - Atendimento Particularizados; - Palestras de prevenção em parcerias com escolas, associações;</li> <li>- Encaminhamentos: CREAS, Conselho Tutelar, Delegacia, SEDUC, Saúde, Ministério Público.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Equipe volante</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Busca ativa;</li> <li>- Visita domiciliar;</li> <li>- Acompanhamento das famílias que não chegam ao CRAS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento às pessoas com deficiências;</li> <li>- Acompanhamento aos idosos (aos que participam dos programas e aos acamados).</li> <li>- Relatórios das visitas domiciliares;</li> <li>- Viabilização de documentação.</li> </ul>
	<b>CREAS</b>	
	<b>Escuta, orientação e encaminhamentos</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Às mulheres que sofrem violência doméstica;</li> <li>- Crianças e Adolescentes em situação de violência;</li> <li>- Idoso e/ou Pessoa com deficiência.</li> </ul>	
	<b>Abordagem Social</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exploração sexual e Exploração do Trabalho Infantil;</li> <li>- Liberdade Assistida (L.A.);</li> <li>- Prestação Serviço Comunitário (P.S.C.);</li> </ul>	
	<b>Trabalho em redes.</b>	
<b>PBF</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mediatização de auxílio ao idoso e à pessoa com deficiência.</li> </ul>		
<b>SAICA</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento Psicossocial;</li> <li>- Elaboração e Implementação de Plano Individual de Acolhimento;</li> <li>- Trabalho em Redes;</li> <li>- Encaminhamentos para os órgãos competentes.</li> </ul>		
<b>Previdência Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Orientações e informações sobre os benefícios da Previdência Social; assistenciais e jurídicas;</li> <li>- Orientação ou Avaliação Social para o processo de concessão do Benefício de Prestação Continuada – BPC;</li> <li>- Revisão dos benefícios concedidos, requeridos pelo governo federal.</li> </ul>	
<b>Sócio-jurídico</b>	<b>Fórum de Justiça – Núcleo de Serviço Social</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Visitas domiciliares;</li> <li>- Elaboração de Relatórios com Parecer Técnico;</li> </ul>	
	<b>3ª Delegacia Regional de Parintins – Núcleo de Serviço Social</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Visitas domiciliares;</li> <li>- Escuta;</li> <li>- Orientação;</li> <li>- Estupro vulnerável,</li> <li>- Violência doméstica;</li> <li>- Adolescente em conflito com a Lei;</li> <li>- Relatório Social como peça de inquérito ou prestar informações à Justiça.</li> </ul>		

<b>Educação</b>	<b>IFAM</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Demandas Institucional:</b> elaboração de edital; emissão de parecer social; composição de comissão de trabalho.</li> <li>- <b>Demandas dos usuários:</b> orientação sobre os direitos e deveres; resolução de conflitos Inter e intrafamiliar, conflito interpessoal entre alunos e servidores; promoção e prevenção à violência de direitos dos adolescentes.</li> <li>- <b>Demandas interinstitucional</b> em forma de parcerias/colaboração.</li> </ul>
	<b>SEDUC</b>
	<b>Problemas de saúde dos servidores provocado pelo trabalho</b>
	<b>Professores e demais servidores</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Orientações, encaminhamentos para tratamento de saúde;</li> <li>- Assédio moral; sexual</li> <li>- Violência de professor para com aluno (psicológica, emocional, mental);</li> </ul>
	<b>Estudantes</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- violências (sexual, física, emocional etc.), bullying,</li> </ul> <p><b>Violência auto praticada</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Automutilação, pensamentos e ideias suicidas;</li> <li>- Acompanhamento domiciliar;</li> <li>- Alunos com deficiência;</li> <li>- Trabalho em redes;</li> <li>- Encaminhamentos;</li> <li>- Oficinas: atividades com os servidores; prevenção;</li> <li>- Elaboração, implementação e execução de projetos com temas diversos.</li> </ul>	
<b>SEMED</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escuta ao usuário;</li> <li>- Agendamento clínico;</li> <li>- Palestras de prevenção: gravidez; drogas; abuso e exploração sexual.</li> <li>- Visita domiciliares;</li> <li>- Atendimento aos servidores;</li> <li>- Mediação e encaminhamentos aos órgãos competentes.</li> </ul>	
<b>UFAM</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Viabilização para auxílios dos estudantes;</li> <li>- Demandas espontâneas: de estudantes e servidores (Técnicos Administrativos em Educação Superior e médio) e professores.</li> </ul>	

**Fonte:** Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo, 2018.

Os dados indicaram uma diversidade de demandas para o serviço social nos espaços sócio-ocupacionais públicos das políticas sociais em que atuam. Na sociedade capitalista, a dinâmica que produz a riqueza é a mesma que produz e mantém a pobreza, o desemprego, a violência, as desigualdades e injustiças sociais, logo essa é condição para que as demandas sejam intensificadas e os espaços sócio-ocupacionais necessários para a realização das intervenções por meio das políticas sociais, que têm o assistente social como executor. Almeida e Alencar (2011)

compreendem que os espaços sócio-ocupacionais do serviço social são constituídos a partir de processos econômicos, políticos e sociais engendrados pela ordem monopólica articulada às condições favoráveis à emergência da profissão.

Desse modo, entende-se que historicamente o serviço social se consolidou como profissão no contexto em que o capitalismo maduro vivia os chamados anos dourados do período fordista/keynesiano do capitalismo. Nos espaços de atuação, os assistentes sociais ingressam como profissionais constitutivos do coletivo que realizam atividades institucionais e profissionais, cujo resultado é fruto de trabalho combinado.

É no cotidiano do exercício profissional que os assistentes sociais são desafiados pelas contradições existentes na organização e gestão do trabalho nas instituições públicas e privadas. Essas instituições seguem arquitetando e operacionalizando as políticas sociais de forma conservadora, com recursos financeiros escassos, estrutura física inadequada e sem condições de trabalho, ausência de instrumentos tecnológicos e/ou quando tem são ultrapassados, e em meio a tais condições não pode faltar a imposição de metas que mensuram o trabalho em meros dados quantitativos.

Esse conjunto de situações vivenciadas pelos assistentes sociais aponta sofrimento, exaustão emocional, que na correria do trabalho acaba passando despercebida por eles. O sofrimento, entendido aqui como mal-estar do trabalhador, ocasionado pela organização e gestão do trabalho, que pode ser controlado ou não por quem o padece. Há profissionais que conseguem lidar com esse sofrimento no seu espaço de trabalho, enquanto há outros que são obrigados a se retirar do seu espaço de trabalho para cuidar-se. A narrativa do profissional entrevistado em Parintins demonstra uma reação de forma resiliente ao sofrimento vivenciado por ele na instituição em que trabalha.

Eu às vezes ficava bem incomodada quando não resolvia a situação do meu usuário. Isso me causava sofrimento. Mas depois começando a trabalhar com a saúde do trabalhador eu percebi que eu deveria cuidar da minha saúde para depois cuidar da saúde do usuário. Se eu estava aqui para que os direitos do usuário fossem respeitados também gostaria que os meus direitos fossem respeitados. Comecei fazer um trabalho com o psicólogo e hoje eu já tiro de letra essa situação. Mas as condições de trabalho implicam sim na saúde do trabalhador, se você não tiver um bom preparo psicológico implica (A.S. Espaço Privado).

O número reduzido de profissionais e as precárias condições em que realizam o trabalho têm sido agravantes tanto para o profissional como para os usuários do serviço social. As relações de trabalho (com os colegas, gestor/chefe) dentro dos espaços sócio-ocupacionais, como a ausência de recursos materiais, frequentemente subtraem o trabalhador de sua subjetividade, alienando-o de si mesmo e fazendo-o vítima do seu trabalho (DEJOURS, 1993; ALVES, 2013). A narrativa de um assistente social entrevistado neste estudo revela indignação a esse contexto.

As condições do meu trabalho trazem sim algumas implicações à minha saúde porque nós nos esforçamos bastante, às vezes ficamos com estresse, às vezes o desgosto por estar ali todo dia, no entanto o que causa mais é o estresse porque você vivencia essa trajetória todo tempo, de estar indo ali, indo cedo esperando o barco voltar, às vezes não tem material, não tem transporte acaba dando estresse pra gente, no entanto, para falar a verdade são tantos casos, tantos casos, que não sabemos lidar com a situação (A.S. Espaço Público).

A narrativa do profissional revela experiências de outros profissionais que muitas vezes são silenciadas por medo e insegurança no trabalho. Entende-se que esse estudo oportunizou aos sujeitos revelarem suas experiências, angústias e sofrimento, possibilitando um debate e reflexão mais ampla com a categoria de assistentes sociais em Parintins, numa perspectiva de compreender que o sofrimento no processo do trabalho é desencadeador de adoecimento.

Evidenciar o sofrimento<sup>32</sup> como desencadeador de adoecimento é criticar a forma de as empresas, e demais empregadores conceberem o conjunto de doenças que o trabalhador adquire e/ou sofre no processo de organização e gestão do trabalho e a forma de tratamento - sob prescrição médica. No âmbito do serviço social é urgente esse debate porque está relacionado ao trabalhador e por compreender que o sofrimento como adoecimento explicita a “existência de situações políticas (dominação e resistência), de gozo (mesclagem de prazer e dor) e econômicas (prescrição e consumo abusivos de medicalização)” (BRANT; GOMEZ, 2004, p. 214), que constitui a sociedade dividida por classe, onde o assistente social realiza seu trabalho.

---

<sup>32</sup> O sofrimento não tem “uma manifestação única para todos os indivíduos de uma mesma família, cultura ou período histórico. O que é sofrimento para um, não é, necessariamente, para outro, mesmo quando submetidos às mesmas condições ambientais adversas. Ou ainda, aquilo que é sofrimento para alguém, pode ser prazer para outro e vice-versa” (BRANT; GOMEZ, 2004, p. 215).

O silêncio dos profissionais que são acometidos pelo sofrimento devido às condições em que realizam seu exercício profissional poderá torná-lo um inútil para si mesmo, e, para o mercado de trabalho, e, dependendo do grau em que se manifesta, vir a óbito. Assim, concorda-se com Alves (2013, p. 130), ao dizer que “o avassalamento íntimo da subjetividade humana – corpo e mente -, requerida à exaustão pelas demandas do trabalho alienado, contribui para os quadros atípicos de doenças do trabalho”.

Ainda, sobre as demandas apresentadas aos profissionais entrevistados nos espaços públicos, a pesquisa de campo indicou que as respostas às demandas por vezes são imediatas, cumprindo apenas as normas institucionais. Isso pode ocorrer quando a profissional não atenta para o movimento contraditório da profissão, o que poderá afirmar por meio do “comodismo”, não autonomia e sim uma fragmentação, fragilidade do fazer profissional e a permanência na condição de profissão subalternizada.

De fato, esses profissionais são desafiados pelo modelo de acumulação flexível que para enfrentá-lo devem potencializar a competência teórico-metodológica que a profissão tem para uma leitura reflexiva da realidade e atribuir visibilidade aos fios que tecem a vida dos usuários de seus serviços. Nessa direção, é importante que os profissionais concebam que as condições em que realizam exercício profissional estão atreladas a um projeto mais amplo, que configura novos mercados de trabalho e intensifica a exploração da força de trabalho. Diante desse quadro, os assistentes sociais devem antecipar a negociação de seu projeto profissional junto à instituição em que trabalham, afirmando o seu papel competente, teórico, técnico e político (IAMAMOTO, 2001).

Para ampliar as reflexões sobre as demandas institucionais postas aos profissionais de serviço social, o quadro 11 sintetiza as demandas apresentadas nos espaços privados.

**Quadro 11:** Demandas para o serviço social por área de atuação em espaço sócio-ocupacionais privados.

Área de Atuação	Demandas
Saúde	<b>Hospital Padre Colombo</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulação com redes;</li> <li>- Encaminhamentos funeral, TFDs; Previdência;</li> <li>- Pediatria: exploração sexual, agressão física;</li> <li>- Encaminhamentos aos órgãos competentes.</li> </ul>

<b>Assistência Social</b>	<b>Escola de Artes Irmão Miguel de Pascale</b>
	- Oficina de artes, desenho, dança, música; - Palestras de prevenção; -
<b>Educação</b>	<b>Centro Educacional “Universidade do Folclore” Paulinho Faria</b>
	- Visitas domiciliares; - Orientações e encaminhamentos; - Articulação com redes socioassistenciais.
	<b>Centro Educacional “Glauber Viana Gonçalves</b> - Elaboração e implementação de Projetos.
	<b>Centro Educacional N.º. S.ª. Das Graças</b>
	<b>Conflitos familiar a partir de</b> - Violência doméstica; - Alcoolismo; Negligência; Drogas; Separação. - Comportamentos das crianças e Adolescentes (agressividade, palavrões, desrespeito, higiene, uso de drogas, gravidez, baixo rendimento escolar).

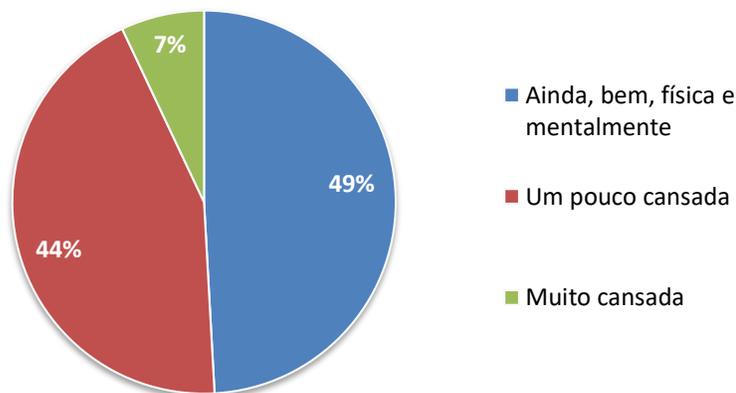
**Fonte:** Elaborado pela autora com base na Pesquisa de campo, 2018.

As demandas apresentadas pelos profissionais são oriundas das necessidades da população. Essas demandas são inerentes a cada espaço de atuação dada à dinâmica da realidade geográfica onde foi realizada esta pesquisa. Em conversa com os entrevistados foi revelado que as mediações dessas demandas estão articuladas na sua maioria às redes de proteção social, por vezes, essa articulação é realizada junto a uma equipe multiprofissional, outras vezes pelo serviço social na sua particularidade com base nas suas atribuições e competências. Contudo, o trabalho do assistente social não é cessado dado à ampla demanda que muitas vezes requer atendimento particular do Serviço Social.

Importante destacar que as demandas apresentadas ao serviço social nos espaços sócio-ocupacionais são frutos de carência financeira, das desigualdades e injustiças sociais que impossibilitam parcela da população a buscar saídas (respostas) no mercado, que propositalmente nega esse direito quando retira o Estado de suas responsabilidades, que em um dado momento na sociedade assumiu.

Observa-se que a quantidade de demandas sintetizada nos quadros 10 e 11 ultrapassam humanamente as condições de trabalho dos assistentes sociais, o que muitas vezes os tornam impotentes diante dos inúmeros atendimentos e pouca resolutividade.

**Gráfico 11:** Condição dos assistentes sociais no fim de expediente.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

Ainda assim, um percentual significativo revela que os profissionais, no fim do expediente, saem bem, física, mentalmente ou um pouco cansada. E apenas 7% mostraram que terminam o expediente muito cansados.

É possível dizer que os rebatimentos da conjuntura mundial, no Brasil e em particular em Parintins vêm repercutindo na realidade da população usuária do serviço social e conseqüentemente no trabalho dos assistentes sociais. Observa-se que a causa de ampla demanda está relacionada à questão do desemprego e seus efeitos – expressões da questão social. Minimizar esses efeitos é o principal desafio posto aos assistentes sociais, porém, as suas causas são pouco ou nada acessíveis de intervenção.

O trabalho excessivo dos assistentes sociais, sujeitos desse estudo, tem provocado adoecimento a esses profissionais originado por vários fatores, dentre os quais podem ser citados as condições de trabalho, tendo em vista o quadro de profissionais reduzido, a escassez de

recursos materiais para a realização do trabalho dos profissionais, além de ampla e diversificada demanda, dentre outras situações. Dentro dos 49% dos profissionais que dizem deixar o expediente ainda bem, física e mentalmente ou dos 44% que saem um pouco cansados estão aqueles com sintomas de adoecimento bem aguçados, como revela um dos assistentes sociais: “Eu tive princípio de depressão por conta da excessiva jornada de trabalho, das condições de trabalho e isso acabou gerando essa situação”. (A.S. Espaço Público).

Muitas vezes, o sofrimento está tomando conta do corpo e da mente dos trabalhadores e eles não falam por medo de perder o emprego. Quer dizer, a insegurança no emprego acaba se tornando uma ameaça ao servidor que vai trabalhar doente como revela outra profissional: “Parece que servidor público não pode adoecer, se adoecer não pode faltar, se faltar vai pra rua” (A.S. Espaço Público).

A Lei 12.317/2010 instituiu a jornada de trabalho de 30 horas semanais para assistentes sociais e garante a adequação da carga horária semanal sem redução salarial. A carga horária de 30 horas semanais visa melhorar as condições de trabalho da categoria, uma vez que as/os profissionais estão expostas/os a situações cotidianas de jornadas exaustivas e alto grau de estresse, decorrentes das pressões sofridas no exercício de seu trabalho junto à população submetida a situações de pobreza e violação de direitos.

Essa é conquista histórica que deve ser destacada, como uma dentre tantas outras importantes para os assistentes sociais. Contudo, reconhece-se não ser o suficiente para livrar os profissionais do adoecimento e nem tampouco de evitar perdas de direitos, como assinala um assistente social entrevistado em Parintins:

Por uma situação financeira tivemos que fazer uma opção em quebrar horário para que eu pudesse estar na instituição. Então, hoje eu tenho de fazer 15 hs e sou remunerada por essas 15 hs. Então, eu não tenho trabalho excessivo, mas, por outro lado, tenho meu salário reduzido. (A.S. Espaço Privado).

Essa narrativa confirma que o trabalhador sempre perde. É sabido que a flexibilização dos mercados, de trabalho e de emprego está constantemente inovando suas práticas de

organização e gestão do trabalho, em que a intensificação da exploração da força de trabalho, a flexibilização contratual e salarial é sua prioridade para a criação do trabalho estranhado.

De um lado, criam-se os trabalhadores não protegidos, que temem pela estabilidade de seus empregos e pela própria sobrevivência no mercado de trabalho; e de outro existem os trabalhadores regulares que têm jornadas excessivas, trabalhos precários, e se deparam com o risco de adquirirem transtornos mentais, e outras doenças por excesso de trabalho (DEDECCA, 2009).

Nesse sentido, a condição de trabalho e sua relação com a saúde do trabalhador é um campo de intervenção de políticas sociais, realizadas em espaços sócio-ocupacionais públicos e privados, tendo foco em regras e controles de proteção ao trabalhador para o exercício de suas atividades numa perspectiva de prevenção de acidentes e adoecimento. Assim, de acordo com as análises do DIEESE (2016, p.2):

Caberia às empresas e organizações assegurar uma boa prescrição do trabalho a ser executado, prover adequado ambiente de trabalho (boa luminosidade, baixos índices de barulho, limpeza do ambiente etc.), cabendo ao trabalhador conhecer as regras e se ajustar adequadamente a elas (usar os equipamentos de proteção individual - EPIs, ler e interpretar os manuais). Disso decorre, entre outros impactos, o reconhecimento de determinados gravames no exercício do trabalho e a ideia de subjacente responsabilização do trabalhador pelos eventuais acidentes e adoecimentos quando está trabalhando (falta de uso dos EPIs) e/ou a falta de controle efetivo das políticas públicas (inexistência ou inadequação das normas regulamentadoras, por exemplo) e por fim, a organização de um conjunto de informações estatísticas que sustentam esta visão parcial e limitada das condições de saúde ou adoecimento dos trabalhadores (indicadores de luminosidade, insalubridade, sonoridade, acidentes típicos, mutilações físicas etc.).

Contudo, é importante e necessário que sejam considerados quando se trata da saúde do trabalhador não somente as regras de controle de trabalho, equipamentos etc., como mencionado, mas, também a dinâmica da gestão e da organização do trabalho que inclui o ambiente (estrutura física), jornada de trabalho, trabalho excessivo, recursos humanos e materiais, pressão por metas e resultados, entre outros. Pois, se as condições de trabalho não forem suficientes e adequadas ao exercício profissional, provavelmente os resultados serão deficitários. A narrativa de um assistente social entrevistado em Parintins revela essa realidade:

Nosso trabalho é excessivo, porque acaba tendo um desvio de função – fazemos outros serviços, coisas como fazer artesanato, realizar festas, e às vezes tiramos do nosso próprio bolso para comprar material de expediente, nossa alimentação, até mesmo gás de cozinha e até mesmo gasolina para fazer visitas porque ali não é fácil, é uma área rural porque as casas são distantes, às vezes temos que ir andando quando não tem transporte, alugamos uma moto para poder irmos, tudo isso é bastante excessivo na nossa jornada de trabalho (A. S. Espaço Público).

As alterações na esfera do trabalho afetam transversalmente o espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais em “nível das condições de trabalho, das demandas apresentadas, das funções desempenhadas, das propostas de trabalho do serviço social e da qualificação exigida” (IAMAMOTO, 2001, p. 269), como também a vida e a saúde desse trabalhador.

Outro aspecto que deve ser considerado pelos empregadores na “negociável” relação contratual com o trabalhador, segundo a DIEESE (2016), diz respeito à saúde do trabalhador que está atrelada ao gênero, raça, etnia, sugerindo que as regras e controles devem considerar:

Refere-se ao estabelecimento de padrões-limite para esforço ou exposição a agente tóxico, que dependem das características do grupo (sexual, geracional, étnico, cultural) e das características individuais dos sujeitos trabalhadores, ou seja, os limites são também pessoais (p.2).

Assim, a prevenção da saúde do trabalhador deve ultrapassar à responsabilidade do trabalhador - imposta pelo empregador por meio de regras de controle etc. - como se o controle das doenças coubesse somente a este. Faz-se mister, lembrar que o trabalho dos assistentes sociais, se dá em meio ao sofrimento de indivíduos, famílias e coletivos, e isso impacta de alguma forma à saúde desse profissional conforme, já fora revelado.

Nesse entendimento, esse sofrimento é decorrente do trabalho – o que tem poucas possibilidades de os trabalhadores exercerem mudanças nas suas atividades. O que fazer? Iamamoto (2008, p. 214) sinaliza que,

A condição assalariada de inserção do assistente social no efetivo exercício, mediado pelas demandas e requisições do mercado de trabalho, sintetiza tensões entre o direcionamento que a profissão pretende imprimir em seu trabalho concreto e as determinações do trabalho abstrato, inerente ao trabalho capitalista (p. 214).

Desse modo, o serviço social é desafiado o tempo todo, pois, a sociedade que emerge essa profissão tem por característica própria o Mínimo para o social e o Máximo para o Mercado. É mínimo porque os recursos disponibilizados não alcançam as necessidades da classe trabalhadora e nem tampouco mudanças nas condições de suas vidas.

As políticas sociais, enquanto operacionalização de serviços públicos, constituem-se em campos de atuação dos assistentes sociais, no entanto, essas políticas também sofrem com a precarização do trabalho, ficando as demandas fragmentadas e fragilizadas nas formas de acesso, gestão e investimentos, especialmente no que se refere ao financiamento nas esferas Municipal e Estadual, notadamente, no município de Parintins.

Diante dessa realidade, os assistentes sociais sentem diretamente nos espaços sócio-ocupacionais em que realizam seu trabalho, os rebatimentos das transformações no mundo do trabalho e a redução do Estado como o responsável pela viabilização dos recursos e investimentos nas políticas sociais. Face a essa realidade, compreender as transformações no mundo do trabalho é fundamental à categoria profissional para que de modo assertivo possa criar estratégias de enfrentamento às mazelas oriundas das contradições capital/trabalho reconhecendo que a precarização do trabalho é estrutural como detalha o próximo capítulo.

### CAPÍTULO 3

## A SINGULARIDADE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM PARINTINS (AM): AS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

O mundo do trabalho vem passando por uma intensa racionalização, que resulta em uma maior alienação<sup>33</sup> do trabalhador, processo esse que se intensifica desde quando os trabalhadores eram controlados pelo “relógio de ponto”. Contemporaneamente o controle do tempo e do movimento dos trabalhadores é realizado mediante formas flexíveis de mercados de trabalho, de formas contratuais e salariais dos trabalhadores. Com base nessa racionalização produtiva são desenvolvidas a terceirização e a informalidade como mecanismos de precarização do trabalho e da vida do trabalhador.

A precarização do trabalho foi originada pelas mutações do mundo do trabalho, as quais foram determinadas pela globalização da economia, da financeirização, da difusão de tecnologias da informação e da comunicação mediante a preponderância da política econômica neoliberal. Essa dinâmica atual da chamada acumulação flexível expõe o trabalhador à “nova lógica” da reestruturação produtiva que impera total, tornando o trabalho cada vez mais estranhado e precarizado.

Considerando esses aspectos da precarização do trabalho, este tópico discute a precarização do trabalho do Assistente Social em Parintins-Am. Esse movimento de precarização consubstanciado no hibridismo taylorismo/fordismo/toyotismo expande e intensifica a exploração da força de trabalho pelo capital. Por tanto, os rebatimentos ao trabalho dos assistentes sociais são inevitáveis.

---

<sup>33</sup> Segundo Alves (2013), a dimensão do estranhamento no trabalho coloca em xeque as condições de trabalho e de vida do trabalhador que é separado não somente do seu objeto de trabalho, mas também dos objetos necessários para a sua sobrevivência física e mental. Essa separação do homem que trabalha do seu objeto de trabalho Marx chamou de alienação. A alienação é a única forma por meio da qual se dá a exteriorização do trabalho. Quando o trabalhador gera um produto, sua ligação com ele se desfaz levando à inversão entre sujeito e objeto e à inversão em trabalho estranhado. Desse modo, o que deveria atender às necessidades do trabalhador, acaba condicionando sua vida, agora hostil e estranha a ele mesmo. Numa visão marxiana, a alienação do trabalhador atinge igualmente corpo e mente, porque as condições socio metabólicas da produção da vida social, a possibilidade de adoecimento do homem que trabalha está sempre presente nas condições do capitalismo flexível.

Apresenta-se a caracterização das relações de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais onde os assistentes sociais atuam em Parintins, sinalizando as condições em que realizam suas atividades. Em seguida, revela-se o olhar dos assistentes sociais entrevistados sobre o processo de precarização do trabalho vivenciado por eles pontuando de que forma enfrentam os desafios postos à profissão na perspectiva de viabilizar acesso dos usuários aos serviços no âmbito institucional.

Por fim, buscou-se responder: há convergências e divergências da precarização do trabalho em espaços sócio-ocupacionais público e privado?

### **3.1 Caracterização das relações de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais pesquisados**

O Brasil vem passando por um momento de reconfiguração das relações de trabalho em que se verifica a precarização do trabalho regulado. Isso ocorre com a reforma trabalhista inscrita no Projeto de Lei 6.787/2016 que institui um marco regulatório para as relações de trabalho favorável aos interesses do mercado.

Essa regulamentação da precarização do trabalho dilui as esperanças dos trabalhadores de obter aposentadoria como direito conquistado e coloca em xeque toda a classe trabalhadora, sejam estes instáveis ou não. Ou seja, a legislação trabalhista que outrora sinalizava cunho protetivo ao trabalhador, ainda que mínimo nos dias atuais não passe de um descaminho imposto aos trabalhadores, pois “reduz a classe trabalhadora a uma mercadoria sem direitos: salários, jornada, férias, descanso, intervalos, adicionais, horas extras, contratos intermitentes poderão ser adotados livremente pelo empregador” (FRANCO, DRUCK E SILVA, 2010, p. 230).

Os riscos e perdas de direitos trabalhistas, indicados no quadro 12, foram determinados pela CLT, que já é considerada uma das mais graves formas de esvaziar a luta histórica da classe trabalhadora, com graves repercussões à condição humana do trabalhador. A flexibilização das normas trabalhistas (inscrita no Projeto de Lei 6.787/2016) implica em perda de direitos arduamente conquistados.

**Quadro 12:** Reformulação na Legislação Trabalhista e os impactos na classe trabalhadora.

Principais riscos e perdas para os trabalhadores	
- Cria o contrato intermitente, pelo qual o trabalhador será remunerado somente pelas horas que efetivamente trabalhou, ainda que tenha permanecido à disposição por mais tempo;	- Possibilita a extensão da jornada diária para além de 10 horas diárias (oito normais e duas extras) “por necessidade imperiosa”, observado o limite semanal de 44 horas, sem necessidade de comunicação ao Ministério do Trabalho;
- Permite que trabalhadores com salários mais elevados (acima de R\$ 11 mil), estabeleçam diretamente com os empregados as condições de seu contrato de trabalho, sem necessidade de formalização em acordo coletivo;	- Possibilita a redução do intervalo intrajornada para o mínimo de meia hora, para quem trabalha oito horas diárias ou 15 minutos, para quem trabalha seis horas diárias;
- Libera a terceirização de forma irrestrita, corrigindo, assim, eventuais interpretações ambíguas contidas na Lei 13.429/2017, que regulamentou, recentemente, o trabalho temporário e a terceirização;	- Estabelece a prevalência dos acordos sobre as convenções coletivas de trabalho ainda, que as condições de trabalho dos acordos sejam inferiores às definidas nas convenções;
- Possibilita que trabalhadoras gestantes e lactantes possam trabalhar em áreas insalubres, desde que autorizadas por atestado médico;	- Possibilita a pactuação de banco de horas mediante acordo individual;  - Possibilita o contrato individual de trabalho mediante acordo verbal;
- Extingue o intervalo obrigatório de 15 minutos que antecede a prorrogação da jornada de trabalho;	- Possibilita o parcelamento das férias em três períodos, sendo um deles não inferior a duas semanas consecutivas. Isso pode dificultar o planejamento das férias pelo trabalhador e a família dele e reduzir o tempo necessário de descanso;
- Extingue a necessidade de registro do Plano de Cargos e Salários da empresa no Ministério do Trabalho, mesmo quando ele definir critérios para o pagamento de salários distintos para as mesmas funções;	- Permite ao empregador a alteração unilateral de cargo de confiança ocupado pelo empregado, revertendo-o ao cargo anterior, sem que haja necessidade de incorporação de gratificações e adicionais ao salário do cargo anterior, independentemente do período de desempenho no cargo de confiança.

**Fonte:** DIEESE, 2017.

À luz da consolidação das perdas trabalhistas por meio das alterações na CLT, os resultados deste estudo trazem reflexões importantes sobre a precarização do trabalho dos assistentes sociais no município de Parintins, tendo em vista que tal reforma está atrelada à ideologia neoliberal advinda do processo de acumulação flexível.

A pressão do desemprego, a falta de oportunidades e um desmedido exército de reserva de trabalhadores têm sido fatores preponderantes para a aceitação, por parte de muitos trabalhadores, das péssimas condições e relações de trabalho. Para apresentar as modalidades de contratação dos

assistentes sociais de Parintins far-se-á esclarecimento sobre cada modalidade de contratação de trabalho identificado nessa pesquisa.

O Regime Especial/Contrato Determinado é regido pela Lei 9.601/98 que determina a contratação mediante Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) sem nenhuma intervenção das regras constituídas no seu § 2º, em qualquer atividade desenvolvida pelas empresas contratantes. De acordo com Art. 445 da CLT, o contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, observada a regra do art. 451, caso isso ocorra, o contrato passa a ser considerado Regime por Tempo Indeterminado. O tipo de vínculo Estatutário/Contrato Indeterminado é regido pela Lei 8.112/90 e rege as relações de trabalho estabelecidas entre Estado e servidores público civis e federais.

O Contrato Temporário/Terceirizado regido pela Lei 6.019/74 estabelece no seu Art. 2º que Trabalho Temporário é aquele prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços, para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços. O § 1º desta Lei determina ser proibida a contratação de trabalho temporário para a substituição de trabalhadores em greve, salvo nos casos previstos em lei.

A tabela 03 demonstra o tipo de vínculo empregatício dos assistentes sociais de Parintins.

**Tabela 03:** Modalidade de contratação dos assistentes sociais.

<b>Tipo de vínculo empregatício dos assistentes de Parintins</b>	
Regime Especial/Contrato Determinado	87%
Estatutário/Contrato Indeterminado	13%
Contrato Temporário/Terceirizado	—

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

Observa-se que os assistentes sociais do município de Parintins estão em maior número empregados por Regime Especial/Contrato Determinado. Esse tipo de vínculo empregatício quase sempre não assegura direitos trabalhistas aos profissionais como: férias e décimo terceiro, conforme revelaram os assistentes sociais durante a pesquisa de campo. A rotatividade é outro

fator vivenciado pelos profissionais que sem garantia de estabilidade e segurança no emprego caminham na incerteza de que continuarão ou não empregados. Os 87% dos assistentes sociais estão distribuídos na esfera municipal, estadual e federal, enquanto os 13% estão nas esferas estadual e federal.

Na esfera municipal o fator rotatividade de pessoal tem sido um grande dilema para o serviço social em Parintins, pois, a cada ano os assistentes sociais estão sempre iniciando seus trabalhos, quando deveriam continuar. Normalmente esses profissionais retornam para os mesmos espaços de trabalho e muitas vezes nem a trabalhar, desse modo, as implicações à materialização do serviço social são inevitáveis tal qual a precarização do trabalho dos profissionais.

Para detalhar esses resultados a tabela 04 apresenta a distribuição dos assistentes sociais por esferas empregadoras.

**Tabela 04:** Quantitativo geral de profissionais com vínculos empregatícios por esfera Municipal, Estadual, Federal e Terceiro Setor em Parintins.

Área de Atuação	Esfera Municipal	Esfera Estadual	Esfera Federal	Terceiro Setor
Saúde Pública	11	02	_____	02
Saúde Privada	_____	02	_____	06
Assistência Social Pública	24	_____	_____	_____
Assistência Social Privada	_____	_____	_____	03
Educação Pública	03	02	03	_____
Educação Privada	01	01	_____	01
Previdência Social - INSS	_____	01	_____	_____
Sócio-jurídico	04	01	_____	_____
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>09</b>	<b>03</b>	<b>09</b>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

Observa-se nos dados apresentados, que o maior empregador de assistentes sociais em Parintins é a esfera municipal com 43 profissionais, o que revela uma contratendência em relação à tendência predominante de contratação em nível de Brasil e de Amazonas que tem a esfera estadual como maior empregador de assistentes sociais.

Pesquisa realizada por Silva e Vallina (2005) corrobora que 72% dos assistentes sociais de Manaus têm vínculo por Regime Estatutário/Contrato Por Tempo Indeterminado, sinalizando que estes profissionais se encontram amparados de certa forma por leis trabalhistas que lhe asseguram maior tempo de vínculo empregatício, além de alguns benefícios como décimo terceiro, férias remuneradas. Já em Parintins foi revelado que um número considerável de assistentes sociais prevalece em Regime de Trabalho por Tempo Determinado, com insegurança e instabilidade no emprego, como também sem direitos a férias remunerada e geralmente com o décimo terceiro fragilizado.

Decerto, que na esfera municipal há recolhimento previdenciário como mostram os contracheques de outros profissionais (professores), contudo, vê-se que os recursos não têm chegado de fato, à Previdência Social, como observado e sabido quando se começa dar entrada ao processo de aposentadoria desses profissionais. Daí a indagação: se não é repassado de forma integral e em tempo hábil dos profissionais da educação será repassado dos assistentes sociais que trabalham na esfera municipal contratado por tempo determinado? Isso deixa evidente que tanto os profissionais concursados como os contratados por Regime Especial ou Temporário enfrentam os males de uma gestão que tem como base a política neoliberal.

Os concursos sucedidos no município de Parintins têm sido bastante concorridos e com disponibilidade de poucas vagas, máximo de 01 para o serviço social. Em 2005 a esfera municipal realizou o primeiro concurso que disponibilizava 01 vaga para o serviço social. Em 2012, o governo do Estado agenciou 02 concursos em que houve disponível 01 vaga para essa área em cada edital. Em 2014, SUSAM promoveu um certame com 01 vaga para os assistentes sociais. A esfera federal (UFAM) requereu 02 concursos onde houve 01 vaga para o serviço em cada edital: 01 concurso ocorreu em 2007 e o outro em 2013. O IFAM contratou 02 concursos 01 em 2013, em que não houve nenhum candidato aprovado e o segundo em 2014, disponibilizando 01 vaga para o serviço social com aprovação.

Verifica-se que a competitividade é crescente, e que o trabalho formal é um sonho por melhores condições de vida e de trabalho em Parintins, sendo um desafio no cenário contemporâneo. Desde a década de 1990, com a contrarreforma do Estado brasileiro, foram vivenciadas amplas e profundas transformações no aparato estatal e na sua relação com a sociedade civil, reduzindo investimentos nas políticas sociais e fomentando a expansão e

ampliação do chamado terceiro setor, que comandado pela sociedade civil torna-se corresponsável e em grande medida, às vezes, o único responsável pela implementação das políticas sociais, ficando ainda mais difícil o trabalho formal.

Decerto que o contrato de trabalho com carteira assinada ou via concurso público garante algumas melhorias às condições de vida ao trabalhador como demonstra Scherer (2005): o trabalho formal é considerado melhor que o assalariamento informal, dada às melhores garantias de direitos trabalhistas e de vida aos trabalhadores, condição importante para um futuro melhor.

Esse direito e sonho de milhões de trabalhadores está ameaçado pelo capital que, na sua cartada crucial, empurra os trabalhadores para a informalidade, terceirização e precarização do trabalho regulamentado. O que se observa é que no contexto atual de acumulação flexível são retiradas as chances mínimas de ascensão no emprego formal, e melhores condições de vida, como indica o quadro 13.

**Quadro 13: Relações de trabalho, negociação coletiva e papel da Justiça.**

<b>Prevalência do negociado sobre o legislado.</b>
Limite diário da jornada, observado o limite semanal de 44 horas.
Forma de quitação das horas extras, mediante pagamento <b>ou</b> compensação por meio de banco de horas (coletivo ou individual)
Forma de registro da jornada (ponto eletrônico ou outras formas).
Intervalo intrajornada, observados os períodos mínimos de 30 e 15 minutos para jornadas de 8 e 6 horas, respectivamente. Caso ocorra descumprimento desses períodos mínimos, o pagamento de horas extras incidirá somente sobre o tempo mínimo de intervalo não observado.
Regulamentação do teletrabalho, do regime de sobreaviso (permanência do empregado à disposição do empregador fora do horário e local habitual de trabalho, para, a qualquer momento, ser convocado) e do trabalho intermitente, em que são alternados períodos de prestação de serviços e de inatividade - horas, dias ou meses - independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador.
Enquadramento do grau de insalubridade dos locais de trabalho nas empresas
Prorrogação da jornada de trabalho em locais insalubres sem prévia autorização do Ministério do Trabalho.
Pagamento da PLR em mais de duas parcelas.
Estabelece a prevalência dos acordos (documentos celebrados entre um sindicato de uma categoria e uma ou mais empresas) sobre as convenções coletivas de trabalho (celebradas entre sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais), ainda que as condições de trabalho dos acordos sejam inferiores às definidas nas convenções.
Permite que trabalhadores com salários mais elevados (acima de R\$ 11 mil), estabeleçam diretamente com os empregados as condições de seu contrato de trabalho, sem necessidade de formalização em acordo coletivo

Possibilita a pactuação de banco de horas mediante acordo individual.
Possibilita o contrato individual de trabalho mediante acordo verbal.
<b>Regulamenta o trabalho intermitente (Jornada “Zero Hora”).</b>
Estabelece a plena quitação de direitos quando da adesão de trabalhadores a Planos de Desligamento ou Aposentadoria Voluntários.
Permite a rescisão de contrato de trabalho de comum acordo, com pagamento de metade da multa e do aviso prévio, sem direito a seguro desemprego
Estabelece o termo individual de quitação anual e plena do pagamento de todas as verbas salariais e trabalhistas. Uma vez assinado esse termo, haverá grande dificuldade para o trabalhador realizar futuras reclamações trabalhistas.
Restringe a atuação da Justiça do Trabalho, já limitada pela Emenda Constitucional 45 (comum acordo para instauração dos dissídios coletivos), inclusive em relação ao conteúdo das súmulas, jurisprudências e orientações jurisprudenciais do TST.
Dificulta o acesso à Justiça do Trabalho, entre outros motivos, por estipular cobrança de perícias até para os trabalhadores de baixa renda. De um modo geral, restringe bastante o acesso gratuito à Justiça do Trabalho.
Restringe a intervenção da Justiça do Trabalho nos resultados das negociações coletivas, pela observação do “princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva”, mesmo que eventualmente se entenda que o acordo ou convenção fira normas legais.
Extingue o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho sobre a ultratividade dos instrumentos normativos de trabalho (Súmula 277) e estabelece no § 3º do art. 614: “Não será permitido estipular duração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho superior a dois anos, sendo vedada a ultratividade.

**Fonte:** DIEESE, 2017.

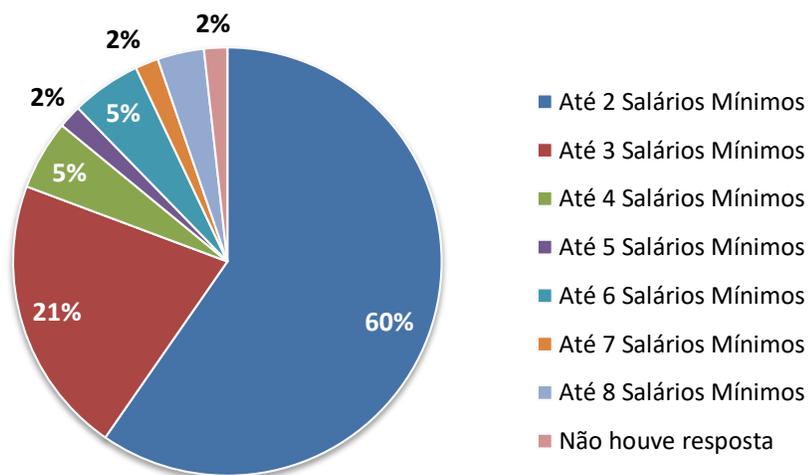
Os ataques à classe trabalhadora são imensuráveis. Um deles é a fragilização do sindicato, retirando sua principal fonte de renda que era a obrigatoriedade do pagamento da contribuição sindical. O que acontece parece calculado, deixa-se o representante dos trabalhadores enfraquecido diante de interesses de um grupo econômico ainda mais rico e protegido por uma Reforma Trabalhista com a intenção clara de defender seus interesses (TEIXEIRA, *et.al.*, 2017).

É certo que a luta política da classe trabalhadora caminhou concomitante com os interesses da classe dominante desde os primórdios. Resistência é o *slogan* do povo brasileiro, que às duras lutas conquistou direitos, inclusive trabalhistas, e continua sofrendo os ataques dos grupos econômicos hegemônicos. Portanto, vive-se o desmonte da proteção social, dos sindicatos e de toda a classe trabalhadora.

As condições salariais dos assistentes sociais de Parintins revelaram essa realidade. De fato, o trabalho do assistente social perpassa a precarização do trabalho sinalizando os efeitos da política neoliberal vigente. Os baixos salários de 60% dos profissionais corroboram que a

acumulação flexível, flexibiliza as condições e relações de trabalho em todas as dimensões da vida do trabalhador. No Brasil, a precarização do trabalho não é algo novo, mas, na contemporaneidade ganha novos contornos e configurações a partir dos anos de 1990 quando se presenciaram mais claramente “os influxos da crise de acumulação, da contrarreforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais” (RAICHELIS, 2011, p. 421).

**Gráfico 12:** Salário mensal dos assistentes sociais.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

No gráfico 12, observa-se que um quantitativo significativo de assistentes sociais têm baixos salários (até dois salários mínimos) e estão na sua maioria os profissionais com vínculo empregatício Regime Especial/Contrato Determinado. Nota-se que os assistentes sociais em Parintins vivenciam a precarização salarial e contratual. Os salários dos assistentes sociais que trabalham na esfera municipal são estabelecidos pelos gestores, assim, as trocas a cada quatro anos alteram o quadro de profissionais, as áreas de atuação e os salários como identificado durante a pesquisa de campo.

Os assistentes sociais não possuem piso salarial, mas, têm honorários<sup>34</sup> instituídos por Resolução do CFESS: Considerando o § 2º do artigo 1º da Resolução CFESS N° 418/2001, que instituiu a Tabela Referencial de Honorários de Serviço Social – TRHSS, alterada pela Resolução CFESS N° 467, de 17 de março de 2005, especificamos, abaixo, os valores da hora técnica corrigida pelo ICV/DIEESE: Graduados/as: R\$ 133,81; Especialistas: R\$ 150,28; Mestres: R\$ 189,39; Doutores/as: R\$ 214,10.

Os assistentes sociais das esferas estatal e federal têm sim algumas vantagens salariais. Nessa pesquisa foi identificado que na esfera estatal há um profissional com carteira assinada e os demais são concursados. Na esfera federal, tem 01 profissional em Regime Especial/Temporário por Tempo Determinado e 02 concursados, na esfera municipal tem 01 profissional concursado e os demais são Regime Especial/Temporário por Tempo Determinado tal qual os profissionais do Terceiro Setor.

O trabalho dos assistentes sociais tem sido precarizado pela relação de trabalho que vem sendo estabelecida pelos seus empregadores: pela falta de reconhecimento salarial com o rebaixamento dos salários; pela não implementação de uma política de recursos humanos, na ausência de planos de cargos e salários; pela falta de projetos de capacitação continuada; pela falta de constituição das equipes de referência; pelo excesso de trabalho; e com uma forte tendência de ampliação das contratações temporárias e terceirizadas.

Vê-se que há precarização nas condições de trabalho dos profissionais e nas condições de vida desses trabalhadores que sem perspectiva de trabalho formal acabam por aceitar qualquer condição que garanta o pão de cada dia. Teixeira et.al, (2017) dizem que a função da flexibilização é ideológica: é fazer com que os trabalhadores aceitem a redução de direitos, uma vez que não há restrições que impeçam os direitos inscritos na lei de serem ampliados via negociação coletiva.

Os trabalhadores periféricos são considerados como força de trabalho descartável, submetidos às péssimas condições e relações contratuais de trabalho que têm a terceirização como fio condutor da precarização do trabalho estrutural. Com a reforma trabalhista “criam-se as

---

<sup>34</sup>A Tabela Referencial de Honorários de Serviço Social – TRHSS foi instituída em 2001. Entre outras atribuições, ela determina o valor da hora técnica, fixando o valor mínimo a ser cobrado, que servirá de parâmetro para prestação dos serviços profissionais do/a Assistente Social que trabalhe sem qualquer vínculo empregatício, vínculo estatutário ou de natureza assemelhada. O valor dessa hora técnica corrigido anualmente com base no ICV/DIEESE.

condições para prevalência do mercado na determinação da relação de emprego, submetendo os indivíduos ao assalariamento conforme a correlação de forças vigente em cada setor de atividade ou conjuntura”. (TEIXEIRA, *et.al*, 2017, p. 42). Acabam excluídos do mercado formal de trabalho, consolidando a precarização do trabalho, das condições salariais, dos direitos trabalhistas e previdenciários. Conforme Guerra (2005):

[...] para os trabalhadores assalariados há uma significativa precarização do trabalho que se expressa por mudanças na relação contratual: contratos por tempo determinado, por peças, por serviços prestados, levando à insegurança no trabalho. Dentre as ações mais flexíveis implementadas pelos empregadores destacam-se: alterações na legislação trabalhista, transformação do trabalho assalariado em temporário, parcial, subcontratado, terceirizado. Esta alteração de vínculo tende a fragmentar ainda mais a classe trabalhadora (p. 15).

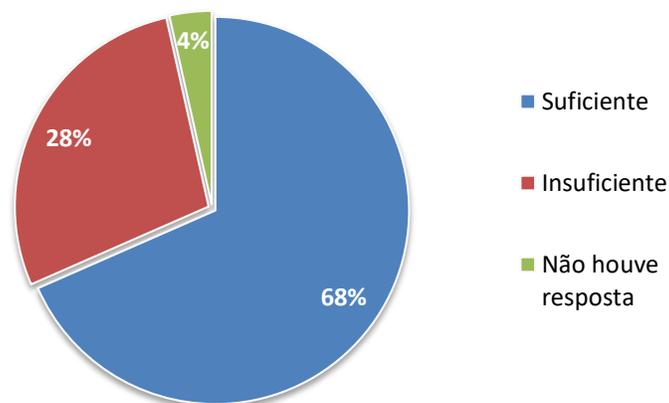
A finalidade do modelo de acumulação flexível é imprimir à classe trabalhadora a fragmentação, a sua fragilização como classe social, garantindo a concretização do modo de produção capitalista, que tem por fim o lucro via exploração da força de trabalho, numa perspectiva de diminuir o potencial de resistência dos trabalhadores.

Ao questionar se os recursos e condições materiais (material de expediente, equipamentos e instalações físicas) são suficientes ou insuficientes para a realização do trabalho do assistente social o gráfico 13 aponta que em maior quantitativo consideraram serem suficiente.

Nessa trilha, verificou-se durante a pesquisa de campo *in loci* que muitas instituições não oferecem recursos materiais e humanos adequados e suficientes dentre os quais podem ser citados a falta de transporte institucional, salas de atendimentos (inclusive fora dos padrões exigidos pelo CFESS/CRESS), quadro de profissionais reduzido, o que dificulta o atendimento das demandas apresentadas ao serviço social, como também sobrecarrega os profissionais que têm muitas vezes que realizar atividades que não compete ao serviço social.

Diante dessa realidade, afirma-se que o exercício profissional do assistente social necessita de condições de trabalho adequadas, do respeito e da valorização profissional, da garantia de sua participação nas políticas sociais.

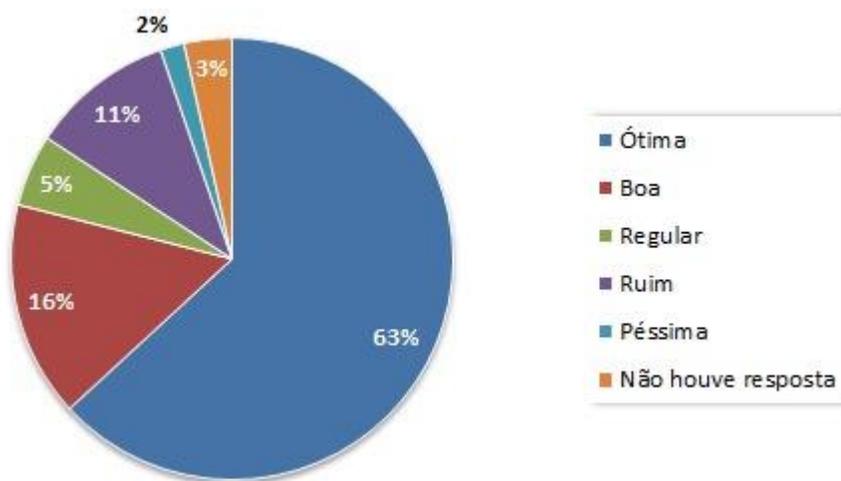
**Gráfico 13:** Recursos materiais para exercício profissional



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

Observa-se no gráfico 14 que há um número considerável de profissionais que consideram em ótimas condições e apenas 2% afirmaram estar em péssimas.

**Gráfico 14:** Condições dos materiais utilizados pelos assistentes sociais.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

O reconhecimento do trabalho do assistente social, na mediatização das demandas e necessidades da classe trabalhadora, que carece das políticas sociais, é uma forma de valorização

e respeito à categoria como parte da classe trabalhadora, como também aos usuários de seus serviços. Para aprofundar o debate sobre os recursos utilizados pelos profissionais para a realização do seu trabalho buscou-se conhecer em que condições se encontravam esses materiais.

No entanto, ao verificar os dados qualitativos os resultados evidenciaram realidades adversas como mostra o quadro 14. Nesse quadro os assistentes sociais revelaram o impacto neoliberal nas condições do seu trabalho o que atinge igualmente as condições e relações de trabalho de toda a classe trabalhadora, em espaços públicos e privados.

**Quadro 14:** Recursos e condições materiais para realização do trabalho dos assistentes sociais.

<p><b>Recursos precários (*4)</b></p>	<p>Eu também considero precário. Tem sim, mas em quantidade reduzida, a gente tem que improvisar, eu tenho uma sala que no momento está desativada por uma questão financeira, então, não deixa de ser uma precarização de trabalho. As instalações são boas, mas tem essa realidade de precarização do trabalho quanto aos materiais de expediente, nos recursos que precisam para dar andamento melhor no trabalho. (A. S. Espaço Privada)</p> <p>Os materiais de expediente estão em estado regular, nós temos o veículo, o transporte para fazer visita nas comunidades, no entanto está parado devido não ter a bateria, às vezes falta de gasolina então as atividades que nós realizamos nas comunidades é bem difícil. Em relação ao ambiente, o local de trabalho, as instalações são precárias e antigas, é um prédio antigo da igreja, que é alugado da Igreja. Temos a sala de atendimento, mas, no entanto, não é apropriada para fazer escuta em alguns casos de urgência, então nós temos que fazer de qualquer forma, é necessário aprimorar aquele espaço”. (A.S. Espaço Público).</p> <p>Não é adequado porque falta material para gente trabalhar, não temos como fazer uma pesquisa porque não temos internet. Não tem sala própria para atender os usuários. As condições físicas também são precárias porque quando enche é muito arriscado as crianças ficarem na água e a gente tem que ter um cuidado dobrado porque são poucos profissionais. (A.S. Espaço Privado).</p>
---------------------------------------	--

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

\*Número de assistentes sociais que direcionaram suas respostas para tal categoria.

Sobre a realidade vivenciada pelos assistentes sociais, Moraes (2016) afirma que,

O cenário atual tem se agravado por meio do aumento do desemprego, corte dos gastos públicos, articulação ofensiva entre setor público e privado, transferindo complexos do Estado para a iniciativa privada e instituindo processos ideopolíticos que têm reconfigurado a forma de pensar e agir dos sujeitos, através de sobrevalorização do *ter* em relação ao *ser* ou, ainda, “no ter para o ser, para existir numa fábula vazia de significados (p. 589).

Os recursos e as condições dos materiais para a realização do trabalho dos assistentes sociais insuficientes e inadequadas impactam de forma negativa na materialidade das políticas sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Por outro lado, outros profissionais revelaram divergências nas suas condições de trabalho como é possível observar nos relatos que seguem:

A estrutura física corresponde sim, perfeitamente ao envolvimento da equipe multiprofissional a gente planeja as ações durante o dia principalmente as visitas domiciliares também isso aí influencia diretamente no atendimento e respostas até vamos dizer assim, materiais e institucionais aos usuários que procuram esses serviços de saúde, então até agora as condições de trabalho tanto da parte de estruturação física e envolvimento com a equipe multiprofissional daqui da unidade básica de saúde eles correspondem sim por muitas vezes as respostas materiais e institucionais dos usuários sim, mas infelizmente existem alguns casos eventuais, pontuais, individuais que às vezes nós não chegamos a meta e objetivos do qual deveria estar sendo proposto”. (A.S. Espaço Público).

Atualmente eu tenho condições de trabalho que me permitem né dar conta da resolução de “n” problemas na instituição, de ir atrás do meu usuário quando eu preciso, de atendê-lo quando eu tenho que atender. Então, as condições de trabalho me possibilitam sim, resolver as minhas demandas né, porque eu tenho estrutura para isso. A instituição me oferece as condições de desenvolver o meu trabalho de forma satisfatória né, que realmente traga uma resposta ao meu usuário. Então, ainda consigo me sentir satisfeita com as minhas condições de trabalho, enfim. (A.S Espaço Público).

As esferas estatal e federal aparecem como aquelas que ainda, disponibilizam uma melhor situação de recursos e condições de trabalho para os assistentes sociais, conforme as narrativas acima revelaram. Já a esfera municipal mantém condições salariais e materiais mais abstrusos com relação às políticas sociais e às condições de trabalho dos assistentes sociais.

Nesse contexto, entende-se que os profissionais da esfera municipal organizem-se coletivamente para começar a exigir concurso público, melhoria nas condições e relações de trabalho. Pois, compreende-se que a ausência de Planos de Cargos, e Carreiras e Salários da categoria é uma forma de precarização do trabalho e intensifica a situação de precarização do trabalho e da vida dos assistentes sociais, nesse caso trabalhador, pois, não há estímulo à capacitação profissional, à política salarial correspondente às atribuições e competências profissionais.

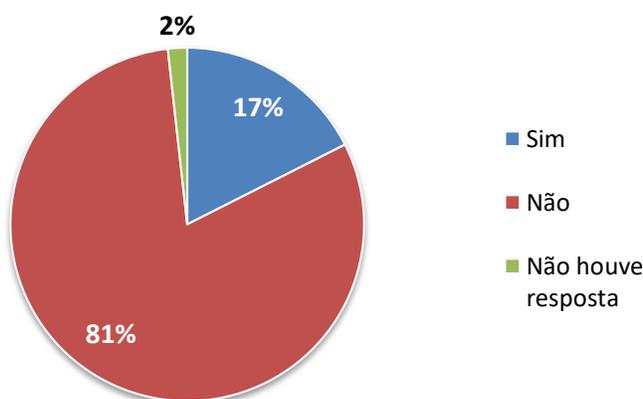
Sobre essa questão, principalmente na esfera estatal e municipal, os assistentes sociais revelaram que se percebem dentro do processo de precarização pela condição salarial e falta de incentivo profissional.

Pra mim trabalho precarizado inicia desde quando o técnico não ganha acessivelmente dentro das condições que é o piso salarial do técnico, de um profissional, apesar de muitos avanços a gente precisa alcançar dentro da política da assistência porque eu vejo que a assistência social é um dos problemas em relação salarial é o que mais trabalha dentro da sociedade e os que menos são recompensados. A gente trabalha muito e ganha pouco. O nosso trabalho precisa de respeito e nós também e, precisa sim, ser bem remunerado (A.S. Espaço Público).

No meu caso, o salário não condiz com o que eu queria, eu queria um salário, que pelo menos estivesse num nível para recompensar os anos que estudei (A.S. Espaço Público).

Na sequência do debate o gráfico 15 demonstra uma disparidade com relação ao trabalho precário dos assistentes sociais. Apenas 17% consideraram ter trabalho precarizado. Diante disso, para intensificar a análise dos dados quantitativos realizou-se também uma abordagem qualitativa na pesquisa de campo, visando uma compreensão mais focada nas relações de trabalho dos assistentes sociais nos seus espaços de atuação. Ao que foi observado nas narrativas dos profissionais eles compreenderam relações de trabalho como relações entre os profissionais sendo necessário destacar algumas questões para o alcance do objetivo pretendido nesse tópico.

**Gráfico 15:** Trabalho precário dos assistentes sociais.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

Desse modo, parte-se de 03 questões que servirão de base para as reflexões da relação de trabalho dos assistentes sociais nos espaços investigados: 1. Entendimento sobre trabalho precarizado; 2. Se o trabalho dos assistentes sociais é excessivo; 3. Forma de vínculo empregatício.

**Quadro 15:** Entendimento dos assistentes sociais sobre trabalho precarizado.

<b>Categoria elaborada com base na análise de conteúdo</b>	<b>Detalhamento das narrativas das respostas apresentadas pelos respondentes</b>
<b>Escassez de recursos humanos e materiais (*4)</b>	<p>Eu acredito que as minhas condições e relações de trabalho expressam muito bem o trabalho precarizado, devido à falta de recursos humanos para o atendimento das demandas, a falta de condições materiais para o exercício desse trabalho, as limitações institucionais, os conflitos institucionais, as correlações de forças, tudo isso do meu ponto de visto é atuar numa dinâmica de trabalho precarizado”. (A.S. Espaço Público).</p> <p>O trabalho precarizado é a degradação das condições de trabalho, seja elas sociais, psicológicas, físicas, é a diminuição, é a escassez de serviços e assim não dá boas condições de trabalho para as pessoas. (A.S. Espaço Público).</p> <p>Eu entendo que é um trabalho feito com muita dificuldade por falta de inúmeros recursos como pessoal, material, instalação física etc. (Privado)</p> <p>É quando tu não tens todo o teu material didático para fazer o teu trabalho. Aqui no hospital nós temos o material para fazer nosso trabalho. (A.S. Espaço Privado).</p>
<b>Desvalorização profissional e salarial (*4)</b>	<p>Trabalho precarizado significa condições de trabalho não dignas de você realizar a finalidade da sua intervenção. Então, essa questão da finalidade da prática profissional fica prejudicada por falta de condições materiais, de estrutura para isso. E pela questão da desvalorização também do profissional, da má remuneração, da má valorização por parte daquele que emprega. Então eu entendo como um trabalho precarizado nesses dois aspectos. (A.S. Espaço Público).</p> <p>Para mim trabalho precarizado inicia desde quando o técnico não ganha acessivelmente dentro das condições que é o piso salarial do técnico, de um profissional. Outra questão é o ambiente, a estrutura física, os materiais de expediente, as ferramentas de trabalho é o suporte que o profissional tem para fazer a execução do seu trabalho. (A.S. Espaço Público).</p> <p>O trabalho precarizado vai desde o seu vínculo de trabalho, do seu salário até as condições materiais, físicas que você se inclui, então o fato de você ganhar pouco repercute na sua vida, no seu trabalho porque um profissional que não é valorizado, que tem um salário que não condiz com os seus anos de estudo, ele não é estimulante pra atuar. (A.S. Espaço Público).</p> <p>Bom, primeiramente o não reconhecimento do profissional nas instituições tanto no setor público e privado. Essa precarização perpassa questão financeira, de capacitação, de investimentos no profissional para que ele possa estar mais habilitado para as atribuições dele. Das condições também de material, das instalações, então tudo isso a gente entende como precarização do trabalho. (A.S. Espaço Privado).</p>
<b>Questão Financeira (*1)</b>	<p>Bom, o que nos deixa tristes é a questão financeira porque o nosso trabalho depende diretamente dos recursos advindos dos projetos que são enviados para as instituições mantenedoras – empresas, o próprio governo – e muitas vezes quando os projetos não passam aí ficamos com uma certa tristeza de não poder ter recursos financeiros para fazer aquilo que a gente poderia né, ir muito mais além. Mas o que nos deixa limitado é a questão financeira. (A.S. Espaço Privado)</p>
<b>Terceirização e Privatização (*1)</b>	<p>A precarização do Brasil veio principalmente... do receituário neoliberal com suas características fundamentais que é a terceirização e a privatização e com isso acarretou em todas as profissões e principalmente no Serviço Social. Hoje se vê na a formação profissional em universidades e cursos à distância que você sabe que é totalmente precarizado porque você sabe que lá não tem criticidade que existe no presencial e com isso a mão de obra torna-se muito barata. (A.S. Espaço Público).</p>

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

\*Número de assistentes sociais que direcionaram suas respostas para as categorias.

As análises serão realizadas a partir de cada quadro apresentado. O quadro 15 sintetiza as narrativas dos assistentes sociais sobre a concepção de trabalho precarizado. A compreensão dos assistentes sociais entrevistados sobre trabalho precarizado abrange escassez de recursos humanos e materiais; desvalorização profissional e salarial; questão financeira para a realização do trabalho; e, terceirização e privatização. São inúmeros os fatores que revelam a precarização do trabalho e os citados pelos assistentes sociais estão contidos nas relações e condições de trabalho.

Diante de um Estado a serviço do capital, a escassez de recursos materiais e humanos, além da questão financeira, que foram sinalizadas no quadro 21 nos espaços sócio-ocupacionais público e privado dos assistentes sociais entrevistados, são situações que impactam tanto a vida dos usuários quanto dos profissionais que se enxergam muitas vezes desprovidos de respostas profissionais e institucionais.

Desse modo, o direito à garantia de existência digna expressa na Constituição Federal 1988, do Trabalho Decente estabelecida na OIT, está longe de ser efetivada numa sociedade gerida pela ótica neoliberal que se sustentam nos governos brasileiros atuais. Nessa direção, a problemática do salário mínimo, da assistência social, do direito à previdência social, do direito à saúde e à moradia continua impactando a vida dos trabalhadores, que se sentem coagidos diante da precariedade de acesso a esses direitos conquistados, e aos assistentes sociais que lutam no cotidiano profissional com a precarização do trabalho e das políticas sociais em que sentem-se muitas vezes impotentes para a resolutividade das demandas que se apresentam nos espaços em que trabalham.

A desvalorização profissional e salarial é um dos indicadores da precarização do trabalho dos profissionais que tem a reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado como mentores dos baixos salários e rotatividade - fatores premente da insegurança do trabalho e do emprego.

Dentro dessa realidade, observa-se, que um profissional ao se sentir em tais condições corre riscos e abalos à sua saúde mental, porque a insatisfação no trabalho associa-se negativamente à exaustão emocional. Quanto maior é a satisfação no trabalho, com o salário recebido, com as condições e relações de trabalho, com a possibilidade de participação nas decisões da instituição, menor é o sentimento de desgaste emocional. Franco, Druck e Silva (2010, p. 231), compreendem que a precarização do trabalho advém de processos de dominação

que “mesclam insegurança, incerteza, sujeição, competição, proliferação da desconfiança e do individualismo, sequestro do tempo e da subjetividade”.

Relembra-se que como profissionais assalariados os assistentes sociais sofrem todas as penúrias do sistema capitalista que vai desde a contratação salarial às condições materiais, humanas, físicas e institucionais técnico-burocráticas. Portanto, é exigido destes profissionais coragem e determinação para negociar seu projeto profissional junto à instituição em que trabalham, por respeito aos usuários de seus serviços, investindo em propostas de trabalho criativas e viáveis que potencializem o seu espaço sócio-ocupacional (IAMAMOTO, 2001).

O serviço social não é o “salvador da pátria” e os assistentes sociais disso não podem esquecer. Assim, o serviço social só pode ser compreendido no movimento histórico de reprodução das relações sociais mais amplas, que constituem a sociedade capitalista. Esse processo é complexo e contraditório, como também é possibilidade de um mundo melhor, com menos injustiça, desigualdade e exclusão social.

### **3.2 A realidade das condições de trabalho dos profissionais de serviço social**

A nova morfologia do trabalho desenhada no processo de globalização e reestruturação produtiva vem exercendo forte influência na vida e no modo de viver da classe trabalhadora, como também definindo padrões de saúde-doença desta. É notável que “A Modernidade Líquida” pensada por Bauman (2001), é a modernidade da incerteza, da instabilidade, da insegurança do trabalho e no emprego, do medo, da desesperança, condições que expõem os assistentes sociais na lista de índices de trabalhadores adoecidos devido as condições e relações de trabalho desses profissionais.

De acordo com a OIT (2008), desde 1919 as jornadas excessivas ultrapassam o teto de 48 horas semanais, mas que varia de país para país. Nesse estudo, compreende-se o trabalho excessivo aquele que é realizado além da jornada de trabalho de 30 ou 40 horas por semana, conforme a Lei 12317/2010 (que regulamenta a carga horária de trabalho dos assistentes sociais).

Ainda assim, observa-se que o acúmulo de atividades em decorrência do quadro reduzido de profissionais nos espaços sócio-ocupacionais tem levado os assistentes sociais à exaustão.

**Quadro 16:** Característica da Precarização Social do Trabalho na América Latina (Brasil)

Elementos que caracterizam a Precarização do Trabalho
- Geração insuficiente de postos de trabalho, mesmo com crescimento da população economicamente ativa (PEA);
- Crescimento da produtividade restrito a um grupo de setores, com estagnação ou baixo crescimento nos demais, indicando que parte das ocupações foi no trabalho informal;
- O trabalho nos serviços e comércio (terciário) ganha peso;
- aumento do desemprego e da informalidade; expansão dos empregos temporários e sem contrato, com aumento da população ocupada sem acesso à seguridade social; flexibilização das condições para a rescisão dos contratos de trabalho; redução das indenizações por demissão; imposição de limites ao direito de greve; e deterioração dos rendimentos do trabalho num significativo número de países.

**Fonte:** CEPAL; PNUD; OIT, 2008.

Pyl (2009) apresenta uma matéria retirada do portal Repórter Brasil, que trata de um seminário realizado pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), que é órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sobre “O processo de intensificação do trabalho sob diferentes olhares”. Nessa matéria, a jornalista esclarece que durante o seminário foram abordadas as principais causas da intensificação do trabalho e suas consequências para os trabalhadores, em que foram destacadas as causas da intensificação do trabalho, tais como: a política de redução do número de funcionários, ritmos acelerados da produção, redução da jornada de trabalho mantendo a produção e múltiplas funções.

Para pensar como será a caminhada da classe trabalhadora no cenário vigente o quadro 17 sintetiza as novas formas de contratação dos trabalhadores.

**Quadro 17:** Novas formas de contratação de trabalhadores.

CLT e Novas de contratação de Trabalhadores
- Cria o contrato intermitente, pelo qual o trabalhador será remunerado somente pelas horas que efetivamente trabalhou, ainda que tenha permanecido à disposição por mais tempo;
- Possibilita que trabalhadoras gestantes e lactantes possam trabalhar em áreas insalubres, desde que autorizadas

por atestado médico;
- Possibilita o parcelamento das férias em três períodos, sendo um deles não inferior a duas semanas consecutivas. Isso pode dificultar o planejamento das férias pelo trabalhador e a família dele e reduzir o tempo necessário de descanso;
- Possibilita a negociação sobre o enquadramento do grau de insalubridade dos locais de trabalho nas empresas e a prorrogação da jornada de trabalho em locais insalubres, sem prévia autorização do Ministério do Trabalho;
- Extingue o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho sobre as horas <i>in itinere</i> como parte da jornada efetiva do trabalhador que utiliza transporte próprio da empresa e ela se localiza em local de difícil acesso;
- Possibilita a redução do intervalo intrajornada para o mínimo de meia hora, para quem trabalha oito horas diárias ou 15 minutos, para quem trabalha seis horas diárias;
- Possibilita a extensão da jornada diária para além de 10 horas diárias (oito normais e duas extras) “por necessidade imperiosa”, observado o limite semanal de 44 horas, sem necessidade de comunicação ao Ministério do Trabalho;
- Permite ao empregador a alteração unilateral de cargo de confiança ocupado pelo empregado, revertendo-o ao cargo anterior, sem que haja necessidade de incorporação de gratificações e adicionais ao salário do cargo anterior, independentemente do período de desempenho no cargo de confiança;
- Extingue a necessidade de registro do Plano de Cargos e Salários da empresa no Ministério do Trabalho, mesmo quando ele definir critérios para o pagamento de salários distintos para as mesmas funções;
- Amplia as parcelas não integrantes do salário ao estabelecer que prêmios, abonos e diárias de viagens (mesmo quando superiores a 50% da remuneração) não compõem a remuneração, mesmo se forem habituais;
- Extingue o cômputo do tempo para troca de uniforme e higiene pessoal na empregadora como hora de trabalho;
- Impõe restrições à efetivação da isonomia salarial, isto é, da regra que prevê “salários iguais para funções iguais” no interior da mesma empresa;
- Extingue o intervalo obrigatório de 15 minutos que antecede a prorrogação da jornada de trabalho - Libera a terceirização de forma irrestrita, corrigindo, assim, eventuais interpretações ambíguas contidas na Lei 13.429/2017, que regulamentou, recentemente, o trabalho temporário e a terceirização.

**Fonte:** DIEESE, 2017.

A discussão é atual e muito interessante. Porém, dada às limitações do estudo, far-se-á breves pontuações sobre o contrato intermitente como forma de contribuir e aprimorar as reflexões sobre a precarização do trabalho e pensar que a classe trabalhadora encontra-se cada vez nas mãos dos empregadores principalmente quando é instável.

Uma das reformas na contratação trabalhista que poderá futuramente ocorrer é o chamado *contrato de trabalho intermitente*, também conhecido como contrato de zero hora, que garante que o trabalhador permaneça subordinado ao empregador dando a este o direito de utilizar o seu trabalho conforme sua necessidade.

Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador (TEIXEIRA, 2017, *et.al.* p. 64).

Então é necessário questionar: *Quais os impactos dessa nova modalidade de precarização do trabalho (contrato de trabalho intermitente)?* A fala de Teixeira *et.al* (2017) é elucidativa para responder essa questão:

- Permitirá a prestação de serviços de forma descontínua, podendo alternar períodos – em dia e hora – e com isso atender às demandas específicas de determinados setores, com o respectivo pagamento proporcional ao número de horas trabalhadas;
- Não haverá nenhuma restrição à adoção do trabalho intermitente;
- Os empregadores que preferirem remunerar seus trabalhadores apenas pelas horas trabalhadas, ao invés de estabelecer uma jornada pré-definida de trabalho, terão total liberdade para fazê-lo;
- O trabalhador e a trabalhadora não têm jornada pré-definida: ficam disponíveis 24 horas por dia e vinculados a um contratante que poderá dispor de seu trabalho a qualquer momento, pagando apenas pelas horas trabalhadas;
- Ela se ajustará a demandas eventuais, como trabalho em finais de semana, atendimento a horário de maior pico em bares e restaurantes, mas também poderá ser implementada em linhas de produção, escolas e hospitais (p. 65-66).

Com a regulamentação do *contrato de trabalho intermitente*, o cenário encampa mais medo, incerteza, insegurança e angústia. Diante deste cenário de incertezas e medo, os resultados da pesquisa de campo revelaram que as condições de trabalho e as relações entre o profissional e os gestores acabam atingindo a subjetividade desses trabalhadores como mostra o relato a seguir.

Então, as condições de trabalho que mais adoecem os servidores, pelo menos eu né, me sinto atingida é com relação à correlação de forças. Às vezes o boicote por parte de gestores, perseguição velada que a gente sofre porque a gente se opõe a alguma situação, enfim eu vejo essa como a parte que mais adocece, pelo menos que eu já enfrentei conflito na instituição que me adoeceram foi essa questão da perseguição velada e de boicote mas, com relação enfim, ao convívio com os colegas não tem me adoecido (A. S. Espaço Público).

A fala do profissional remete à problemática do trabalho sob duas vertentes: o trabalho como condição do gênero humano e o sofrimento como seqüela dessa necessidade. As condições em que o profissional realiza seu trabalho causam desmotivação, preocupação e até mesmo adoecimento aos profissionais, impossibilitando articulação na organização coletiva para reivindicar aos gestores melhorias para a realização do seu trabalho, numa perspectiva de dar respostas mais assertivas aos usuários de seus serviços. De acordo com FRANCO, *et.al*, (2010),

São afetadas as demais dimensões da vida social, laços familiares e intergeracionais. A desestabilização e a vulnerabilidade sociais conduzem à desvalorização simbólica, com a corrosão do sistema de valores, da autoimagem e das representações da inserção de cada um na estrutura social (p. 231).

As instituições empregadoras são quem determinam as atribuições, os meios e os instrumentos com os quais o(a) assistente social desenvolverá seu trabalho, na condição de trabalhador assalariado, assim como são elas que definem quais as expressões e dimensões da questão social serão prioritariamente contempladas (IAMAMOTO, 2008).

Por outro lado, o assistente social é um profissional que tem autonomia (relativa) e liberdade para dialogar com os empregadores sobre as dificuldades que estiverem implicando no seu exercício profissional. Com relação ao trabalho excessivo dos assistentes sociais, as narrativas no quadro 18 elucidam pontos de vista divergentes.

**Quadro 18:** Trabalho excessivo dos assistentes sociais.

Categoria elaborada com base na análise de conteúdo	Detalhamento das narrativas das respostas apresentadas pelos respondentes
<p><b>Diversidade de demandas</b> (*1)</p>	<p>Sim, porque exige muito da gente por conta do quantitativo de atendimentos e, não só isso por nós trabalharmos na área da educação, nós lidamos, eu acredito, senão todas, mas quase todas as demandas que geralmente se apresentam ao serviço social alunos com deficiências, alunos com transtornos mentais, alunos com síndrome, situações de adoecimento dos servidores, todas as formas de violência tanto praticadas no ambiente escolar quanto sofrida pelos alunos ou às vezes pelos familiares desses alunos como as mulheres, como as mães muitas vezes quando atendemos essas mulheres nós identificamos a violência doméstica. (A. S. Espaço Pública).</p>
<p><b>Perda de direitos</b> (*2)</p>	<p>Olha, eu trabalho na educação e a gente tem as nossas demandas pontuais e nós trabalhamos também com as demandas que a gente cria né, entre outras. Mas eu gostaria como profissional de usufruir do direito das 30 hs coisa que a gente não usufrui por sermos funcionários públicos e atuarmos em cargos genéricos. Então para mim isso é uma grande perda porque a gente poderia estar usufruindo desse direito de trabalhar 30 hs, e enfim ter um tempo mais disponível para empregar em outras atividades acadêmicas, culturais que são importantes para nossa vida né. (A.S. Espaço Público).</p> <p>Não. Por uma situação financeira tivemos que fazer uma opção em quebrar de horário meio horário para que eu pudesse estar na instituição. Então hoje eu tenho de fazer 15 hs e sou remunerada por essas 15 hs então não é excessivo para mim. (A.S. Espaço Privado).</p>
<p><b>Organização da rotina de trabalho</b> (*4)</p>	<p>Não é excessivo, a gente, a nossa categoria cumpre as 30 hs semanais. Aqui na unidade básica onde eu trabalho, é muito acessível a questão da negociação com relação a horários, quando eu não posso vir de manhã eu venho à tarde, quando eu preciso de folgas eu participo de ações extras institucionais, enfim, é tranquilo essa parte”. (A.S. Espaço Público).</p> <p>Não considero que minha carga horária extrapole entendeu, por que não extrapola. Meu</p>

	<p>trabalho é tranquilo, eu chego de manhã. Quando tem TFD eu fico um pouco mais até resolver, quando não, eu saio meio dia e trinta, então é um trabalho bem tranquilo, não extrapola. (A.S. Espaço Público)</p> <p>Não considero excessivo, porque eu consigo colocar, transformar minha carga horária positiva tendo que atender os dois turnos, então eu não considero excessivo minha carga horária de trabalho”. (A.S. Espaço Privado)</p> <p>Não, tirando algumas coisas que não dá pra fazer. Eu não acho excessivo, nós temos uma carga horária de 6hs diárias, não acho excessivo”. (A.S. Espaço Privado).</p>
<b>Plantão Social (*1)</b>	<p>Bem, eu não acho excessivo porque nós temos o horário de expediente, a gente trabalha seis hs semanais. A assistência social trabalha com benefícios eventuais – o auxílio funeral. O horário de atendimento é a partir das 18hs, nós trabalhamos com plantão social então é 24hs, porque é 24 hs? Tem uma técnica responsável, assistente social, a partir do momento que uma pessoa entra em óbito, no horário dela de expediente nos hospitais ou nas residências, ou em caso de acidente de trânsito ou de trabalho, essa técnica está disponível 24 hs para o atendimento. (Assistência Social - Pública).</p>
<b>Quantitativo de profissionais reduzido (*1)</b>	<p>Eu considero excessivo o trabalho porque são dois assistentes sociais para atender uma demanda muito grande como 200 usuários e famílias. Então fica muito difícil atender toda a demanda com dois assistentes sociais”. (Assistência Social – Privada).</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora com base na Pesquisa de campo, 2018.

\*Número de assistentes sociais que direcionaram suas respostas para tal categoria.

O Serviço Social, como especialização do trabalho, inserido na divisão social e técnica do trabalho, tem avançado nessas últimas décadas nos seus campos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, protegido por uma legislação profissional e por projeto profissional que se articula a um projeto societário maior, cercado de avanços e retrocessos.

No entanto, é notório que no cotidiano profissional equacionado pela conjuntura atual que vivencia o país, de desconstrução e perdas de direitos pela contrarreforma do Estado, os assistentes sociais estão numa situação contraditória, em que ao assumir compromisso com a classe trabalhadora como mediador de garantia de direitos (numa perspectiva de vislumbrar o protagonismo político dos usuários), vivenciam a desesperança com a escassez continuada de recursos (materiais e humanos) que possam efetivar de fato essa garantia de direitos.

Nesse sentido, é importante que os assistentes sociais se afirmem como profissionais inseridos na divisão sociotécnica do trabalho coletivo, que tem por alvo a produção e reprodução social da vida da classe trabalhadora. Entendendo os vínculos do serviço social com as políticas

sociais, compreende-se que a instrumentalidade<sup>35</sup> permitirá que os assistentes sociais respondam às necessidades sociais da classe trabalhadora via as mediações que se traduzem em demandas (antagônicas) advindas do capital (GUERRA, 2000, p. 6). No mais, acredita-se que ao desvendar a lógica do trabalho profissional no interior da instituição em que este profissional trabalha pode favorecer a instrumentalização profissional numa direção emancipatória.

Na atual conjuntura, os trabalhadores brasileiros vivenciam os agouros da flexibilização do trabalho, a desregulamentação do emprego e a regulamentação da precarização do trabalho, tais como as terceirizações, contratos temporários e trabalho informal, e com estes a instabilidade dos empregos, a redução das garantias trabalhistas; a descrença em projetos e na organização coletiva e a descrença na política. Vive-se a potencialidade do sistema capitalista, onde se combinaram “a globalização do capital e a financeirização da economia, as políticas neoliberais e uma radical reestruturação produtiva do trabalho e do emprego” (DRUCK, 2013, p. 24).

Os resultados desta pesquisa sinalizam os efeitos desse contexto que atinge diretamente a toda classe trabalhadora, e especificamente a categoria dos assistentes sociais do município de Parintins, foco deste estudo. A partir das observações sistemáticas e da pesquisa de campo, os resultados apontaram mais uma dimensão da precarização do trabalho: *as condições de trabalho*.

As condições em que realizo meu trabalho é precarizada, é um trabalho limitado e acaba sendo muitas vezes um trabalho pontual porque nós não temos condições humanas, materiais para exercer um trabalho contínuo, com uma determinada escola, com os alunos, com as famílias dos alunos, com os servidores, então, acabamos que, como se tivéssemos apagando fogos de incêndio, fazendo trabalhos pontuais por conta da expressiva demanda e diversificação dessa demanda. (A.S. Espaço Público).

Enfim, eu trabalho 40 hs né, então é um pouco maçante, mas faz parte da carga horária da rotina de qualquer funcionário público né hoje em dia. Então, não sei se isso realmente é um ponto negativo, mas eu vejo assim esse lado das 30hs como uma perda muito grande”. (A.S. Espaço Público).

As narrativas revelaram a difícil condução das políticas sociais em espaço público como mecanismo de qualidade de vida aos usuários e aos profissionais, visto que, estes também dela

---

<sup>35</sup> A instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico (GUERRA, 2000, p. 1).

têm direitos. O que foi possível identificar com relação à primeira narrativa é que além da ausência de recursos para a realização do trabalho, há ainda, um quadro reduzido de profissionais para atender uma diversidade de demandas.

Nesse sentido, pode-se observar que há profissionais qualificados, mas, não tem mercado de trabalho, ou melhor, há mercado, mas não há contratação desses profissionais. Como já foi mencionado, existem pelo menos 300 profissionais de Parintins cadastrados no CRESS/AM, que estão preparados para exercer a função. A carência não está em mercado de trabalho, e sim, de um Estado atuante no desenvolvimento das políticas sociais, pois, a redução de profissionais para a execução dessas políticas implica sobrecarga aos profissionais ocasionando muitas vezes adoecimentos. Raichelis (2013) assevera que o modo de produção flexível adentra na organização e gestão social da esfera estatal, maior empregador da força de trabalho do assistente social, reestruturando e moldando a ação pública no campo das políticas sociais e dos serviços.

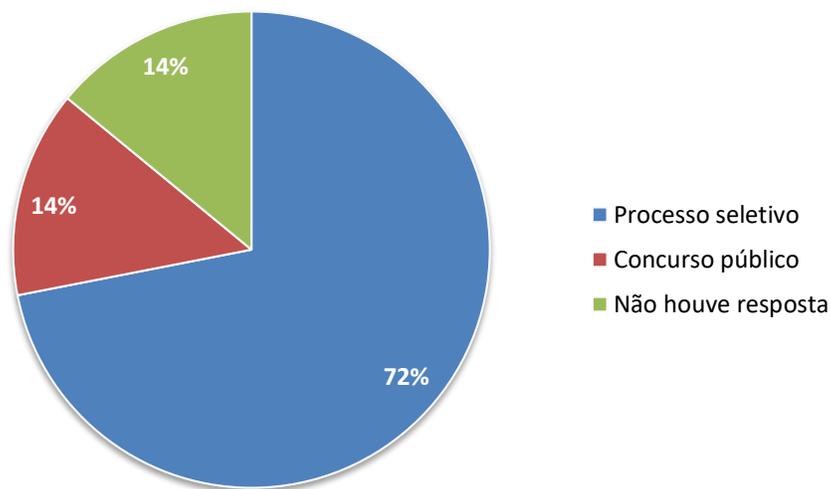
Já a segunda narrativa demonstra indignação com relação à jornada de trabalho, que não cumpre com o que está estabelecido na Lei 12.317, de 26 de agosto de 2010, que rege 30 horas semanais para os assistentes sociais, resultado de uma das mais brilhantes lutas da categoria e, que, serve de projeção para se fazer valer nos espaços que ainda, não cumprem o que já está legalizado.

A gestão e a organização do trabalho têm se mostrado mais exigentes na força de trabalho, sobretudo, quando se refere à qualificação profissional, porém, a contratação flexível tem exposto os profissionais em condições salariais incompatíveis muitas vezes com o tempo de qualificação profissional. Na pesquisa de campo buscou-se conhecer qual é a forma de inserção do assistente social no espaço sócio-ocupacional em que trabalha, visando uma análise reflexiva acerca da relação contratual de trabalho.

Os resultados indicados no gráfico 16 revelaram que o maior número de profissionais foi contratado via processo seletivo. Dentre esses pôde ser identificado que alguns estão a mais de 5 anos e têm acesso a alguns direitos como férias, décimo terceiro, mas a maioria encontra-se no rol da rotatividade e da instabilidade sem direitos a férias remuneradas e ao décimo terceiro de forma integral. Já os 14% que adentraram via concurso público estão em condições mais acessíveis aos seus direitos trabalhistas e instabilidade no trabalho.

Nesse sentido, é importante pensar que há um número considerável de assistentes sociais que vivenciam uma relação de trabalho flexível, que não assegura direitos básicos trabalhistas. Por quê? Porque os profissionais que atuam por processo seletivo tem vínculo empregatício por tempo determinado. Esse tempo determinado também é diferenciado de empregador para empregador, empresa para empresa, por exemplo, do total de assistentes sociais contratados por processo seletivo/tempo determinado somente dois são pela CLT, 01 assistente social da esfera estatal e 01 profissional do terceiro setor. Esses profissionais informaram que recebem alguns direitos trabalhistas tais como salário férias, décimo terceiro salário e as suas contribuições previdenciárias são recolhidas pelos contratantes de seus serviços.

**Gráfico 16:** Forma de inserção do assistente social na instituição que o contratou.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

Sobre o recolhimento das contribuições previdenciárias, é importante buscar saber se está realmente sendo repassado à Previdência Social, o que cabe aos assistentes sociais acompanhar junto ao INSS e evitar perdas e/ou implicações no processo de sua aposentadoria.

Conforme o gráfico 16 observa-se que o percentual de profissionais concursados é baixo com relação ao número de profissionais empregados por tempo determinado. Essa realidade demonstra que um número significativo de profissionais não tem carteira assinada, na esfera municipal passam por processo seletivo todos os anos, ficam empregados de março a dezembro e desempregados nos meses de janeiro, fevereiro e por vezes março e abril, no terceiro setor as instituições que trabalham com recursos oriundos de projetos sociais contratam os profissionais de acordo com a aprovação destes e o repasse dos recursos para a operacionalização das atividades propostas.

A esfera municipal é a maior empregadora de assistentes sociais em Parintins e nessa esfera as condições contratuais são bem flexíveis. Ou seja, os assistentes sociais contratados por tempo determinado pela esfera municipal vivenciam a precarização do trabalho: baixos salários, relações contratuais fragilizadas, não recebem férias e, ainda correm o risco de não retornarem ao emprego após o término do contrato de trabalho, este que não garante salário férias, o que corrobora que a rotatividade é uma realidade no município de Parintins.

Os resultados evidenciaram que há profissionais que atuam no Terceiro Setor especificamente nas duas Escolas de Artes (de Garantido e Caprichoso) somente pelo tempo em que os projetos são desenvolvidos nas instituições, ou seja, a execução dos projetos aprovados dura em média de 06 a 12 meses. Os salários dos assistentes sociais dessas duas instituições dependem dos recursos oriundos dos projetos sociais o que não ocorre em datas fixas e nem tampouco com rapidez.

Observa-se que as relações contratuais e condições de trabalho dos profissionais no espaço privado têm suas convergências e divergências podendo ser exemplificado principalmente em que momento do ano os assistentes sociais iniciam suas atividades.

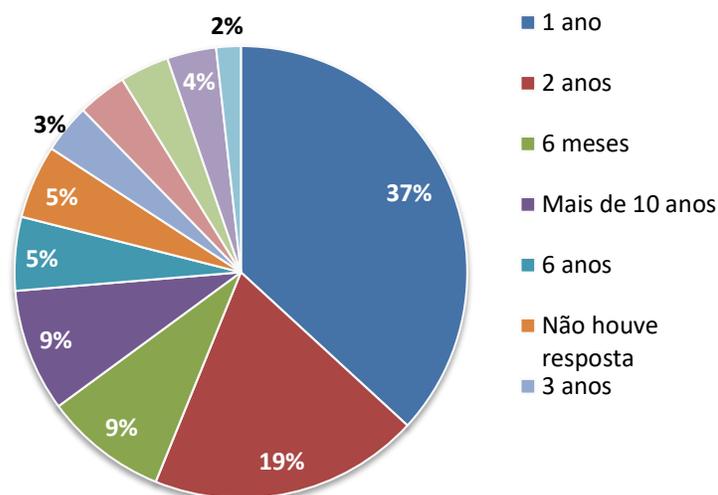
Na pesquisa de campo buscou-se informações acerca dos profissionais contratados pela esfera municipal e verificou-se que a maioria estava aguardando segunda ordem para retornarem ao trabalho, enquanto isso ficaram desempregados e sem saber se voltarão ou não para o seu “antigo” emprego. Nas palavras de Moraes (2016), esse cenário,

Têm contribuído para perpetuar a dependência externa e reproduzir a estrutural desigualdade social, em um contexto de insegurança no trabalho (através de contratos temporários e/ou com expedientes parciais, condições e relações de trabalho

precarizadas e fragilidade dos vínculos de trabalho), baixos salários, submissão às normas do mercado e metas quantitativas que, quando atingidas, denotam eficiência e competência na realização do trabalho (p. 288).

A redução de empregos formais pela ausência de concursos públicos amplia a insegurança no emprego e a informalidade o que ocasiona pouco tempo no espaço de trabalho. Essa condição do trabalhador traz prejuízos tanto para os profissionais com relação às suas perspectivas profissionais e pessoais, quanto para os usuários de seus serviços que acabam muitas vezes, não tendo suas demandas atendidas.

**Gráfico 17:** Tempo de trabalho do assistente social na instituição.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

Observa-se no gráfico 17 que a maioria dos assistentes sociais se encontravam em maior percentual entre 6 meses a 01 ano na instituição empregadora no momento da pesquisa de campo. Essa realidade elucida a questão da rotatividade no trabalho na “Ilha do Folclore”, o que requer reflexões acerca dos impactos no trabalho do assistente social e na efetivação das políticas sociais.

A rotatividade no emprego “representa a substituição do ocupante de um posto de trabalho por outro, ou seja, a demissão seguida da admissão, em um posto específico, individual, ou em diversos postos, envolvendo vários trabalhadores” (DIEESE, 2011, p. 11).

Face a essa realidade, compreende-se que a rotatividade no emprego é um agravante para a continuidade dos serviços prestados pelos profissionais e para os usuários desses serviços, haja vista, que tanto um quanto outro acabam perdendo porque ao invés de o trabalho alavancar ele acaba sempre começando. Essa realidade no município de Parintins é visível também nos trabalhos dos gestores sejam da área da educação, saúde e assistência social ocasionando perdas de receitas e de melhorias nas políticas sociais, pois, há uma descontinuidade dos serviços já iniciados por outros gestores e/ou profissionais.

Quando se soma o intervalo de 1 a 4 anos, verifica-se um percentual de 71%. Observa-se que são poucos os que têm 5 anos (9%) e mais de 10 anos são apenas 9% do universo dos 62 profissionais pesquisados.

Durante a pesquisa de campo foi possível dialogar com pelo menos 40 profissionais da esfera municipal e do terceiro setor, que vivenciam esse processo da rotatividade. Contudo, foi possível observar junto aos sujeitos duas situações que chamam atenção com relação à rotatividade no emprego. As narrativas que seguem revelam essa questão:

Por vezes eu nem sei o que sou porque eu faço serviço de um profissional, faço de outro, quando me chamam não dizem que sou assistente social, mas me mandam fazer os serviços que não é de competência da área (A.S. Espaço Público).

A incerteza e a insegurança contratual se dão porque somos contratados por tempo determinado. Nosso retorno a cada ano depende do gestor. Isso dá uma tristeza. (A.S. espaço privado).

As narrativas demonstram flexibilização contratual e insegurança no trabalho, angústia e desesperança. Tal realidade dos assistentes sociais em Parintins é semelhante a de outros profissionais que sofrem igualmente a precarização do trabalho. Em relação à primeira narrativa é necessário que o profissional tenha clareza das atribuições e competências do serviço social que orientam o exercício profissional e divulgar por meio do diálogo entre gestor/chefe/coordenador e profissional para que o profissional possa se posicionar com relação ao desvio de função imposto

a ele, pois esta, como tantas é uma situação que requer determinação e competência para exigir respeito. Neste sentido, Raichelis (2010) afirma que:

O modo pelo qual o profissional incorpora na sua consciência o significado do seu trabalho, as representações que faz da profissão, as justificativas que elabora para legitimar a sua atividade — que orientam a direção social que imprime ao seu exercício profissional. (p.752).

Entende-se que essa representação do significado da profissão é que deve dar base para recorrer aos seus direitos e deveres. Verifica-se então, que do ponto de vista do trabalho, os problemas de qualidade de vida devem ser superados. As boas condições de trabalho dependem de estrutura física e material na instituição empregadora, onde precisa haver serviços sociais adequados que propiciem motivação e realização profissional dos assistentes sociais e dos usuários. Ao contrário, a tendência é provocar adoecimento ao trabalhador que muitas vezes silencia a dor e angústia, ocasionando sofrimento por não conseguir resolutividade nas suas atividades.

Outra narrativa que revela a sensação de insegurança: “Todo ano eu sofro, porque nunca sei se vou voltar para o trabalho. Chamam em março ou abril e me mandam aguardar em casa a partir de dezembro. Eu trabalho de março a dezembro. Quando volto tem que começar tudo de novo”. (A.S. Espaço Público).

Esse tipo de rotatividade é diferente da rotatividade que ocorre com os trabalhadores das empresas, mas não deixa de ser um processo de precarização do trabalho. Os trabalhadores das empresas são dispensados do emprego, mas recebem alguns benefícios tais como: Aviso Prévio, seguro-desemprego e a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Os contratados pela esfera estatal e municipal quando são desligados do emprego saem sem direitos básicos. Importa dizer, que cabe aos assistentes sociais estarem atentos ao FGTS, repasse das contribuições previdenciárias descontados em folha de pagamento como forma de assegurar seus direitos.

Os profissionais que trabalham com contratos “flexíveis” no contexto atual enfrentam o retrocesso das políticas de emprego, de direitos conquistados. Essa situação se repete nos diversos espaços de trabalho, sendo crescente o índice de implicações à saúde do trabalhador que sem saber lidar com essa realidade acabam adquirindo adoecimento. É por esse fato que a saúde

do trabalhador é um tema que ainda precisa ser compreendido dentro do contexto histórico, econômico e político para ser apreendida para além da assistência médica.

As estatísticas confirmam o alto índice de acidentes e doenças ocasionadas no ambiente de trabalho no Brasil. Segundo dados do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) produzido pelo Ministério da Previdência Social (MPS) durante o ano de 2013, foram registrados no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), cerca de 717,9 mil acidentes do trabalho. Comparado com 2012, o número de acidentes de trabalho teve aumento de 0,55%. O total de acidentes registrados com Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) aumentou em 2,30% de 2012 para 2013. Do total de acidentes registrados com CAT, os acidentes típicos representaram 77,32%; os de trajeto 19,96% e as doenças do trabalho 2,72%. As pessoas do sexo masculino participaram com 73,01% e as pessoas do sexo feminino 26,99% nos acidentes típicos; 62,21% e 37,79% nos de trajeto; e 58,38% e 41,62% nas doenças do trabalho. Nos acidentes típicos e nos de trajeto, a faixa etária decenal com maior incidência de acidentes foi a constituída por pessoas de 20 a 29 anos com, respectivamente, 34,11% e 37,50% do total de acidentes registrados. Nas doenças de trabalho, a faixa de maior incidência foi a de 30 a 39 anos, com 33,52% do total de acidentes registrados.

O mundo do trabalho vive dinâmicas e efeitos próprios do neoliberalismo, através da desregulamentação e flexibilização dos direitos, das condições e relações de trabalho, ocasionando desgaste humano, levando os trabalhadores à morte. Os dados revelados pelo AEPS confirmam que a política neoliberal, de fato, estrangula a classe trabalhadora pela exploração excessiva da força de trabalho, organização e gestão do trabalho.

Dentro de tal política perversa estão os altos índices de rotatividade de pessoal por meio de sucessivas contratações trazendo prejuízos para as empresas, que não conseguem usufruir dos benefícios investidos e produzidos pela capacitação e integração do trabalhador ao ambiente de trabalho. Por outro lado, a precariedade do emprego constitui um fator de desmotivação para os próprios trabalhadores, que serão trocados de um emprego para outro sem criar vínculos de solidariedade e relações de pertencimento de classe, implicando nas lutas sindicais.

Uma estratégia para apoiar a promoção do desenvolvimento humano por meio do trabalho decente<sup>36</sup> supõe o enfrentamento de vários desafios e a implementação de um conjunto integrado de medidas em diversas áreas e não somente alterar a redação da CLT. Os quatro objetivos estratégicos da Agenda de Trabalho Decente da OIT são:

- Definir e promover normas e princípios e direitos fundamentais no trabalho;
- Criar maiores oportunidades de emprego e renda decentes para mulheres e homens;
- Melhorar a cobertura e a eficácia da proteção social para todos;
- Fortalecer o tripartismo e o diálogo social.

Contudo, o que se vê e se vive é um processo de precarização do trabalho sem medida regida pela política neoliberal global que igualmente globaliza a desigualdade social. As condições e relações de trabalho cada vez mais precarizadas e a constante perda de direitos dos trabalhadores afirmam uma realidade longe de alcançar os objetivos sonhados pela OIT. Como diz Vasapollo (2005, p. 61), “[...] é justamente com a flexibilização imposta pelas regras de eficiência das empresas que se chega à condição de trabalho precarizado, não continuado e temporário”.

De acordo com Singer (1999, p. 25) “a precarização do trabalho toma também a forma de relações “informais” ou “incompletas” de emprego”. Observa o autor que esse processo deu-se em praticamente todos os países avançados

(...) através da redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e da maior subcontração de trabalhadores temporários, em determinado, eventuais, em tempo parcial, trabalho em domicílio ou independentes, aprendizes, estagiários etc. (Idem. p. 126).

---

<sup>36</sup> O trabalho decente é um conceito formalizado pela OIT em 1999 como síntese de sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas. O Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito aos direitos no trabalho, a promoção do emprego, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social, e, condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/lang--pt/index.htm>.

Para os autores mencionados, a política econômica não caminha com a política social, portanto, tanto o espaço público como os espaços privados perpassam pela escassez de recursos humanos e materiais, trabalho excessivo, quadro reduzido de profissionais sintetizando a precarização do trabalho.

### **3.3 O olhar dos profissionais entrevistados sobre a vivência do processo de precarização do trabalho.**

O Serviço Social só pode ser compreendido a partir da categoria trabalho no marco da sociedade capitalista, que explora a classe trabalhadora, acumula e concentra a riqueza por esta produzida coletivamente. A classe trabalhadora ao se perceber em condição pauperizada passa a exigir do Estado intervenção nas várias expressões das desigualdades e injustiças oriundas da sociedade dividida por classe. Assim, as políticas sociais são as respostas do Estado à pressão da classe trabalhadora e passam a constituir, por meio das suas instituições, os espaços sócio-ocupacionais dos profissionais de serviço social.

Com a legalização recentemente da precarização do trabalho fincadas nas mudanças radicais na CLT, o peso das condições e relações de trabalho é sem dúvida a forma mais cruel de estrangular a classe trabalhadora. Tal fato inibe as propostas do trabalho decente segundo a OIT, infringe as legislações que asseguram o trabalho como direito e, com tudo isso, delimita as possibilidades de melhores condições de vida dos trabalhadores dada à insegurança, o medo, a incerteza no emprego, flexibilização dos mercados, desregulamentação contratual dentre outras perdas.

É sob a condição perversa consolidada pela reforma trabalhista, a contrarreforma do Estado, que o debate desse tópico revela a precarização do trabalho vivenciada pelos assistentes sociais em espaços públicos e privados, demonstrando como esses profissionais se percebem dentro desse processo.

Os resultados desse estudo sobre a precarização do trabalho apontam igualmente a precarização das políticas sociais e do trabalho dos assistentes sociais, como também alguns

sinais de realização profissional. As condições em que os assistentes sociais trabalham em espaços públicos e privados são convergentes quando se trata das implicações no atendimento aos usuários de seus serviços, devido às condições em que abordam exercício profissional. Essas implicações podem ser diretas e indiretas, positivas ou negativas, de acordo com a realidade em que trabalham, como pode ser depreendido nas narrativas a seguir:

As condições de trabalho e as implicações disso nos atendimentos, no trabalho realizado com os usuários repercutem sim no atendimento aos usuários. Tem implicações direta e indireta. Vou citar apenas um exemplo em relação à falta de transporte institucional: hoje eu tinha uma visita institucional pré-agendada a uma escola, como hoje eu fiquei sem meu transporte pessoal a visita teve que ser cancelada porque a instituição não tem um transporte próprio então, a gente não tem como utilizá-lo. (A.S. Espaço Público).

Bom, a gente tem na verdade, uma orientação técnica que todos os usuários saiam daqui com atendimento necessário. Se não for aqui que eles sejam encaminhados para os setores responsáveis para os atendimentos que realmente que eles necessitem. Então a gente consegue sim, fazer com que nossos usuários saiam desta instituição orientados com todas as necessidades que eles trazem para gente. A nossa demanda é uma demanda boa. A gente está trabalhando juntamente com a equipe multiprofissional mesmo reduzida está orientando nossos usuários para que ele possa receber os atendimentos necessários. (A.S. Espaço Privado).

Nós não possuímos um transporte institucional para realizar as visitas institucionais e domiciliares, falta material de expediente coisa básica como papel A4, como clips, coisas básicas mesmo né, pastas arquivos. Então assim, as condições materiais estão inadequadas e insuficientes e as repercussões no atendimento são precárias. (A.S. Espaço Público).

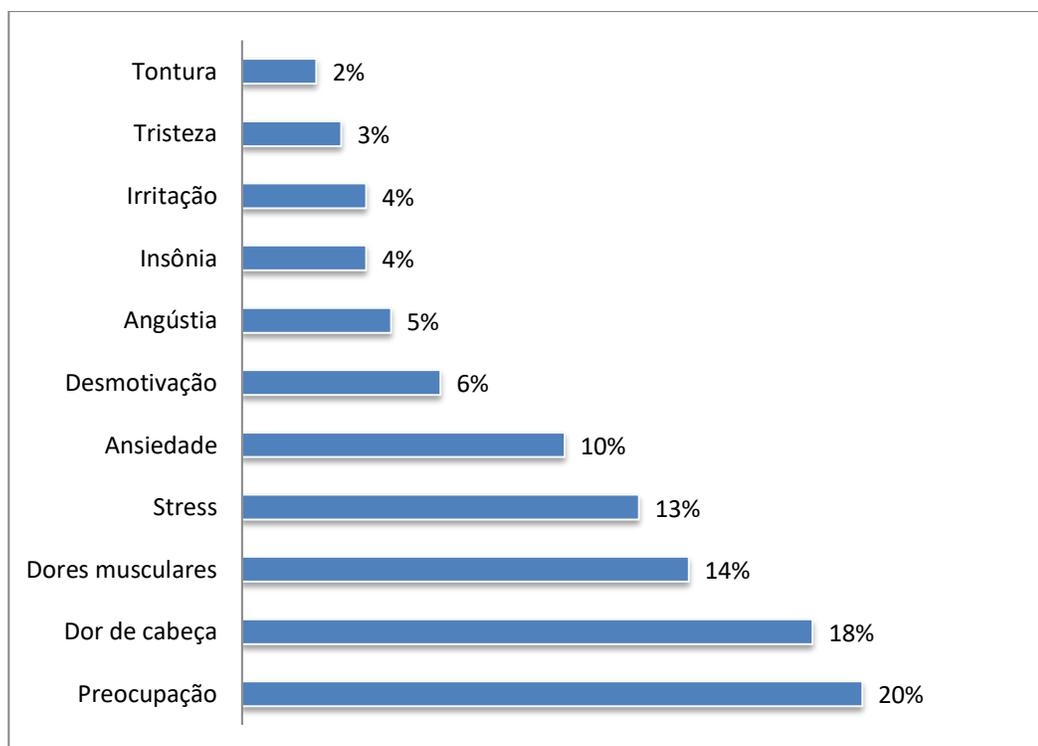
As narrativas revelaram realidades distintas, de um lado a voz de dois profissionais que atuam em espaço público e de outro a voz de um profissional que atua em espaço privado. Embora o espaço público tenha o Estado como o “responsável” pela mediatização dos recursos materiais para a realização do trabalho dos profissionais, o que se vê-se é a ausência de condições de trabalho digno e um desgaste emocional dos profissionais. Já no espaço privado os profissionais relataram trabalhar com alguns recursos importantes para a efetivação dos direitos dos de atendimento aos usuários.

Nesse sentido, pode ser corroborado que a satisfação e a insatisfação dos assistentes sociais estão atreladas aos resultados do trabalho – o produto. Quando as condições permitem resultado positivo, o trabalho torna-se gratificante, leva os profissionais a gostarem do produto realizado. Ao contrário, os resultados do trabalho trazem sofrimento ao profissional.

Percebe-se que o trabalho conforma amor ou ódio, entusiasmo ou desânimo, alegria ou tristeza. As condições e relações de trabalho na sociedade assalariada aviltam o trabalhador em todas as dimensões, visando reduzir a autoestima para torná-lo dóceis no corpo e na mente e cumprir as metas produtivas do capital. Alves (2013) afirma que é impossível ter uma vida cheia de sentido nessas condições sócio metabólicas da produção da vida social, a possibilidade do adoecimento do homem que trabalha está sempre presente.

Ao questionar aos assistentes sociais como se sentem ao fim de expediente, obteve-se uma diversidade de sintomas como demonstra o gráfico 18. Os resultados sinalizaram como mais prevalente o fator preocupação, o que denota-se que no cotidiano de trabalho os profissionais levam as impressões negativas do seu dia para casa justificando a dor de cabeça de 18% dos assistentes sociais no fim do expediente.

**Gráfico 18:** Sintomas apresentados nos assistentes sociais no fim de expediente



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

Compreende-se que a preocupação dos profissionais desencadeia todos os outros sintomas apontados, haja vista, que a não resolutividade das demandas apresentadas ao serviço social, sejam pela ausência de recursos materiais ou humanos, acabam levando-os a sentirem-se culpados, como declararam durante a pesquisa de campo.

Os assistentes sociais trabalham com uma diversidade de demandas, com poucos recursos materiais e humanos, enfrentam inúmeros casos de sofrimento de famílias, crianças, adolescentes, jovens, idosos que de alguma forma impactam a vida desses profissionais. Corpo e mente são captadores de tudo o que ocorre externo a eles, por vezes os profissionais conseguem lidar com as diversas situações no sentido de não deixar abalar-se profundamente com o vivido nos espaços sócio-ocupacionais, por outras vezes o sofrimento do outro pode e tem ocasionado sofrimento ao profissional desenvolvendo desgaste mental, no caso nos assistentes sociais, provocando adoecimento.

É fato que a intensificação e a excessiva jornada de trabalho, condições relacionais com a equipe de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais produzem efeitos sobre o corpo e a mente desses profissionais, podendo resultar, em implicações à sua saúde, conforme os entrevistados revelaram no quadro 19.

**Quadro 19:** Condições de trabalho e as implicações à saúde do trabalhador pelas precárias condições de trabalho.

<p style="text-align: center;"><b>Sofrimento do usuário</b> (*3)</p>	<p>As condições e relações de trabalho trazem sim implicações para minha saúde. Principalmente as que se referem ao sofrimento do usuário. Isso, inclusive eu acredito que tem relação com o transtorno de ansiedade, o que foi diagnosticado por meio atendimento médico. O sofrimento do ser humano impacta de alguma forma na minha saúde e as relações de trabalho eu acredito que de alguma elas trazem consequência principalmente quando eu encontro resistência ou dificuldades ou falta de compreensão dos meus colegas em relação ao meu exercício profissional, as limitações também pra resolução de determinadas situações isso também trazem implicações pra minha saúde. (A.S. Espaço Público)</p> <p>Sim, muitas das vezes trazem implicações para minha saúde. Eu fico muito preocupada e ansiosa por não responder todas as situações que aparecem, eu não tenho como visitar são muitos usuários para visitar e a gente conhece situações que precisam da visita e então como eu não consigo fazer todo o trabalho eu fico muito ansiosa às vezes minha pressão baixa eu fico muito preocupada com toda a situação, mas tento me controlar porque não é só responsabilidade minha”. (A. S. Espaço Privado)</p> <p>“Sim, algumas vezes já fiquei psicologicamente abalada com as situações, não é que seja com o cansaço, que trabalho muito. No início, quando eu comecei trabalhar eu absorvia para mim algumas situações e isso me prejudicava. Chegou um período em que eu não conseguia dormir porque eu ficava ouvindo a voz da pessoa me contando a situação em que ela estava. (A.S. Espaço Privado).</p>
--	---

<b>Precarização do trabalho (*1)</b>	Eu acredito que sim, não tem como com essa precarização, as dificuldades que a gente enfrenta no ambiente de trabalho não nos afetar emocionalmente, principalmente quando a gente se sente impotente, incapaz de poder ir além do que a gente pode se a gente tivesse recursos para realizar esse trabalho. (A. S. Espaço Privado).
--------------------------------------	--

**Fonte:** Elaborado pela autora com base na Pesquisa de campo, 2018.

\*Número de assistentes sociais que direcionaram suas respostas para tal categoria.

As tendências contemporâneas no mundo do trabalho têm determinado um modo de ser dos trabalhadores, expressando adoecimento adquirido no espaço de trabalho. O assistente social trabalha com múltiplas demandas, inclusive com homens e mulheres adoecidos, e as condições nas quais trabalha agravam ainda mais a situação, ao invés de mediatizar as demandas dos usuários, o profissional também requer tal atenção. Essa realidade é cada vez mais intensificada pela organização e gestão do trabalho. Nesse sentido, a narrativa aponta:

Tomando foco na educação, por exemplo, alunos com baixa frequência, com evasão escolar que a gente deveria estar realizando um trabalho através de visita domiciliar, com certeza isso sofre implicações pra minha pessoa e até mesmo pelos riscos à nossa própria integridade física porque tendo em vista que alguns alunos tem envolvimento com tráfico de drogas então um meio de transporte institucional com um motorista de alguma forma nos traria pelo menos uma sensação de maior segurança. (A.S. Espaço Público).

Preocupação e insegurança por conta das demandas com as quais os profissionais lidam e com as precárias condições de trabalho trazem implicações à saúde deles. No contraponto, também foi possível ouvir dos profissionais sinais de satisfação no trabalho, o que lhes possibilitam resultados satisfatórios, como demonstrado no quadro 20.

**Quadro 20:** Recursos e Condições materiais de trabalho adequadas

<b>Categoria elaborada com base na análise de conteúdo</b>	<b>Detalhamento das narrativas das respostas apresentadas pelos respondentes</b>
	<p>As condições de trabalho são ótimas, principalmente as instalações físicas e o envolvimento com a equipe multiprofissional no qual o serviço social se insere também é bastante, digamos assim, nós temos apoio, a gente conversa, compartilha saberes, enfim, nessa parte as relações de trabalho é muito boa. (A. S. Espaço Público).</p> <p>As condições para realizar o meu trabalho são boas, porém as dos técnicos, médicos e enfermeiros não são tão boas, pois falta equipamentos. (A.S. Espaço Público).</p> <p>Nessa situação, são adequados sim. Porque a instituição oferece condições de trabalho, os equipamentos necessários, os materiais que realmente eu preciso a</p>

<p><b>Recursos e condições materiais de trabalho adequadas</b> (*5)</p>	<p>instituição me oferece, a instituição me fornece. (A.S. Espaço Privada)</p> <p>Eu vejo que sim, as condições de trabalho são adequadas. Aqui possuímos uma sala para o serviço social, computadores, armários, recursos necessários para o trabalho existem. (A.S. Espaço Privado).</p> <p>Sim, as condições de trabalho são adequadas. Quando cheguei aqui há sete anos nós só tínhamos uma sala, um armário, cadeira e mesa, com o tempo nós fomos adquirindo algumas coisas, nós temos computador, internet, material para usar, nós temos uma sala para atender os usuários com privacidade, está faltando um Datashow. (A.S. Espaço Privado)</p>
---	--

**Fonte:** Elaborado pela autora com base na Pesquisa de campo, 2018.

\*Número de assistentes sociais que direcionaram suas respostas para tal categoria.

A análise das políticas sociais e dos espaços ocupacionais nos quais estão inseridos os assistentes sociais não pode ser apreendida de modo linear e determinista, ainda mais considerando as formas de enfrentamento do capital às suas crises de acumulação, que aprofundam e agravam as expressões da questão social, mas também desencadeiam respostas da sociedade e do conjunto da classe trabalhadora em seu movimento de resistência e defesa de direitos conquistados historicamente.

A questão da falta de reconhecimento é apontada por Dejours (2001, p. 34) como uma das causas de sofrimento no trabalho. Para o autor, “quando a qualidade de meu trabalho é reconhecida, também meus esforços, minhas angústias, minhas dúvidas, minhas decepções, meus desânimos adquirem sentido”. Assim, quando o trabalho não é reconhecido, perde seu significado como algo que pode transformar o sofrimento em prazer. Desta forma, “o reconhecimento não é uma reivindicação secundária dos que trabalham. Muito pelo contrário, mostra-se decisivo na dinâmica da mobilização subjetiva da inteligência e da personalidade no trabalho” (DEJOURS, 2001, p. 34).

No decorrer das análises das entrevistas foram verificadas condições adversas às do quadro 20. Os assistentes sociais vivenciam nesses espaços a dura realidade da sociedade assalariada, como demonstram as narrativas que seguem:

E, também, os CRAS tem que ter sala determinadas, e isso falta ali no local para fazer escuta, escuta particular, escuta em grupo. Tudo isso falta ali naquela instituição quanto à estrutura do local de trabalho. Durante os serviços às vezes falta materiais para

trabalhar com os usuários, não só oficinas, como oficinas de crochê, as outras coisas mais, de música. Os materiais são todos antigos: computadores, armários, freezer, todas as coisas que mandam para gente são coisas antigas, algumas coisas são novas, mas a maioria são antigas, então tudo isso acaba prejudicando os atendimentos aos usuários, nossos serviços. (A. S. Espaço Público).

Muitas das vezes, sim porque são muitos usuários e famílias que precisam de ser atendidos e ser encaminhados e muitas deixam de ser atendidos, de ser encaminhado, de agente poder ajudar. Então, o resultado que poderia ser 100% não acontece justamente por essa necessidade, pela falta de profissionais para nos ajudar porque é toda uma equipe. Como nós trabalhamos com trabalho social é trabalho de uma equipe multiprofissional e nós não temos toda essa equipe então aquilo que podia ser 100% não acontece. (A.S. Espaço Privado).

Observa-se que tanto os espaços ocupacionais públicos quanto os privados experimentam condições precárias de trabalho. De acordo com Yamamoto (2008), as alterações ocorridas no sistema capitalista, sobretudo, a partir de 1990, trouxeram mudanças na vida dos cidadãos brasileiros, ocasionaram problemas de ordem social, econômica e política e refletiram no mercado e no trabalho do assistente social. A desregulamentação dos serviços públicos repercute diretamente nas condições de trabalho de seus servidores, que entre todos os prejuízos, têm tido maior impacto com o arrocho salarial e a desvalorização do salário.

A condição de trabalhador assalariado, sejam em espaços sócio-ocupacionais públicos ou nos privados “sem fins lucrativos” ou empresariais, faz com que os assistentes sociais estejam subordinados às ordens institucionais, uma vez que não disponibilizam dos meios de trabalho para o seu exercício profissional. São os empregadores os donos dos meios de produção, portanto, são eles que definem as condições em que o assistente social desenvolverá suas atividades:

O contrato de trabalho, a jornada, o salário, a intensidade, as metas de produtividade, as dimensões, expressões ou recortes da *questão social* a serem trabalhadas, as funções e atribuições profissionais, além de oferecerem o suporte material para o desenvolvimento do trabalho — recursos humanos, técnicos, institucionais e financeiros (RAICHELIS, 2011, p. 428).

Os depoimentos dos assistentes sociais entrevistados revelaram a condição de trabalhador assalariado, desvelando um paradoxo com relação às determinações mencionadas pela autora supracitada:

Eu como assistente social da equipe volante que tenho que ir às comunidades fazer acompanhamento das famílias do BPC/88, 87, fazer acompanhamento das famílias do PAIF, levar os serviços de convivência até a comunidade, às vezes não conseguimos alcançar as metas e somos cobrados no final do ano devido isso aqui: a falta de gasolina, falta de transporte. Nós temos o carro ali, mas falta bateria, falta consertar, falta gasolina então, tudo isso, todas essas condições, esses resultados né, tudo isso que precisamos acabamos não levando os serviços até as comunidades (A.S. Espaço Público).

Por exemplo, como trabalhamos muito com oficinas, com palestras, com os alunos, com as famílias dos alunos, com os servidores, muitas vezes nos limitamos pela falta de material né que possa ser usado nas oficinas e praticamente todas as nossas atividades com o público, com o grupo, com rodas de conversa qualquer coisa que precise de material geralmente é retirado do nosso próprio bolso, nós custeamos esses materiais e isso nos limita porque não é todo tempo que nós temos condições de tirar dos nossos rendimentos pra financiar os materiais que precisamos, que são necessários ao exercício profissional na área da educação. (A.S. Espaço Público).

Na primeira narrativa o profissional revela que não consegue realizar seu trabalho pela ausência de recursos materiais, evidenciando as dificuldades em executar as políticas sociais. Tais condições são consequências oriundas do processo de reforma do Estado, que foi impedido pelos capitalistas de fazer maiores investimentos nas políticas sociais, tendo em vista, segundo eles, ser prejudicial aos cofres públicos. Nessa perspectiva, concorda-se com Serra (2010), ao afirmar que a crise do Estado é a crise da materialidade do serviço social e das políticas sociais.

A segunda narrativa chama atenção pelo fato de que não é o empregador quem disponibiliza os recursos/meios para a realização do trabalho dos assistentes sociais. Nesse sentido, há uma controvérsia, pois, se o profissional deseja realizar o seu trabalho tem que retirar do seu pouco salário, em decorrência do seu compromisso com os usuários dos seus serviços. Essa realidade expõe que na contemporaneidade toda a classe trabalhadora é desafiada, tanto para manter-se viva, como no caso dos assistentes sociais desta pesquisa, como para garantir condições mínimas de atendimento às necessidades e demandas dos usuários de seus serviços nos espaços em que trabalham.

Quando os assistentes sociais foram questionados sobre trabalho excessivo as respostas apresentaram-se similares em que os profissionais consideraram que com a organização da rotina

de trabalho evita-se a condição exaustiva. Desse modo, demonstraram satisfação na realização do exercício profissional.

**Quadro 21:** Organização e Gestão do trabalho do Assistente Social

<p><b>Organização da rotina de trabalho</b> (*4)</p>	<p>Não é excessivo, a gente, a nossa categoria cumpre as 30 hs semanais. Aqui na unidade básica onde eu trabalho, é muito acessível a questão da negociação com relação a horários, quando eu não posso vir de manhã eu venho à tarde, quando eu preciso de folgas eu participo de ações extras institucionais, enfim, é tranquilo essa parte”. (A. S. Espaço Público).</p> <p>Não considero que minha carga horária ultrapasse entendeu, por que não ultrapasa. Meu trabalho é tranquilo, eu chego de manhã. Quando tem TFD eu fico um pouco mais até resolver, quando não, eu saio meio dia e trinta, então é um trabalho bem tranquilo, não ultrapasa. (A. S. Espaço Privado)</p> <p>Não considero excessivo, porque eu consigo colocar, transformar minha carga horária positiva tendo que atender os dois turnos, então eu não considero excessivo minha carga horária de trabalho. (A. S. Espaço Privado).</p> <p>Não é excessivo, tirando algumas coisas que não dá para fazer. Eu não acho excessivo, nós temos uma carga horária de 6hs diárias, não acho excessivo (A.S. Espaço Privado).</p>
<p><b>Recursos suficientes</b> (*1)</p>	<p>Nosso trabalho não é precarizado a gente trabalha com uma equipe técnica no caso, que é reduzida, mas a gente consegue fazer os atendimentos necessários, fazer os encaminhamentos necessários e atender toda as demandas que nos chega aqui nessa instituição. Então eu não considero nosso trabalho precarizado”. (A. S. Espaço Privado).</p>
<p><b>Autonomia profissional, criação de demandas e gestão do trabalho</b> (*1)</p>	<p>Na unidade básica de saúde onde eu trabalho não existe precarização do trabalho pela parte do serviço social. Salário eu ganho pelo estado não é pelo município apesar de ser uma unidade básica do município condições de trabalho nós temos uma sala excelente ambiente de trabalho muito bom, negociação com gestor você tem liberdade de criar suas ações, de desenvolver seus projetos, você tem certo apoio não por parte da SEMSA, mas por parte da gestão, dos profissionais, então basicamente não diria que seria a um trabalho precário. (Saúde – Pública)</p>

**Fonte:** Elaboração da pesquisadora a partir da pesquisa de campo, 2018.

\*Número de assistentes sociais que direcionaram suas respostas para tal categoria

Observa-se nas narrativas que há realização das rotinas institucionais, cumprimento de tarefas burocráticas. A carga horária mensurada pelo primeiro profissional está correspondente ao que estabelece a Lei 12.317/2010. Assiste-se que os assistentes sociais entrevistados se auto afirmam como profissionais intelectuais capazes de negociar seus anseios, objetivos, projeto

profissional no contexto dos interesses sociais e da correlação de forças políticas que o tensionam.

Porém, Moraes (2016), chama atenção aos profissionais alertando que não basta cumprir protocolos de atendimentos, administrar a falta de recursos, realizar muitos atendimentos diariamente e cumprir prazos e normas institucionais. Para o autor, todas essas atitudes dos profissionais, não devem ser aleatórias, mas enfrentadas com “base teórico-crítica e capacidade criativa, desvelamento da realidade e propostas inovadoras articuladas a outros profissionais, avaliando os avanços e recuos expressando o protagonismo profissional rompendo a subordinação institucional” (p. 602).

De fato, as narrativas elucidaram o cumprimento de normas institucionais, contudo, demonstram autonomia profissional na realização das atividades e bom relacionamento com a instituição (gestor/chefe, colegas de trabalho), o que é sim, importante para o atendimento aos usuários do serviço social e realização profissional.

**Quadro 22:** Condições de trabalho do assistente social e a repercussão nos resultados do atendimento aos usuários.

Categoria elaborada com base na análise de conteúdo	Detalhamento das narrativas das respostas apresentadas pelos respondentes
<p><b>Implicações direta e indireta</b> (*2)</p>	<p>A estrutura física corresponde sim, perfeitamente ao envolvimento da equipe multiprofissional a gente planeja as ações durante o dia principalmente as visitas domiciliares também isso aí influencia diretamente no atendimento e respostas até vamos dizer assim, materiais e institucionais aos usuários que procuram esses serviços de saúde, então até agora as condições de trabalho tanto da parte de estruturação física e envolvimento com a equipe multiprofissional daqui da unidade básica de saúde eles correspondem sim por muitas vezes as respostas materiais e institucionais do usuários sim, mas infelizmente existem alguns casos eventuais, pontuais, individuais que às vezes nós não chegamos a meta e objetivos do qual deveria estar sendo proposto”. (A.S. Espaço Público).</p>
<p><b>Equipe volante</b> (*1)</p>	<p>As condições de trabalho que vivenciamos elas repercutem nos resultados dos atendimentos às demandas dos usuários, de que forma? A precarização do trabalho, dos serviços, não que os profissionais sejam insuficientes, e sim, o apoio da secretaria, com a tintura, a logística, materiais, essas necessidades, a falta desses materiais acabam repercutindo nos atendimentos e demandas dos usuários. A precarização dos profissionais, não nos dão condições de melhorias. Nosso trabalho são de 6hs. De 8 às 14hs. Levantamo-nos às 6hs, pagamos nossas passagens. Pegamos a balsa chegamos 7:30 hs, entramos as 8hs. Almoçamos, tomamos café, merendamos ali. Ficamos o dia todo. Saímos às 14hs, mas meia hora ou uma hora esperando o barco ter a lotação e voltarmos para cidade. Chegamos aqui (cidade) umas 3:30, quase 4hs. Então, isso acaba dando o cansaço físico, psicológico. Então caba nos afetando de alguma forma. (A. S. Espaço Público).</p>
<p><b>Estrutura institucional favorável</b> (*1)</p>	<p>Então, sim. Atualmente eu tenho condições de trabalho que me permitem né dar conta da resolução de “n” problemas na instituição, de ir atrás do meu usuário quando eu</p>

	<p>preciso, de atendê-lo quando eu tenho que atender. Então, as condições de trabalho me possibilitam sim, resolver as minhas demandas né, porque eu tenho estrutura para isso. A instituição me oferece as condições de desenvolver o meu trabalho de forma satisfatória né, que realmente traga uma resposta ao meu usuário. (A.S. Espaço Público).</p>
<p><b>Resultados satisfatórios e não satisfatórios</b> (*3)</p>	<p>Sim, uma coisa sempre vai ligar à outra, nessas dificuldades que a gente enfrenta vai sempre chegar a um resultado alguns satisfatórios, outros não dependendo da realidade de cada situação, então com certeza. (A.S. Espaço Privado).</p> <p>É, eu penso que sim. O serviço social é primordial aqui na instituição. A gente faz um trabalho multidisciplinar e interdisciplinar nós trabalhamos com os professores que aqui ministram as oficinas, nós fazemos na medida do possível. Há um diálogo entre a equipe então eu vejo que o impacto é muito positivo. Né, no nosso trabalho, aqui em equipe multiprofissional. (A.S. Espaço Privado).</p> <p>A estrutura física corresponde sim, perfeitamente ao envolvimento da equipe multiprofissional a gente planeja as ações durante o dia principalmente as visitas domiciliares também isso aí influencia diretamente no atendimento e respostas até vamos dizer assim, materiais e institucionais aos usuários que procuram esses serviços de saúde, então até agora as condições de trabalho tanto da parte de estruturação física e envolvimento com a equipe multiprofissional daqui da unidade básica de saúde eles correspondem sim por muitas vezes as respostas materiais e institucionais do usuários sim, mas infelizmente existem alguns casos eventuais, pontuais, individuais que às vezes nós não chegamos a meta e objetivos do qual deveria estar sendo proposto”. (A. S. Espaço Público).</p>
<p><b>Respeito à carta do usuário do SUS</b> (*1)</p>	<p>Repercutem. A partir do momento que você trabalha em uma instituição em que você tem que equilibrar os dois lados – a instituição e o usuário. A partir do momento que a gente percebe que os direitos dos usuários estão sendo respeitados então repercute de forma positiva e a partir do momento que isso não está sendo respeitado você começa a lutar para que esses direitos sejam respeitados né. Então, a partir do momento em que os usuários são bem atendidos, que é respeitada a carta do usuário do SUS que você consegue fazer um trabalho em que o usuário e os seja respeitado então aí repercute para o bem. (A.S. Espaço Público).</p>
<p><b>Materiais e recursos humanos</b> (*1)</p>	<p>É...os materiais e condições de trabalho repercutem porque quando tu não consegues trabalhar em conjunto, quando algo falha o restante fica comprometido né, então desde a hora que o paciente entra no hospital e dependendo da situação dele falta um exame que só é viabilizado pelo SUS e esse exame não tem aqui em Parintins, não tem convênio a situação já fica comprometida ali na situação do paciente. Às vezes ele tem que ir pra Manaus, às vezes ele fica aqui por Parintins vai ter que... não sei contar com a sorte né. Ou então se ele conseguir algum amigo ele consegue pagar o exame. E repercute também a questão dos técnicos de enfermagem que às vezes não conseguem suprir as necessidades a equipe é pouca para fazer medicação então vai demorar a medicação, vai demorar o atendimento. Então é uma série de fatores que com certeza a falta desses materiais repercutem sim, no meu trabalho como assistente social. (A.S. Espaço Público)</p>

Fonte: Elaboração da pesquisadora a partir da pesquisa de campo, 2018.

\*Número de assistentes sociais que direcionaram suas respostas para tal categoria.

O quadro 22 apresenta olhares e realidades de profissionais da área da educação, saúde e assistência social, de espaços sócio-ocupacionais públicos e privados. Observa-se nas narrativas que as respostas aos usuários do serviço social não dependem unicamente do profissional qualificado, contratado por tempo determinado ou indeterminado, mas sobretudo, das condições físicas e humanas que rondam o trabalho dos assistentes sociais. As condições de trabalho são fatores fundamentais para a efetivação das políticas sociais, que somadas à formação profissional poderão trazer resultados positivos tanto para o atendimento aos usuários quanto para a realização profissional.

Decerto que, a prática profissional do assistente social desprovida da dimensão teórico-metodológica será reduzida à mera identificação das demandas e necessidades dos usuários com atendimento focalizado e fragilizado. Contudo, reconhece-se que o assistente social não é um profissional autônomo no seu exercício profissional quando se pensa essa autonomia a partir do controle das condições materiais, organizacionais e técnicas para o desempenho do fazer profissional, o que o subalterniza aos empregadores (Estado, empresários e outros).

Assim sendo, os resultados do trabalho dos assistentes sociais entrevistados perpassam as rédeas da responsabilidade estatal, municipal, federal e terceiro setor (dependendo do espaço em que atuam) com relação aos meios de produção disponibilizados para a realização do seu trabalho, que podem ser suficientes ou insuficientes, adequados ou inadequados. Ou seja, o trabalho desses profissionais depende também das condições em que atuam.

O quadro 23 demonstra as condições em que os assistentes sociais realizam seu trabalho em que se observa que a precarização é uma realidade nos espaços sócio-ocupacionais públicos e privados no município de Parintins.

**Quadro 23:** Precarização do trabalho do assistente social na instituição em que trabalha.

Categoria elaborada com base na análise de conteúdo	Detalhamento das narrativas das respostas apresentadas pelos respondentes
Quantidade e diversidade de demandas (*1)	As minhas condições humanas e materiais deixam bem clara a precarização do meu trabalho. Então é um trabalho precarizado por conta da quantidade e diversidade de demandas que a gente acaba trabalhando como se fosse apagando focos de incêndios por que não conseguimos fazer um trabalho contínuo porque são 20 escolas que nós precisamos dar conta. (A. S. Espaço Público).
	Considero sim, meu trabalho precarizado. Não no sentido, de eu não ter tempo para

<p><b>Dependência de outros profissionais</b> (*1)</p>	<p>mim, de eu não ter de fazer as minhas coisas, de eu chegar cansada, de chegar com dor de cabeça porque não acontece, porque não é o meu caso. Mas, o fato de eu depender de muitas pessoas para dar uma resposta ao meu usuário no hospital isso aí vai repercutir na vida dele e no meu trabalho, então, isso torna meu trabalho precarizado, o fato de eu não conseguir dar uma resposta para ele. (A. S. Espaço Público)</p>
<p><b>Questão financeira</b> (*2)</p>	<p>Eu posso pontuar a questão financeira. É... mas, as outras situações como prédio, questão física não. Nós temos o local adequado, os recursos humanos. A questão financeira é nossa principal dificuldade. (A.S. Espaço Privado).</p> <p>Então não só pelo fato da precarização interna, como algumas dificuldades com as redes, nas buscas de apoio. Aqui na instituição a que mais consigo ter parceria é com a saúde que a gente consegue fazer os encaminhamentos. Trabalho de orientação, de palestras a gente consegue, mas o que precisa de recursos financeiros a gente não consegue e fica meio atrapalhado. (A. S. Espaço Privado).</p>
<p><b>Precarização das condições de trabalho e do trabalho do assistente social</b> (*2)</p>	<p>Vamos dizer que as condições de trabalho é em parte. Às vezes a secretaria nos dá condições de trabalho, mas tem momentos que não dá. Eles cobram números, cobram metas, mas não dão as condições necessárias para realizarmos isso. Então essa precarização de não nos dá suporte para podermos realizarmos nossas atividades acaba gerando uma precarização do nosso trabalho também. (A. S. Espaço Público).</p> <p>Eu vejo que não é um trabalho precarizado, falta algumas coisas? Falta. Como eu falei no início, falta um psicólogo, na nossa sala para gente fazer documentos precisa de um computador, de uma impressora aqui na sala do Serviço Social. A gente tem na instituição, mas, são usados para outros fins, mas nós precisamos realmente desse material que seja nosso mesmo para melhorar nossos serviços. (A.S. Espaço Público).</p>
<p><b>Intervenção satisfatória</b> (*1)</p>	<p>Não. Eu não considero que a gente tenha um trabalho precarizado porque a gente ainda tem condições dentro dos institutos federais pelo menos no meu campi, eu entendo que a gente ainda tem a estrutura básica para a gente desenvolver as nossas atividades, nossa intervenção profissional de modo satisfatória e de modo a dar resolutividade nas demandas. (A. S. Espaço Público).</p>
<p><b>Transporte Institucional</b> (*2)</p>	<p>Eu não considero. Dentro do espaço onde eu trabalho muitas coisas precisam melhorar, mas não considero o meu trabalho precarizado. O que precisa dentro da secretaria para o nosso trabalho é um carro especializado especificamente para a secretaria porque nós trabalhamos com redes (A.S. Espaço Público).</p> <p>Muitas vezes sim, nós não temos todo o material para trabalhar, nós não temos transporte, a demanda é muito grande, a área de abrangência é muito grande, só são dois assistentes sociais para atender essas duas áreas, então ele é precário, ele é precarizado. (Assistência Social – Privada).</p>

**Fonte:** Elaboração da pesquisadora a partir da pesquisa de campo, 2018.

\*Número de assistentes sociais que direcionaram suas respostas para tal categoria.

Nesse último quadro (23), foram apontadas inúmeras dimensões da precarização do trabalho vivenciadas pelos assistentes sociais em espaços sócio-ocupacionais públicos e privados.

Dentre as dimensões da precarização podem ser destacadas: amplas e diversidades de demandas; ausência de transporte institucional; condições de materiais inadequados e insuficientes; questão financeira; dependência de outros profissionais.

Os resultados apresentados na categoria *Precarização das condições de trabalho e do trabalho do assistente social*, chama a atenção a fala do profissional que percebe o quadro funcional da instituição reduzido, a ausência de materiais para a realização do trabalho dos assistentes sociais, mas recusa assumir que tem sim, o seu trabalho precarizado.

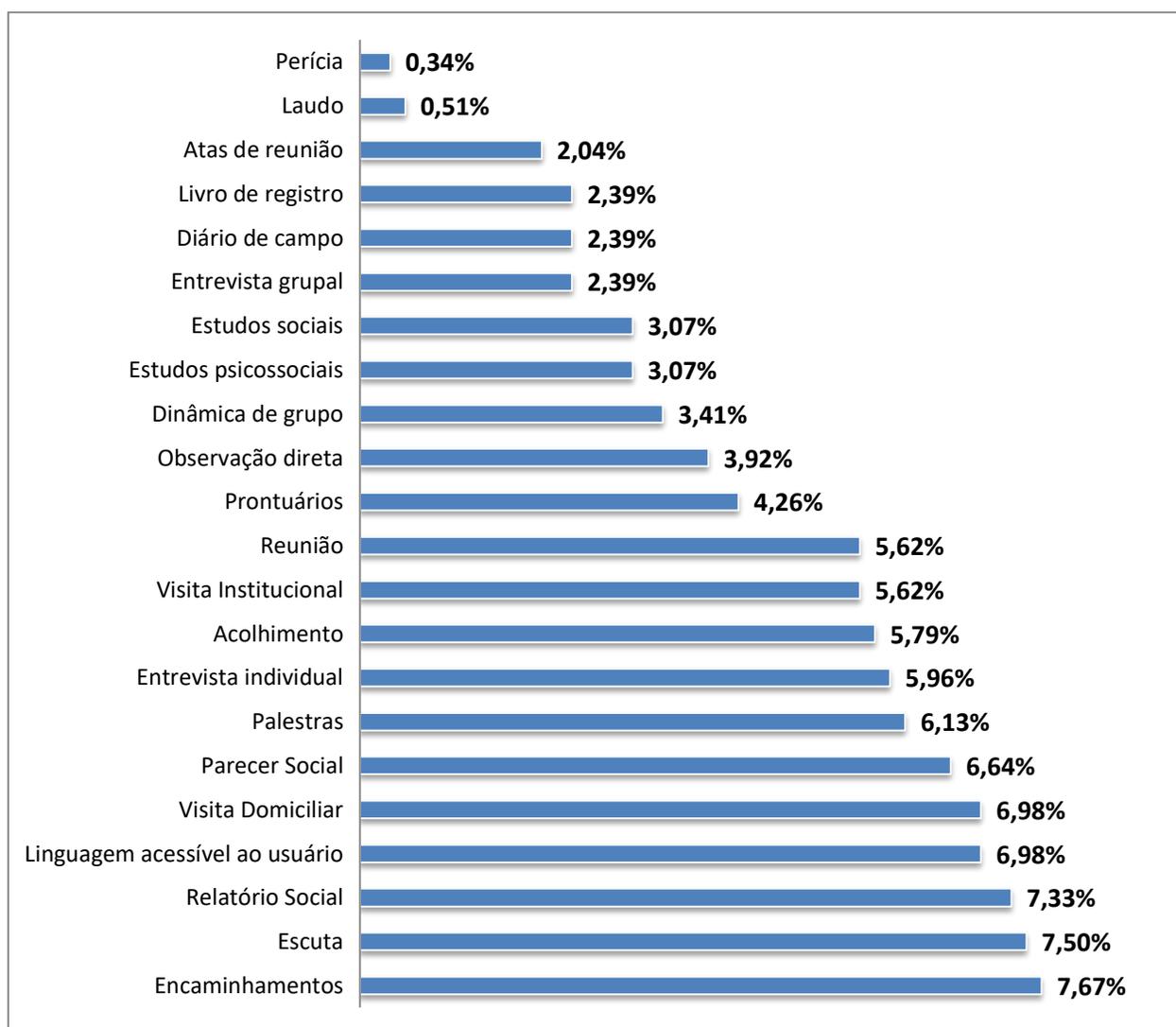
A ausência de recursos humanos e de materiais para a realização do trabalho dos assistentes sociais nas instituições em que atuam precariza tanto o trabalho dos profissionais quanto a materialização das políticas sociais em Parintins. Se não bastasse as contratos de trabalho flexíveis as condições também acompanham o modelo produtivo capitalista.

Como se vê as consequências da transformação estrutural que alavancou a reestruturação produtiva que ganhou força com a política neoliberal que regido pelo mundo do mercado incentivou as desregulamentações de todo tipo, da economia às relações trabalhistas. Reduziu o papel do Estado no âmbito produtivo e na prestação de serviços públicos.

A dimensão técnico-operativa está presente no exercício profissional do assistente social e, portanto, deve ser compreendido como uma ferramenta para alcançar os objetivos e finalidades do trabalho desse profissional. O assistente social ocupa lugar privilegiado no mercado de trabalho e, ao reconhecer-se nessa dimensão, terá maiores possibilidades de intervenção social. De posse desse entendimento, os instrumentos técnicos-operativos contribuem de forma significativa para a realização do trabalho dos assistentes sociais porque serão eles utilizados na intervenção social planejada.

Os instrumentais utilizados pelos assistentes sociais variam de acordo com a abordagem do profissional, podendo ser utilizado mais de um. No gráfico 19 estão alguns dos mais citados e utilizados pelos profissionais.

**Gráfico 19:** Instrumentais utilizados pelos Assistentes Sociais.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018.

Nesse sentido, está se falando da instrumentalidade do serviço social como mediação que ultrapassa a mera utilização dos instrumentais. Na compreensão de Guerra (2005, p. 10), a instrumentalidade é campo de mediação que “porta a capacidade tanto de articular as dimensões técnico-instrumental, técnico-intelectual e ético como de conduzir estas e traduzir em respostas profissionais”.

O planejamento das ações, o monitoramento e a avaliação, como ferramentas de trabalho do assistente social, requerem instrumentais adequados a cada situação enfrentada pelos profissionais. Nesse estudo, os dados elucidaram que os assistentes sociais utilizam mais de um instrumento de trabalho sinalizando que os instrumentos podem ser diferentes, mas, estão interligados possibilitando a eficácia no atendimento aos usuários de seus serviços.

Os profissionais revelaram que é impossível um instrumento dar conta da intervenção social, haja vista, no trabalho do assistente social não faltar a observação sistemática, escuta e diário de campo. Os demais instrumentos para as áreas e demandas específicas podem ser utilizados pelos profissionais de acordo com a necessidade do seu trabalho.

Ao utilizarem técnicas e instrumentais que assegurem possibilidades de um trabalho mais consequente é fundamental para a continuidade do trabalho por outros profissionais que venham assumir aquele espaço sócio-ocupacional. Diz-se isso, não somente, mas sobretudo, pelo fato de ter sido evidenciado neste estudo, a rotatividade pessoal, nos diversos espaços sócio-ocupacionais em Parintins.

Essa realidade é uma constância na esfera municipal, a maior empregadora de assistentes sociais em Parintins. A ausência de concursos públicos deixa em aberto a descontinuidade do trabalho desses profissionais que se encontram ameaçados nas relações contratuais, sendo também um agravante às várias áreas das políticas sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates e reflexões acerca da problemática do trabalho exposto nos diversos estudos e publicações apontam que os impactos neoliberais intensificaram de forma drástica as condições e relações de trabalho no cenário global – a *Precarização do Trabalho*.

Refletir sobre as condições precárias de trabalho do Assistente Social nos espaços sócio-ocupacionais público e privado em um momento histórico marcado pelas aceleradas mudanças no mundo do trabalho em Parintins é necessário, seja por ser um debate que diz respeito a toda classe trabalhadora, por contribuir com o Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM), e, sobretudo, por revelar a outra face da “Ilha Encantada”.

Foi um grande desafio e prazeroso construir essa Dissertação por reconhecer que como servidora pública na área da Educação pública enfrenta condições de trabalho precárias e por outro lado responder a indagações sobre o trabalho precarizado estrutural de outra categoria de trabalhadores parintinenses, dos assistentes sociais. Como assistente social, que ainda, não atua na área, foi instigante conhecer essa realidade como também relevante apresentar à categoria.

Os desafios na pesquisa de campo foram inevitáveis, o medo, a insegurança por parte de alguns gestores e profissionais revelaram que as relações contratuais flexíveis de trabalho são um jogo de carta marcada. Alguns gestores não permitiram que os profissionais das instituições participassem da pesquisa com receio do que pudessem revelar. Ao perceberem o tema a ser abordado “precarização do trabalho”, deixou-os preocupados e nervosos ao ponto de a pesquisadora ser impedida de contatar diretamente com eles.

Tal fato, trouxe muitas indagações e curiosidades com relação a essa decisão, haja vista, um gestor negar que a instituição onde atua seja investigada é negar a construção de conhecimentos que venham possibilitar mudanças, melhorias nas condições de trabalho dos profissionais daquela instituição.

Outro ponto importante foram as leituras realizadas sobre precarização do trabalho, que exigiu disciplina e dedicação. Nesse aspecto foi relevante compreender que as crises são inerentes ao capitalismo, e que diante delas as estratégias criadas devem corresponder aos seus

interesses e necessidades, que ocorre com a exploração intensificada de quem produz a riqueza – a classe trabalhadora.

A precarização do trabalho não é um fenômeno contemporâneo, ela já se apresenta desde os primórdios (sociedade escravista e feudal), quando os donos dos meios de produção subalternizavam/exploravam os trabalhadores que só tinham a sua força de trabalho para negociar com moradias e alguns alimentos necessários para a sua sobrevivência.

Nessa fase pode ser exemplificada os modelos de produção capitalista como a cooperação, a manufatura e a grande indústria, mas é com o advento do modo de produção capitalista fordista e toyotista que a *Precarização do Trabalho* ganha mais visibilidade e maior atenção por parte de quem padece. De fato, as mudanças societárias implicaram desvendar historicamente essa realidade, e nesse estudo, o trabalho dos assistentes sociais, no município de Parintins conhecido mundialmente como a “Terra do boi bumbá”.

O Serviço Social no Brasil se encontra diante de um cenário que sofre os impactos da chamada reestruturação produtiva e da contrarreforma do Estado implementada inicialmente na década de 1990, com a hegemonia do neoliberalismo no Brasil. Esse foi o contexto inicial das mudanças no mundo do trabalho, que implicaram em profundo processo de precarização do trabalho e perdas de direitos sociais. Contudo, na atualidade esse processo de precarização do trabalho foi aprofundado no governo Temer com a reforma trabalhista, e as perspectivas futuras são ainda mais nefastas, diante da eminente reforma da previdência do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro.

O Estado brasileiro está cada vez mais submisso aos interesses econômicos e políticos neoliberais presentes no cenário internacional e nacional, que têm impossibilitado o avanço das políticas sociais e do serviço social como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho.

Contudo, é necessário reconhecer que a década de 1990 também marca a consolidação do Serviço Social, por meio de luta coletiva, por meio da seguinte regulamentação: Lei nº 8.662 de Regulamentação da profissão de Assistente Social (1993); Código de Ética Profissional do Assistente Social, Resolução CFESS nº 273/93 e Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS (1996).

Diante desse salto qualitativo da profissão, é preciso reconhecer que o serviço social tem contribuições políticas e profissionais relevantes na defesa dos direitos sociais e da justiça social

da classe trabalhadora, contrapondo-se às inúmeras mudanças econômicas e ideológicas, impostas pelo novo reordenamento do capitalismo em escala mundial (a chamada acumulação flexível).

Na “Ilha do Folclore”, o serviço social vivencia os impactos neoliberais em que de um lado vê-se um sem número de trabalhadores desempregados e/ou sobrevivendo às rédeas de contratos flexíveis em que a informalidade se destaca em maior proporção. Dentre esses trabalhadores estão homens, mulheres, jovens, crianças, adolescentes e idosos, com nível superior, fundamental completo e incompleto. E de outro, com o aumento populacional e poucos investimentos em políticas públicas para o campo e para a cidade justificando a intensificação da pobreza, prostituição, violência e exclusão social.

Há de se reconhecer que com a internacionalização do Festival Folclórico, Parintins obteve alguns benefícios importantes para a população tais como: Universidades públicas e privadas, Institutos (UFAM, UEA, IFAM, UNOPAR), investimentos ao turismo, mas que exige melhor infraestrutura. Como também de ver que vivencia pelo menos 360 dias do ano condições de vida diferente dos 5 dias em que a cidade balanceia ao som de boi bumbá. No pós festa, tudo volta ao “normal”, falta de energia, de água, de segurança e sobretudo, de esperança por dias melhores.

Desse modo, é importante pensar que a economia em Parintins gira em torno do Festa do boi bumbá (Garantido e Caprichoso), e nesse sentido, restringe-se possibilidades a outros investimentos que sejam favoráveis à população parintinense quais sejam: concursos públicos, políticas públicas para os trabalhadores do campo e da cidade, investimentos nas políticas sociais existentes, o que promoveria condições de trabalho e de vida digna.

Nesse contexto, a Ilha do Folclore não poderá mais esconder a *Precarização do Trabalho* de parte dos seus trabalhadores, os assistentes sociais. A outra face (negativa) da grandeza da festa se mostra para ser questionada, demonstrando ser necessário haver conversão do legado econômico do festival para a melhoria dos serviços sociais públicos em Parintins.

Nos resultados desse estudo foi possível responder à questão norteadora da pesquisa: *Há convergências e divergências na precarização do trabalho do assistente social em espaços públicos e privados em Parintins-Am?* Os resultados apontaram que sim. Há convergências e

divergências na precarização do trabalho dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais públicos e privados.

As convergências da precarização podem ser verificadas nos baixos salários, nas formas de vínculos empregatícios, ações e serviços pontuais e a seletividade das políticas sociais, ausência de recursos financeiros e de infraestrutura para a realização do trabalho, relações de trabalho profissional (entre gestores, colegas); a falta de autonomia e de reconhecimento profissional, a fragmentação das políticas sociais, o adoecimento, o excesso de demandas, a rotatividade muitas vezes por perseguição política partidária, por apadrinhamento e a falta de espaço de trabalho suficiente e adequado. Já as divergências se referiram às formas de contratação salarial e alguns recursos materiais e humanos para a realização do exercício profissional.

Diante do cenário em que se vive a precarização do trabalho regulamentada pela reforma trabalhista é preciso indagar: quais as alternativas e caminhos para a organização política dos assistentes sociais frente ao processo de precarização do trabalho profissional vigente?

Acredita-se que os assistentes sociais ao se reconhecer como trabalhador assalariado, que não disponibiliza de materiais e recursos próprios para a realização, mas que tem um Projeto Ético-Político regido pelo Código de Ética da Profissão é um primeiro passo para a resistência profissional frente à precarização do trabalho vivenciada no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais públicos e privados em Parintins/AM.

Espera-se que as reflexões realizadas neste estudo alcance cada um dos assistentes sociais que contribuíram para que esta Dissertação de Mestrado fosse construída, e que ela possa instigá-los a outras pesquisas.

Por fim, espera-se que os resultados evidenciados nesse estudo convenham para embasar a luta política dos profissionais assistentes sociais de Parintins em prol da defesa dos direitos sociais dos usuários e do trabalho decente para os próprios sujeitos. Que sejam fonte de encorajamento para que a voz da categoria possa ecoar, exigindo concursos públicos, melhorias nas políticas sociais e condições e relações de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais público e privados.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Mônica Maria Torres. **Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família.** IN: SALES, Mione Apolinário et al. Política Social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.
- ALMEIDA, Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Torres de. **Serviço Social: trabalho e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2011.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho:** ensaios de Sociologia do Trabalho. 1ª ed. São Paulo: Bauru Canal 6, 2013.
- ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Mercado do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.
- AMARAL, Angela Santana do; MOTA, Ana Elizabete. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, A. E. (org.). **A nova fábrica de consensos.** p. 23-24, São Paulo: Cortez, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- \_\_\_\_\_. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.
- \_\_\_\_\_. Adeus ao trabalho. 11ª edição. Editora Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.
- ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão,** Ano XVIII - nº 34, p. 19-40, 2015.
- ANUÁRIO ESTÁTISTICO DA PREVIDÊNCIA. Disponível em [www.previdencia.gov.br/.../aeps-2013-anuario-estatistico-da-previdencia-social-2013](http://www.previdencia.gov.br/.../aeps-2013-anuario-estatistico-da-previdencia-social-2013). Acesso em 07 de janeiro de 2019.
- AZEVEDO, Luíza Elayne Correa. Uma viagem ao boi-bumbá de Parintins: do turismo ao marketing cultural. In: **REVISTA SOMANLU,** v. 2, número especial, 2002. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Natureza e Cultura na Amazônia. Universidade do Amazonas, Ano II, n nº 2: edição especial. Manaus: Valer, 2002.
- BARBALHO, Célia Regina Simanetti; MORAES, Suely (Org.). **Guia para Normalização de Teses e Dissertações.** Manaus/UFAM, 2003.
- BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em Serviço Social.** São Paulo: Veras, 2006.
- BARALDI, Solange. **Supervisão, flexibilização e desregulamentação no mercado de trabalho:** antigos modos, novas incertezas nos vínculos de trabalho da enfermagem. Tese de Doutorado pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.; Jorge Zahar, 2001.

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra reforma – desestruturação do Estado e perda de direitos**. Ed. Cortez, São Paulo, 2003.
- \_\_\_\_\_. Brasil e a Mundialização do Capital: privatização, deslocalização e flexibilização das relações de trabalho: In: SERRA, Rose (Org.). **Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens**. P. 107-132, São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES-FSS/UERJ, 2001.
- BONFIM, Paula. Entre o público e o privado: as estratégias atuais no enfrentamento à questão social. **Rev. Katálysis** [online]. 2010, vol.13, nº 2, pp. 270-275. ISSN 1414-4980.
- BOURDIEU, Pierre. A precariedade está por toda a parte. In: BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal**. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro, p. 72-76. Editora: Jorge Zahar, 1998.
- BRASIL. Lei nº. 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do assistente social. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 28 de maio de 2016.
- BRANT, Luiz Carlos; GOMEZ, Carlos Minayo. A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, 9(1):213-223, 2004.
- BRESSER, Pereira. A Reforma do Estado A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. (**Cadernos MARE da Reforma do Estado; v. 1**), Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. As Economias Informal e Submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fabio. (Org.) **Distribuição de Renda no Brasil**. P. 121-142, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. Globalização e Processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**, v. 2000, p. 57-78. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade>. Acessado em 10 de janeiro de 2018.
- CEPAL. PNUD, OIT, Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: a experiência brasileira recente, 2008.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1ª edição. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS - (Org.) **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília/Maceió, UCFESS-UFALCRESS, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social**, vol. 2, Brasília (DF), 2014.

\_\_\_\_\_. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico**. 2014. [http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsidiios\\_sociojuridico2014.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsidiios_sociojuridico2014.pdf). Acesso em 02 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 273/93 de 13 março de 1993. Código de ética profissional dos assistentes sociais. In: **Coletânea de Leis: Conselho Regional de Serviço Social. 15ª Região Amazonas/Roraima**, 2009.

\_\_\_\_\_. **Coletânea de Leis/Conselho Regional de Serviço Social: 15ª Região Amazonas/Roraima**. Manaus: Editora Valer, 2009.

COSTA, Maria Dalva Horácio do. Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In: MOTA, Ana Elizabete. **A nova fábricas de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social**. p. 97-113, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **OIT revela que 2 milhões de trabalhadores são informais em todo o mundo**. Publicado em 13 de fevereiro de 2019. Disponível em <https://www.cut.org.br/noticias/oit-revela-que-2-bilhoes-de-trabalhador>. Acesso em 14 de julho de 2019.

DEDECCA, Claudio. Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário: a experiência brasileira. In: NADYA, A. Guimarães; HIRATA, Helena; SUGITO, Kurumi (Org.). **Trabalho flexível, empregos precários**. São Paulo: EDUESP, p. 101-122, 2009.

DEJOURS, Christophe. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J. F. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1993.

\_\_\_\_\_. **A loucura do trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1998.

DIEESE. **A saúde dos índices da saúde do trabalhador**. Nº 162, set., de 2016. Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec162Saude.html>. Acesso em 09 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Reforma Trabalhista: Riscos e perdas impostos pelo PL 6.787/2016 aos trabalhadores e ao movimento sindical**. (Texto Síntese), publicado em 02/05/2017. Disponível em <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/contratoIntermitente>. Acesso em 22/04/2019.

\_\_\_\_\_. Impactos da Lei 13.429/2017 (antigo PL 4.302/1998) para os trabalhadores Contrato de trabalho temporário e terceirização. (Texto Síntese), Nº 175, publicado em abril de 2017. Disponível em <https://www.dieese.org.br/notaTec175TerceirizacaoTrabalhoTemporario>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

DRUCK, Graça. A precarização Social do Trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. Editora: Boitempo, p. 55-73. São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica** – um estudo do complexo petroquímico de Camaçari. Campinas: Boitempo, 1999.

DRUCK, Graça; ANTUNES, Ricardo. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão** - Ano XVIII - nº 34 , p. 19-40, 2015.

DRUCK, M. G. Trabalho, Precarização e Resistências. Caderno CRH (UFBA), v. 24, Salvador, EDUFBA, 2011, p. 35-54.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p.35-55, 2011

DRUCK; Graça; OLIVEIRA, Luiz Paulo; SILVA, Selma Cristina de Jesus. A precarização social do trabalho no Brasil: o caso da vulnerabilidade dos jovens e dos sindicatos. In: BRAGA, T.; VIDAL, F; NEVES, L. (Org.) **Trabalho em questão**. Salvador:SEI, 2010. p. 103-129. (Série estudos e pesquisas, 86).

DUPAS, Gilberto. Economia em crise. **Teoria e Debate** nº 33, novembro/dezembro/janeiro de 1997. Publicado em 05/05/2006. Disponível em [csbh.fpabramo.org.br/.../economia-o-emprego-em-crise](http://csbh.fpabramo.org.br/.../economia-o-emprego-em-crise). Acessado em 07 de novembro de 2018.

FALEIROS, Vicente. **A política social do Estado Capitalista: as funções da Previdência e da Assistência Social**. 4ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

FERNANDES, Ana Rúbia Figueiredo. Festival folclórico: o que muda em Parintins? In: **REVISTA SOMANLU**, v. 2, número 100 especial, p. 99-114, p. 59-75, 2002. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Natureza e Cultura na Amazônia. Universidade do Amazonas, Ano II, nº 2: edição especial. Manaus: Valer, 2002.

FILGUEIRAS, Luiz, DRUCK, Graça, AMARAL, Manoela Falcão do. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, nº 41, p. 211-229. Mai/Ago. 2004.

FRANCO, Franco, Tânia, DRUCK, Graça, SILVA, Edith Seligmann. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira Saúde Ocupacional**. Nº 35 (122), p. 229-248. São Paulo, 2010.

FRANÇA, Paulo Renan Rodrigues. **Festival Folclórico de Parintins: Impactos socioambientais na percepção dos atores locais**. Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 2014.

GIDDENS, Antony. **A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. Edição, São Paulo: Atlas, 2002.

GONH, Maria Glória. A Pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas. **Revista Científica EccoS**, jul/dez, año/vol. 7, nº 002, p. 253-274. São Paulo: Brasil, Centro Universitário Nove de Julho (UNINOVE), 2005.

\_\_\_\_\_. **Mídia, terceiro setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo.** Petrópolis: Vozes, 2000.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. In: **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, nº 104, p. 715- 736, out/dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social.** Brasília, CFESS, ABEPSSCEAD – UNB, 2000.

\_\_\_\_\_. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo: Cortez, ano 28, nº. 91, p. 5-33, set. 2007.

\_\_\_\_\_. O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para o debate. In: **Revista Katálysis,** nº 2, v. 8, p. 147-154, Florianópolis: UFSC, 2005.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social frente à crise contemporânea: demandas e perspectivas. In **Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social,** Rio de Janeiro: nº. 3, Ano 2, dezembro de 2005b, p. 01 – 31, Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>. Acesso em 20/08/10].

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 25ª edição. São Paulo: Edições: Loyola, 2014.

IAMAMOTO, Marilda. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais.** p. 341-410, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche:** Capital financeiro, trabalho e questão social. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **80 anos do Serviço Social no Brasil:** a certeza na frente, a história na mão. In: **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE, 2010). PARINTINS - IBGE Cidades. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br > brasil > parintins > pesquisa>. Acesso em 09 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. (2016, 2017). Disponível em: [www.ibge.gov.com.br](http://www.ibge.gov.com.br). Acesso em 10 de junho de 2018.

LIRA, Isabel Cristina Dias. Trabalho Informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: SILVA, Maria Ozanira; YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas Públicas de **Trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** 2ª edição. São Paulo: Cortez, São Luiz, MA: FAPEMA, 2008.

LUKÁCS, George. O trabalho. In: **Ontologia do Ser Social.** Tradução de Ivo Tonet. Mimeo, 1981.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez; BORDIN, Erica Monteiro do Bonfim; COSTA, Roberta Justina. Gestão social e políticas públicas: a dialética entre o público e o privado em debate. In: BORDIN, Erica Monteiro do Bonfim (Org.). **A face privada na Gestão das Políticas Públicas**. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, p.15-46, 2014.

MANDEL, Ernest. **A crise do Capital**. Campinas, UNICAMP/ENSAIO, 1990.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um desafio instigante**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 01, Vol. 01. Tradução: Rubens Enderle. Editora: Boitempo. 2013.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MATTOSO, Jorge; POCHMANN, Marcio. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, (10): 213-43, jun. 1998.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MIRLA, Cisne. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3ª. ed. (Biblioteca básica de serviço social; v. 5). São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 53, p. 103-125, março. 1997.

\_\_\_\_\_. **Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, nº. 127, p. 587-607, set./dez. 2016.

MOTA, Elizabete; AMARAL, Angela Santana. A reestruturação produtiva e as novas modalidades de subordinação do trabalho. In: MOTA, Ana Elizabete. **A nova fábricas de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social**. p. 23-44, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOTA, Ana Elizabeth. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, nº. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Cultura da crise e seguridade social:** um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 2ª edição. São Paulo, 2000.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie.** III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”. Serpa, 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010.

\_\_\_\_\_. A construção do Projeto Ético-Político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 1 – Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Simone Eneida Baçal. **Conhecimento e prática profissional:** o saber fazer dos assistentes Sociais em Manaus. Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONU). **OIT: Desemprego e déficit de trabalho decente continuarão altos em 2018.** <https://nacoesunidas.org/oit-desemprego-e-deficits-de-trabalho-decente-continuarao-altos-em-2018/>. Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Estresse, doenças e longas jornadas contribuem para 2,8 milhões de mortes por ano.** <https://nacoesunidas.org/oit-desemprego-e-deficits-de-trabalho-decente-continuarao-altos-em-2018/>. Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório da OIT mostra que 2 milhões de trabalhadores no mundo são informais.** Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/Trabalho>. Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

PASTORINI, Alejandra. As políticas sociais e o serviço social: instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades? In: MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução.** São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do Estado dos anos 90:** lógica e mecanismo de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE, 1997.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. In: **Revista Katályses.** Florianópolis v. 12 n. 2 p. 268-277 jul./dez. 2009.

PEREIRA, Potyara A. P. Trajetória das velhas leis dos pobres ao Welfare State. In: **Política social:** Temas e questões. Capítulo II, p, 59-98. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Desafios e demandas contemporâneos para o Serviço Social. **Ser Social,** Brasília, n.19, p.11-29, jul./dez. 2006. Disponível em: [http://seer.bce.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/161/124](http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/161/124). Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

PERONI, Vera M. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. **Currículo sem Fronteiras,** v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013. [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org). Acesso em 01/02/2019.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** São Paulo: Contexto, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS. **Plano Plurianual 2014-2017.** Disponível em: <https://parintins.am.gov.br/planejamento/12.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2018.

PYL, Bianca. Intensificação do trabalho tem provocado doenças “coletivas”. 2009. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2009/05/intensificacao-do-trabalho-tem-provocado-doenças-quot-coletivas-quot/>. Acessada em 28 de março de 2019.

RAICHELES, Raquel; WANDERLEY, Luiz Eduardo. Desafios de uma gestão pública democrática na integração regional. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 78, ano XXV, p. 5-32, São Paulo: Cortez, 2004.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente Social na esfera estatal. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 377-392.

\_\_\_\_\_. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 107, p. 420-437, jul./set. São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 116, p. 609- 635, dez. São Paulo, 2013.

RAMALHO, José Ricardo. Precarização do Trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos.** 2ª. ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL. São Paulo: Fundacentro, 1991-1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SALAMON, Lester. Estratégia para o fortalecimento do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn. **3º Setor: desenvolvimento social sustentado.** P. 89-111, Rio de Janeiro. Editora: Paz e Terra, 2005.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”:** particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHERER, Elenise. **Baixas nas carteiras:** Desemprego e Trabalho Precário na Zona Franca de Manaus. Manaus: EDUA, 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO; SECRETARIA EXECUTIVA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO. **Produto Interno Bruto dos Municípios (PIB), 2016.** Manaus, Am, 2016.

SERRA, Rose M. **Crise de materialidade no serviço social:** repercussões no mercado profissional. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Enfrentamento do desemprego/subemprego – alternativas de trabalho/renda na atual conjuntura brasileira. In: FREIRE, Lúcia M. B. et. all (Orgs.). **Serviço Social, Política social e Trabalho: Desafios e Perspectivas para o século XXI**. p. 202-217, 2ª ed. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. Coleção Biblioteca de Serviço Social. 3ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2009.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Nilciana Dinely. **O processo de urbanização de Parintins: evolução e transformação**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Tese de Doutorado, 2013.

SOUZA, Camilo Ramos de. O boi-bumbá e a nova estrutura urbana de Parintins. **REVISTA SOMANLU**, v. 2, número especial, 2002. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Natureza e Cultura na Amazônia. Universidade do Amazonas, Ano II, nº 2, p. 77 a 83, edição especial. Manaus: Valer, 2002.

SOUTO MAIOR, Jorge Luís. “A CLT é velha”, publicado em 27/3/2017 no blog pessoal do autor. Disponível em: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/i-a-clt-e-velha>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013.

TEIXEIRA, Marilene Oliveira, et.al. **Contribuição crítica à Reforma Trabalhista**. Campinas: São Paulo. UNICAMP/CESIT, 2017.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O Projeto Ético Político do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. p. 185-199, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. O serviço social como especialização do trabalho coletivo. In: **Capacitação em serviço social e política social: módulo 2: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**, p. 89-99. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

\_\_\_\_\_. **Terceiro Setor e despolitização**. Revista Inscrita. Conselho Federal de Serviço Social. Ano III, nº VI, julho, p. 13-18, 2000.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. Tradução de Maria de Jesus Brito Leite. 1ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VIANA, Márcio Túlio; DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos. Terceirização – aspectos gerais. A última decisão do STF e a súmula 331 do TST. Novos enfoques. **Rev. TST, Brasília, vol. 77, n. 1, p. 54-84, jan/mar. 2011.**

# APÊNDICES

## APÊNDICE A- AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A Precarização do Trabalho do Assistente Social: Estudo nos espaços sócio-ocupacionais público e privado em Parintins/Am

**Pesquisador:** Rosemere

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 01589318.8.0000.5020

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.982.238

#### Apresentação do Projeto:

Resumo:

O presente estudo se propõe a analisar "A Precarização do Trabalho do Assistente Social nos espaços sócio-ocupacionais público e privado em Parintins (Am)" caracterizando as demandas institucionais postas ao trabalho do Assistente Social, identificando as principais assimetrias e convergências existentes nas condições e relações de trabalho do assistente social nesses espaços sócio-ocupacionais buscando conhecer as percepções desses profissionais sobre as suas vivências no processo de precarização do trabalho no contexto local amazônico. A metodologia a ser utilizada para a coleta das informações será através da aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas e um formulário de entrevista aos assistentes sociais que estão atuando nos espaços públicos e privados no município de Parintins empregando a abordagem quantiquantitativa. Os resultados obtidos com a referida pesquisa serão transcritos e analisados a partir do método de análise de conteúdo ancorada no materialismo histórico dialético.

Hipótese:

**Endereço:** Rua Teresina, 495

**Bairro:** Adrianópolis

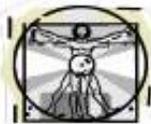
**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-1181

**CEP:** 69.057-070

**E-mail:** cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.952.238

Existe assimetrias e convergências na precarização do trabalho em espaços sócio-ocupacionais públicos e privados em Parintins-Am?

**Metodologia Proposta:**

Os procedimentos metodológicos a serem adotados nesta pesquisa tomam como aporte epistemológico o materialismo histórico dialético, que permite estudar o objeto de pesquisa mediante um processo de apropriação e desvelamento do real, ancorados numa perspectiva de aproximações sucessivas, de modo a propiciar a apreensão da dinâmica social. De acordo com Richardson (1999, p.46) o materialismo dialético "é a única corrente de interpretação dos fenômenos sociais que apresenta princípios, leis e categorias de análise". O materialismo histórico dialético apresenta em sua estrutura os princípios da conexão universal de objetos e fenômenos, do movimento e do desenvolvimento, leis da unidade e luta dos contrários, da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa e da negação da negação e as categorias de análise, individual/geral, causa/efeito, necessidade/acaso, conteúdo/forma, essência/aparência e realidade/possibilidade. O presente projeto de pesquisa será desenvolvido em três fases complementares de levantamentos de dados e/ou informações, conforme discriminação a seguir

**Levantamento Bibliográfico** – nessa fase as leituras das produções sobre o objeto deste estudo contribuirão para aprofundar e ampliar a compreensão das categorias a serem analisadas. O contato com as literaturas que se debruçam sobre a problemática a ser abordada neste estudo possibilitará familiarização e socialização com as categorias analíticas elegidas, quais sejam: Trabalho, Serviço Social e Precarização. **Levantamento Documental** – os documentos são fontes importantes e relevantes em pesquisa científica. Para este fim, nesse estudo, serão buscadas informações em sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAM), Ministério do Trabalho e Emprego, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/Am). **Levantamento de Campo** – é o momento em que a pesquisadora e sujeitos da pesquisa (que são os profissionais assistentes sociais que serão entrevistados) terão contato

**Endereço:** Rua Teresina, 495

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92) 3305-1181

**E-mail:** csp.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.952.236

direto, Esse processo dar-se-á no município de Parintins-Am como já mencionado, nos espaços sócio-ocupacionais público e privado de atuação dos Assistentes Sociais.

**Critério de Inclusão:**

I – Ser Assistente Social com registro no CRESS-Am; II - Estar atuando em espaços sócio-ocupacional público ou privado há pelo menos seis meses; III - Ter interesse e aceitar em participar da pesquisa mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

**Critério de Exclusão:**

I – Ser Assistente Social e não ter registro no CRESS-Am; II – Estar atuando em espaços sócio-ocupacional público ou privado há menos de seis meses; III – Não ter interesse e não aceitar em participar da pesquisa mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:**

Analisar a Precarização do Trabalho do Assistente Social existente nos espaços sócio-ocupacionais público e privado em Parintins (Am).

**Objetivo Secundário:**

Caracterizar as demandas institucionais postas ao trabalho do Assistente Social nos espaços públicos e privados; Identificar as principais assimetrias e convergências existentes nas condições e relações de trabalho do assistente social nesses espaços sócio-ocupacionais; Conhecer as percepções dos assistentes sociais sobre a vivência do processo de precarização do trabalho no contexto local amazônico.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

Compreende-se que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, embora mínimos. No caso específico deste estudo, os possíveis riscos em relação aos sujeitos da pesquisa, se assentam na possibilidade, de que ao falarem de assuntos referente à instituição em que trabalham (espaços

**Endereço:** Rua Teresina, 495

**Bairro:** Adianópolis

**CEP:** 69.057-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-1181

**E-mail:** cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.952.235

físico, recursos humano, instalação de materiais, materiais de expediente e outros) poderá comprometer o cotidiano do trabalho, a relação entre profissional e gestores, coordenadores e/ou chefes, gerando assim problemas internos. Por isso, serão tomadas as providências legais cabíveis caso isso ocorra, sem nenhum ônus para os sujeitos da pesquisa, e sem que isso lhe ocasione qualquer dano ou constrangimento.

**Benefícios:**

Os dados da pesquisa podem contribuir para (re)pensar o fazer profissional na área do Serviço Social, em particular, no contexto local amazônico, destacando o município de Parintins-Am. Isto proporcionará um trabalho mais qualificado para os assistentes sociais que trabalham em espaços sócio-ocupacionais público e privado, contribuindo para ressignificar e reinventar práticas socioeducativas mais consequentes no referido município, onde ocorrerá a pesquisa de campo.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

1 versão

Mestrado

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Folha de Rosto: adequado

Riscos: adequado

Benefícios:adequado

Orçamento:adequado

Cronograma:adequado

Critérios de exclusão: adequado

Critérios de inclusão: adequado

Instrumentos da Pesquisa: adequado

Termo de Anuência: adequado

TCLE: adequado, mas falta espaço para assinatura datiloscópica

Curriculum lattes: adequado

**Recomendações:**

O pesquisador somente poderá iniciar a coleta de dados (pesquisa de campo), após análise e aprovação pelo CEP

**Endereço:** Rua Teresina, 495

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-1151

**E-mail:** cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.952.235

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Em razão do exposto, somos de parecer favorável que o projeto seja APROVADO, pois o pesquisador cumpriu as determinações da Res. 466/2012.

É o parecer

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1224856.pdf	02/10/2018 00:08:32		Aceito
Brochura Pesquisa	RoteirodeEntrevista.docx	01/10/2018 22:36:39	Rosemere	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	Questionario.docx	01/10/2018 22:33:05	Rosemere	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermodeanuenciaPsicologia.pdf	01/10/2018 21:47:50	Rosemere	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	01/10/2018 21:41:18	Rosemere	Aceito
Folha de Rosto	Plataforma.pdf	01/10/2018 21:31:28	Rosemere	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	SEMASTH.pdf	01/10/2018 21:25:53	Rosemere	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	PadreColombo.pdf	01/10/2018 21:25:38	Rosemere	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	NSGracas.pdf	01/10/2018 21:25:10	Rosemere	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	UBS.pdf	26/09/2018 21:36:50	Rosemere	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Jofre.pdf	26/09/2018 21:36:16	Rosemere	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	UFAM.pdf	26/09/2018 21:35:45	Rosemere	Aceito
Declaração de Instituição e	AssociacaoBoiBumbaGarantido.pdf	26/09/2018 21:34:55	Rosemere	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1151

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.902.235

Infraestrutura	AssociacaoBoiBumbaGarantido.pdf	26/09/2018 21:34:55	Rosemere	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Pestallozzi.pdf	26/09/2018 21:31:40	Rosemere	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	SEDUC.pdf	26/09/2018 21:30:46	Rosemere	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	SEMED .pdf	26/09/2018 21:30:21	Rosemere	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	26/09/2018 19:44:57	Rosemere	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MANAUS, 25 de Outubro de 2018

---

**Assinado por:**  
**Eliana Maria Pereira da Fonseca**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Teresina, 495

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-1151

**E-mail:** cep.ufam@gmail.com

## APÊNDICE B

### TERMO DE ANUÊNCIA DO CSPA



#### TERMO DE ANUÊNCIA DO CSPA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com o atendimento psicológico, caso necessário, dos participantes da pesquisa de mestrado intitulada: **"PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: ESTUDO NOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS PÚBLICO E PRIVADO EM PARINTINS-AM"**. Pesquisa a ser realizada pela acadêmica Rosemere Barbosa Guimarães, sob orientação da Professora Dra. Marinez Gil Nogueira. Projeto vinculado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, o qual terá o apoio deste Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA).

Manaus, 14 de agosto de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE PSICOLOGIA - CSPA  
*Rebeca Louise Pevas Lima de Freitas*  
Rebeca Pevas  
SIAPE: 2127355  
Vice-Coordenadora

Rebeca Louise Pevas Lima de Freitas  
Psicóloga responsável

## APÊNDICE C

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

**PODER EXECUTIVO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE  
NA AMAZÔNIA**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Convidamos o (a) senhor (a) para participar da pesquisa intitulada “**A Precarização do Trabalho do Assistente Social**: estudo nos espaços sócio-ocupacionais público e privado em Parintins/Am”, sob a responsabilidade da pesquisadora Rosemere Barbosa Guimarães, discente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS (Endereço institucional: Setor Norte, Bloco Mário Ipiranga, no Campus Universitário Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Coroado). Fone: (92) 98101-5934. E-mail: [r\\_bguimaraes@hotmail.com](mailto:r_bguimaraes@hotmail.com). sob orientação da docente Dra. Marinez Gil Nogueira. (Endereço institucional: Setor Norte, Bloco Mário Ipiranga, no Campus Universitário Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Coroado). Fone: (92) 98132-0806. E-mail: [marinezgil@yahoo.com.br](mailto:marinezgil@yahoo.com.br).

A pesquisa tem como objetivo geral: Analisar as assimetrias e convergências da Precarização do Trabalho do Assistente Social existentes nos espaços sócio-ocupacionais público e privado em Parintins (Am); e como objetivos específicos: 1 - Caracterizar as demandas institucionais postas ao trabalho do Assistente Social nos espaços públicos e privados; 2 - Identificar as principais assimetrias e convergências existentes nas condições e relações de trabalho do assistente social nesses espaços sócio-ocupacionais; 3 – Conhecer as percepções dos assistentes sociais sobre a vivência no processo de precarização do trabalho no contexto local

amazônico da assistência social; 4 – Instigar novos estudos sobre a problemática do trabalho no contexto neoliberal. Sua participação no estudo será inteiramente voluntária. A coleta das informações e dos dados serão realizados a partir de um questionário com perguntas abertas e fechadas, sendo de caráter primordial para alcance dos resultados da pesquisa. A sua participação consistirá apenas em responder as perguntas do questionário. Os dados da pesquisa podem contribuir indiretamente para: 1- Fortalecimento do Projeto Ético-Político no exercício profissional; 2 - Reforçar a importância da Pesquisa como ferramenta fundamental no exercício profissional e que possibilita ações e serviços consequentes; 3 - Reconhecimento das possibilidades de intervenção social nos espaços de atuação; 4 - Possibilidades de melhoramento das ações e serviços sociais no âmbito público e privado; 5 - Instigar os assistentes sociais a novos estudos sobre a problemática trabalho no âmbito do Serviço Social.

Os riscos decorrentes de sua participação nessa pesquisa podem ser considerados mínimos como: desconforto e/ou constrangimento no momento da realização da entrevista e, para minimizar tais riscos, a aplicação do questionário de pesquisa e do formulário de entrevistas ocorrerá sem a presença de pessoas estranhas no local escolhido pelos participantes da pesquisa; as perguntas serão impessoais respeitando o seu direito de não responder algumas delas se assim desejar. Os questionários serão registrados e identificados por número, terão perguntas abertas e fechadas de modo que será mantido o sigilo de sua identidade. Caso aconteça alguma situação de risco, a pesquisadora se compromete em ressarcir possíveis despesas oriundas desse processo, comprovadamente desencadeado de sua participação na pesquisa.

Em caso de o sujeito sentir-se lesado ou venha desenvolver sofrimento psíquico decorrentes da pesquisa, o Centro de Serviços de Psicologia Aplicada – CSPA/UFAM o qual forneceu anuência e apoio à referida pesquisa, irá recebê-lo, proporcionando-lhe adequado atendimento psicológico. Endereço: Av. General Rodrigo Octávio, 6200, Bloco X, Coroado I, Fone: (92) 3305-4121/ (92) 99222- 2275.

Se depois de consentir a sua participação, o Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. O Sr. (a) não terá nenhuma despesa e não receberá nenhuma remuneração. Mesmo quando os resultados da pesquisa forem analisados, publicados e divulgados em qualquer forma, sua identidade não será

divulgada, ficará sob sigilo da pesquisadora. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento.

Para qualquer informação o (a) senhor (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, ou pessoalmente no Departamento de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) conforme apresentado acima. Fica disponibilizado, para eventuais informações, o endereço do Comitê de Ética em Pesquisa (órgão responsável pela avaliação ética dos projetos de pesquisa) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), localizado na Rua Teresina, 495 – Escolas de Enfermagem de Manaus, sala 07 – Adrianópolis, CEP: 69057-070 – Manaus/AM. Fone: 3305-1181/RAMAL: 2004 ou (92) 99171-2496. E-mail: [cep.ufam@gmail.com](mailto:cep.ufam@gmail.com).

Dessa forma, solicitamos sua autorização para aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas. Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. O pesquisador deverá responder todas as suas dúvidas antes que decida se quer participar. Marque uma das opções abaixo:

Me disponho a responder o questionário, ciente que os dados e as informações serão utilizadas para fins do presente estudo.

Me disponho a participar da entrevista ciente que os dados e as informações serão utilizadas para fins do presente estudo.

Não me disponho a responder o questionário.

Não me disponho a participar da entrevista.

Autorizo que as respostas da entrevista sejam gravadas.

Autorizo a divulgação das respostas das perguntas do questionário e a gravação da entrevista, ciente que os dados e as informações serão utilizados para fins do presente estudo.

Não autorizo a divulgação das respostas das perguntas abertas do questionário e a gravação da entrevista para fins do presente estudo.

#### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado (a) e estou ciente sobre os objetivos da pesquisa, o que a pesquisadora quer fazer, dos

procedimentos aos quais a pesquisadora precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que eu não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser sem sofrer nenhum dano e com a garantia de confidencialidade, bem como de esclarecimentos sempre que desejar. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

---

Assinatura do (a) participante

---

Assinatura da Orientadora

---

Assinatura da Pesquisadora

1ª via participante

2ª via participante

## APÊNDICE D

### QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AO UNIVERSO DE ASSISTENTES SOCIAIS ATUANDO EM ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS PÚBLICO E PRIVADO EM PARINTINS-AM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

#### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Questionário nº \_\_\_\_\_

Projeto: **A Precarização do Trabalho do Assistente Social: um estudo nos espaços sócio-ocupacionais público e privado em Parintins-Am.**

Sujeitos da Pesquisa: Profissionais assistentes sociais do município de Parintins/AM

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

1. Nome da instituição em que trabalha:-----
2. Área de política social da instituição:  
( ) Educação            ( ) Assistência Social            ( ) Saúde            ( ) Sócio-jurídico            ( ) Previdência Social
3. Natureza da Instituição em que trabalha:  
( ) Pública            ( ) Privada

#### CARACTERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA INSTITUIÇÃO

4. Função no momento da contratação nesta instituição:  
( ) Assistente Social    ( ) Analista de Recursos Humanos    ( ) Técnico de Nível Superior  
( ) Outra. Qual? -----
- 5 - Sua inserção nesta instituição se deu via:  
( ) concurso público    ( ) Processo seletivo
- 6 - Qual o tipo de seu vínculo empregatício:  
( ) Estatutário/Contrato de Trabalho por Prazo Indeterminado            ( ) Contrato Temporário/Terceirizado  
( ) Regime Especial/Contrato de Trabalho por Prazo Determinado            ( ) Contrato Temporário/Terceirizado
7. Ao ser contratada para assumir sua função de assistente social você assinou contrato de trabalho?  
( ) sim            ( ) não
8. Qual a natureza da Instituição de seu vínculo empregatício:  
( ) Pública Federal    ( ) Pública Municipal    ( ) Empresarial  
( ) Pública Estadual    ( ) Entidade Religiosa    ( ) Privada com fins lucrativos  
( ) Terceiro Setor    ( ) ONG
9. O seu vínculo empregatício assegura direitos trabalhistas tais como (férias, 13º salário, previdência)?  
( ) sim            ( ) não

10. Você possui mais de um vínculo empregatício?

sim  não

Caso, positivo, qual? -----

11. Tempo de trabalho na Instituição:

6 meses  1 ano  2 anos  3 anos  4 anos

5 anos  6 anos  7 anos  8 anos  9 anos

10 anos  mais de 10 anos

12. Você considera sua relação de trabalho com a instituição em que trabalha:

boa  ótima  ruim  regular  péssima

### **PERFIL SÓCIO ECONÔMICO E DE FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL**

13. Sexo:  masculino  feminino

14. Idade: -----

15. Qual é a sua pertença étnico-racial?

branca  preta  parda  amarela  indígena

16. Qual é o seu estado civil?

solteira (o)  casada (o)  União estável (o)

divorciada (o)  separada sem formalização judicial  viúvo (a)

17. Quantos filhos você tem?

nenhum  1  2  3  4  5  mais de 5

18. Qual o seu salário como profissional na instituição em que trabalha com base no salário mínimo?

2  3  4  5  6  7  8  9  10  mais de 10

19. Além de você, quantas pessoas trabalham na sua família:

Nenhuma  1  2  3  mais de 3

20. Qual é a sua renda familiar?

3 salários mínimos  4 salários mínimos  5 salários mínimos

6 salários mínimos  7 salários mínimos  8 salários mínimos

9 salários mínimos  10 salários mínimos  mais de 10 salários mínimos

21. Ano de formação na graduação: \_\_\_\_\_

22. Estudou a graduação em Universidade:  pública  privada

23. Estudou a graduação em modalidade:  presencial  à distância

24. Nome da Universidade em que realizou a graduação: -----

25. Nível de formação:

Especialização:  Em que área? \_\_\_\_\_

Mestrado:  Em que área? \_\_\_\_\_

Doutorado:  Em que área? \_\_\_\_\_

### **ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA INSTITUIÇÃO**

26. Quais são as atribuições privativas e/ou competências do assistente social que são realizadas por você frequentemente nesta instituição? (a resposta é de múltipla escolha)

planejar, organizar e administrar projetos sociais

planejar, organizar e executar ações e serviços sociais

elaborar projetos sociais

coordenar projetos sociais

executar projetos sociais

organizar eventos, cursos, capacitação, campanhas socioeducativas

realizar estudos socioeconômicos com os usuários de seus serviços para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública e privada

encaminhar providências e prestar orientação social aos usuários de seus serviços

orientar os usuários sobre os seus direitos e de como fazer uso dos mesmos

- realizar visitas domiciliares
- prestar informações às famílias no sentido de orientá-las ao atendimento e defesa de seus direitos
- Avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais
- acompanhamento de indivíduos
- acompanhamento de famílias
- Articulação com redes
- Encaminhamentos dos usuários a programas sociais
- Assessoria a movimentos sociais
- Liberação de documentos sociais
- Ações socioassistenciais
- Trabalho de prevenção

27. Quais os instrumentais da profissão que são mais utilizados por você nesta instituição?

- Linguagem acessível ao usuário
- Visita Domiciliar
- Visita Institucional
- Escuta
- Entrevista individual
- Entrevista grupal
- Dinâmica de grupo
- Observação direta
- Diário de campo
- Atas de reunião
- Livro de registro
- Reunião
- Encaminhamentos
- Palestras
- Acolhimento
- Prontuários
- Estudos psicossociais
- Estudos sociais
- Relatório Social
- Perícia
- Laudo
- Parecer Social

28. Participa de movimentos sociais?  sim  não

Caso positivo, qual? -----

29. Participa de conselhos de políticas sociais?  sim  não

Caso positivo, qual? -----

30. Participa de fóruns de políticas sociais  sim  não

Caso positivo, qual? -----

31. Participa de órgãos representativos da categoria (CRESS e/ou sindicato)?

sim  não

Caso positivo, qual? -----

## **CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS**

32. Quantidade de profissionais assistentes sociais que trabalham na instituição:

1  2  3  4  mais que 4

33. Público-alvo atendido pelo Serviço Social nesta instituição (resposta de múltipla escolha):

crianças  adolescentes  jovens  adultos  idosos  famílias

34. Atendimento em média mensal de usuários atendidos pelo Serviço Social:

20  30  40  50  60  70  80  90  mais de 100

35. A Instituição dá condições necessárias ao assistente social para responder às demandas e necessidades dos usuários?

sim  não  as vezes

36. A Instituição recebe acadêmicos para o Estágio Supervisionado?

sim  não

Caso negativo, qual a razão? -----

37. Você entende que há necessidade de maior qualificação profissional para o exercício profissional?

sim  não

38. Você participou e ou participa de atividade de capacitação profissional:

sim  não

39. Como profissional você se sente realizado(a) e reconhecido(a) pelo seu trabalho?

sim  não

## **CONDIÇÕES DE TRABALHO NA INSTITUIÇÃO**

40. Carga horária de trabalho

20 hs  30 hs  40 hs  mais de 40 hs

41. Como você cumpre sua carga horária de trabalho:

em dois turnos  em um turno estendido

42. Você considera sua carga horária de trabalho excessiva?

sim  não  as vezes, em determinados períodos

43. Na instituição onde você trabalha existe Plano de Cargos e Carreira e Salários previsto no RH?

sim  não

44. Você considera a quantidade de pessoal (recursos humanos) com os quais você realiza seu trabalho:

suficiente  insuficiente

45. Você considera a quantidade de recursos materiais (de expediente) com os quais você realiza seu trabalho na instituição:

suficiente  insuficiente

46. Quais equipamentos existem na instituição para desenvolver o seu trabalho:

computador  datashow  cadeira

telefone  mesa  material de consumo

impressora  armário  transporte institucional

47. Você considera a condição material (equipamentos) que você tem para realizar o seu trabalho nesta instituição:

boa  ótima  ruim  regular  péssima

48. Você considera a condição das instalações físicas (salas/espço físico) que você tem para realizar o seu trabalho nesta instituição:

boa  ótima  ruim  regular  péssima

49. Há na instituição onde você trabalha uma sala privativa para o atendimento aos usuários pelo Serviço Social?

sim  não

Caso positivo, esta sala possui:

iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional?  sim  não

há recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional?

sim  não

há ventilação adequada ao atendimento breve ou demorados e com portas fechadas?  sim  não

há espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado?

sim  não

50. Você leva atividades de trabalho para realizar em casa?

sim  não

51. Você realiza atividades que não são de sua competência?

sim  não

Caso positivo, quais? -----

52. Há exigência da instituição por intensificação do seu trabalho para atingir metas, objetivos institucionais?

sim  não

53. Como você se sente física e mentalmente ao sair do trabalho no fim de expediente com frequência?

Ainda, bem, física e mentalmente  um pouco cansada  muito cansada

54. Você considera que na realização de seu trabalho nesta instituição você faz esforços que podem implicar na sua saúde?

sim  não

55. Marque abaixo sintomas provenientes do cansaço no final do expediente que você sente com frequência semanalmente (resposta de múltipla escolha):

- dor de cabeça       stress       dores musculares  
 tontura       irritação       angústia  
 tristeza       desmotivação       preocupação  
 insônia       ansiedade       aumento da pressão arterial  
 aumento da frequência cardíaca

56. Você considera seu trabalho precário?

- sim       não

Justificar: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE E

### FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS APLICADO JUNTO À AMOSTRA DA PESQUISA, OS ASSISTENTES SOCIAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

#### FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

Questionário nº \_\_\_\_\_

Projeto: **A Precarização do Trabalho do Assistente Social: um estudo nos espaços sócio-ocupacionais público e privado em Parintins-Am.**

Sujeitos da Pesquisa: Profissionais assistentes sociais do município de Parintins/AM

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### IDENTIFICAÇÃO:

1. Nome da instituição em que trabalha:-----

2. Natureza da instituição: ( ) pública ( ) privada

3. Área de atuação: -----

4. Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

5. Idade: -----

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### QUESTÕES RELACIONADAS AO OBJETO DA PESQUISA

6. Você considera que os recursos humanos (quantidade de pessoal) com os quais você realiza seu trabalho como assistente social são adequados? Por que?

7. Você considera que os recursos e condições materiais (material de expediente, equipamentos e instalações físicas) com as quais você realiza o seu trabalho são adequadas? Por que?

8. Você considera excessivo o seu trabalho na instituição em que trabalha? Por que?

9. As condições e relações de trabalho que você vivencia trazem implicações para a sua saúde? Por quê?

10. As condições de trabalho que você vivencia repercutem nos resultados do atendimento às demandas e necessidades dos usuários de seus serviços nesta instituição? De que forma?
11. O que você entende por trabalho precarizado?
12. Você considera que o seu trabalho nesta instituição é um trabalho precarizado? Explique.